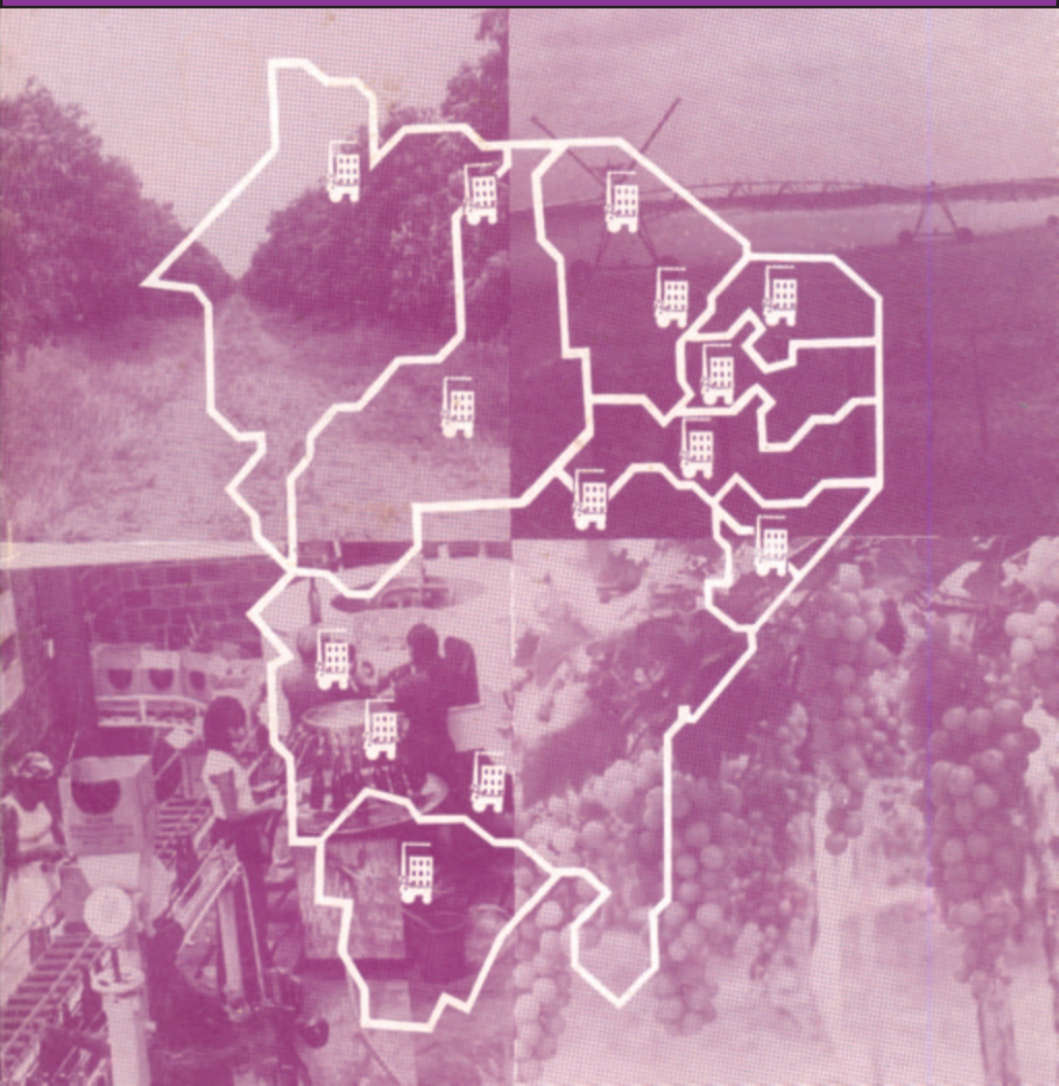


PEDRO SISNANDO LEITE

Estudos sobre a Agroindústria no Nordeste

*Retrospecto e Perspectivas da População
e Renda do Nordeste*

Volume 1



Copyright (c) 1990 — Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Av. Paranjana, 5.700 — Passaré
60.715 — Fortaleza — Ceará — Brasil

Série: Estudos Econômicos e Sociais, v. 39

Revisão Vernacular: Sebastião Santos
Normalização Bibliográfica: Maria Ismênia Bezerra Cardoso

LEITE, Pedro Sisnando. Estudos sobre a agroindústria no Nordeste: retrospecto e perspectivas da população e renda do Nordeste. Fortaleza, Secretaria Nacional de Irrigação/BNB.ETENE, 1990. 162p. Estudos econômicos e sociais, 39)

1. Agroindústria — Nordeste. 2. População — Nordeste.
3. Renda — Nordeste. I. Série. II. Título.

002/90

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

PEDRO SISNANDO LEITE

**ESTUDOS SOBRE
A AGROINDÚSTRIA NO NORDESTE**

Volume 1

**Retrospecto e Perspectivas da População e
Renda do Nordeste**

**PEDRO SISNANDO LEITE
UFC/CAEN**

**FORTALEZA
1990**

APRESENTAÇÃO

O presente documento faz parte de um conjunto de estudos elaborados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), órgão do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) por solicitação do então Ministro Extraordinário da Irrigação. O ponto central desses estudos é o de que o Programa de Irrigação do Nordeste prevê a prática de uma agricultura intensiva, com a utilização de tecnologia moderna capaz de proporcionar uma e meia safra por ano. Em decorrência disso, e da considerável expansão prevista até 1995 da área irrigada, pública e privada, serão adicionadas anualmente à produção agrícola nordestina milhões de toneladas de grãos e matérias-primas agroindustriais.

Os riscos e incertezas de mercado para essa produção preocupam as instituições patrocinadoras do programa de irrigação do Nordeste e os produtores envolvidos. Sabe-se que, além do consumo “in natura” local, tem-se como opção para a absorção dessa produção adicional a instalação de agroindústrias e a busca de mercados externos.

Na verdade, a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento agroindustrial é também importante meio para aumentar a eficiência da produção na agricultura. Os complexos agroindustriais representam, de fato, uma forma de organização e integração econômica capaz de garantir mercado para a produção agrícola e mesmo para produtos finais da indústria.

O excedente esperado de matérias-primas oriundas dos projetos de irrigação no Nordeste mais do que justifica o interesse dos patrocinadores do programa de irrigação, no sentido de estudar, identificar e promover a instalação de novas unidades agroindustriais. Além disso, está comprovado que a elevação dos padrões de vida da população está associada à industrialização, que ocorre simultaneamente com a urbanização e o aumento do emprego. Neste caso, como explica Joseph Klatzmann, no seu estudo “The Role of Group Action in the Industrialization of Rural Areas”, a agroindústria tem sido, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, a solução para o problema do desemprego na agricultura. A idéia é a levar a indústria à força de trabalho e às matérias-primas localmente disponíveis a fim de evitar as emigrações para as grandes cidades.

O grande problema que surge na implementação dessa estratégia é a identificação das melhores alternativas de produtos a industrializar e dos locais para a instalação dos empreendimentos, levando em conta fatores tais como a rentabilidade privada, existência de mercados e disponi-

bilidades de infra-estrutura. A identificação de projetos que contemplem simultaneamente os objetivos de desenvolvimento regional e lucratividade empresarial requer, evidentemente, cuidadoso estudo das alternativas. Do mesmo modo, há necessidade de definição de políticas e estratégias de todo um complexo processo de motivação dos produtores agrícolas e dos empresários para o aproveitamento das novas oportunidades industriais.

O propósito dos estudos que temos a satisfação de apresentar, portanto, é o de investigar tais questões e especificamente as perspectivas da economia nordestina, as estimativas da oferta de matéria-prima para os próximos anos, a estrutura da agroindústria no Nordeste e a dimensão do mercado externo para produtos agroindustriais. Com vistas em fundamentar novo programa para o setor, foi também feito detalhado estudo de todas as agroindústrias existentes nas principais áreas produtoras de matérias-primas irrigadas, determinadas as condições sócio-econômicas e hierarquizados os pólos agroindustriais potenciais, assim como pesquisadas as condições de organização das cooperativas e associações em funcionamento em todos os projetos de irrigação pública e suas vinculações com o setor industrial utilizador de matérias-primas produzidas por essas organizações.

Finalmente, foi delineado com fundamento nos referidos estudos, um programa de investimento e de diretrizes detalhadas para o fomento da agroindústria de produtos alimentares, com base na oferta de matérias-primas de catorze pólos selecionados com essa finalidade.

O Banco do Nordeste manifesta o interesse de participar ativamente do detalhamento, promoção e financiamento do referido programa, em cooperação com os demais organismos regionais igualmente interessados no bom êxito dessa iniciativa.

Ao publicar os referidos trabalhos, o Banco espera também contribuir com as ações do Governo e da iniciativa privada, em proveito do desenvolvimento econômico-social do Nordeste.

Dr. Jorge Lins Freire
Presidente

AGRADECIMENTO

Seria impossível a realização desta pesquisa sem a colaboração expressa de várias instituições e de algumas dezenas de pessoas que se mantiveram perfeitamente integradas ao longo de todos os trabalhos.

Indiscutivelmente, o apoio institucional e suporte financeiro do então Ministro Extraordinário de Irrigação, Vicente Cavalcante Fialho, constituíram fatores decisivos para a execução dessa pesquisa.

Mencione-se, ainda, o relevante papel assumido pelos técnicos Erasmo José de Almeida, José Otamar de Carvalho e Paulo Rubens Albuquerque Fontenele, que acompanharam de maneira sistemática o desenvolvimento de todos os trabalhos, ora servindo de elo entre suas instituições e o Banco do Nordeste, ora analisando os resultados obtidos e incorporando suas sugestões, que enriqueceram, sobremaneira, o “Programa de Agroindústria Alimentar do Nordeste”. Também, é de justiça ressaltar a expressiva contribuição do Dr. Antonio Nilson Craveiro Holanda, ex-presidente do BNB, no processo de discussão de todo o trabalho, bem como na elaboração do relatório final contendo o plano de investimentos e o esquema promocional do novo programa.

Registre-se também a valiosa ajuda do Curso de Mestrado em Economia — CAEN, da Universidade Federal do Ceará, mais precisamente dos professores/pesquisadores Pedro Sisnando Leite e José Dantas da Silveira, que atuaram como autores de estudos específicos e consultores permanentes de todo o trabalho. Cabe dirigir ao professor Sisnando, ex-coordenador de área de estudos agropecuários do ETENE, agradecimento especial por sua dedicação e reconhecida capacidade técnica na orientação dos trabalhos.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, recorreu-se aos professores Mardone Cavalcante França e Wilton de Queiroz, responsáveis pela identificação dos pólos agroindustriais, matéria relevante para a definição de uma política de crédito nessas áreas.

Sem sombra de dúvida, a qualidade da pesquisa junto às agroindústrias e às organizações de irrigantes foi, também, plenamente assegurada pela inclusão dos técnicos das Agências do BNB, graças à experiência e profissionalismo dessa equipe.

ANTÔNIO ENOCK DE VASCONCELOS
Coordenador de Estudos Agropecuários do ETENE

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	7
INTRODUÇÃO.....	13
1. POPULAÇÃO E MÃO-DE-OBRA	15
1.1. Tendências do Crescimento Demográfico	15
1.1.1. <i>A População Total no Ano 2.000</i>	<i>15</i>
1.2. Crescimento da População Urbana e Rural	18
1.3. As Migrações Internas	28
1.4. Força de Trabalho e Emprego	31
1.4.1. <i>Situação Geral</i>	<i>31</i>
1.4.2. <i>Avaliação da Demanda de Mão-de-Obra</i>	<i>36</i>
1.4.3. <i>O Emprego no Setor Agrícola.....</i>	<i>44</i>
1.4.4. <i>Alocação de Emprego pela Indústria.....</i>	<i>48</i>
1.4.5. <i>Evolução do Emprego nos Serviços.....</i>	<i>50</i>
1.4.6. <i>Oferta de Mão-de-Obra</i>	<i>51</i>
1.5. A Distribuição da PEA por Estado	58
2. SITUAÇÃO E TENDÊNCIAS DO PRODUTO REGIONAL E NACIONAL	61
2.1. Produto Total e “Per Capita”	62
2.2. Avaliação do Crescimento Passado e Previsões	66
2.3. AS Mudanças Estruturais da Economia	72
3. FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	107
4. AS DIRETRIZES ATUAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	126
4.1. Plano Trienal de Desenvolvimento do Nordeste	127
4.1.1. <i>As Estratégias do Plano</i>	<i>127</i>
4.1.2. <i>Instrumentos Gerais de Viabilização do Plano</i>	<i>129</i>
4.1.3. <i>O Programa de Produção de Alimentos</i>	<i>129</i>
4.1.4. <i>Desenvolvimento da Agroindústria</i>	<i>130</i>
5. ANEXOS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

TABELA	Pág.
1. NORDESTE — População Total	16
2. MUNDO — Aumento Populacional Rural e Urbano	20
3. NORDESTE — População Urbana e Rural: 1950-2000	21
4. NORDESTE — Municípios e População Segundo Grupo de Habitantes	22
5. NORDESTE — Evolução e Projeção da População	23
6. NORDESTE — Percentagem da População Rural em Relação à População Total	26
7. NORDESTE, SUDESTE, SÃO PAULO E BRASIL — O Con- teúdo Industrial do Desenvolvimento Urbano: 1980	27
8. NORDESTE — Migrações Internas — Saldos Ativos ou Passivos das Trocas de População nas Diversas Unidades da Federação e do Nordeste	32
9. NORDESTE — Saldo Migratório Líquido: (%) 1950-1980	33
10. NORDESTE — População Residente e Naturais do Município de Residência por Situação de Domicílio Atual: 1980	34
11. NORDESTE — População de 10 Anos e Mais por Atividade: 1980	37
12. NORDESTE — População Economicamente Ativa: 1950-1980	38
13. NORDESTE — População Economicamente Ativa Segundo os Estados e Setores Produtivos: 1950-1980	39
14. BRASIL — Características da Força de Trabalho: 1980	40
15. NORDESTE — População Economicamente Ativa Segundo os Setores Produtivos: 1950-1980	41
16. NORDESTE — Ocupação das Pessoas de 10 Anos e Mais, Economicamente Ativas por Setores, no Nordeste e Brasil: 1950-1980	42
17. NORDESTE — Estimativa da Demanda de Mão-de-Obra: 1995	43
18. MUNDO — Estrutura Percentual e Taxas de Crescimento da Força de Trabalho: 1965-1981	45

19. NORDESTE — Elasticidade do Emprego Agrícola	47
20. NORDESTE — Elasticidade do Emprego Industrial	49
21. NORDESTE — Elasticidade do Emprego em Serviços	52
22. NORDESTE — Estimativa da População Economicamente Ativa	59
23. NORDESTE — População Economicamente Ativa Segundo os Estados e Setores Produtivos: 1950-1980	60
24. BRASIL/NORDESTE — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: Valor “Per Capita” (Evolução e Previsões)	63
25. NORDESTE — Evolução e Previsões do PIBcf 1960-1995 (Alternativa I — Dados Originais da FGV)	64
26. NORDESTE — Evolução e Previsões do PIBcf 1960-1995 (Alternativa II — Dados Originais da SUDENE)	65
27. BRASIL/NORDESTE — Fases do Crescimento do PIB Real Total	69
28. BRASIL/NORDESTE — Produto Interno Bruto e Custo de Fatores (1960-95)	77
29. BRASIL — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: Valores Total e “Per Capita” a Preços Constantes de 1980	78
29a. NORDESTE — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: Valores Total e “Per Capita” a Preços Constantes de 1980 (Alternativa I)	79
29b. NORDESTE — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: Valores Total e “Per Capita” a Preços Constantes de 1990 (Alternativa II)	80
30. BRASIL/NORDESTE — Estrutura Percentual do Produto Interno do Brasil e PIBcf do Nordeste: 1960-89	81
31. BRASIL/NORDESTE — Participação do Produto Interno Bruto do Nordeste no Produto Interno Bruto do Brasil, Segundo os Setores Produtivos: 1960-1989	82
32. NORDESTE — Comparação das Taxas de Crescimento Real do PIB a Custo de Fatores, Segundo Diferentes Critérios de Estimativa (Variações Anuais)	89
33. NORDESTE — Comparação das Taxas Setoriais de Crescimento Real ao PIB a Custo de Fatores, Segundo Diferentes Critérios de Previsão: 1985-1995. (Variações Anuais Projetadas com Base nas Séries 1960-85)	90
34. NORDESTE — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1960-95	91
35. NORDESTE — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1960-95	92

36. NORDESTE — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1960-95	93
37. NORDESTE — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1960-95	94
38. Crescimento da Renda de Países Seleccionados (Taxas Médias de Crescimento Anual)	101
39. NORDESTE — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1970-80	102
40. NORDESTE — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1970-80 (Em US\$ de 1980) (Dados Originais da FGV)	103
41. NORDESTE — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1970-80 (Em US\$ de 1980) (Dados Originais da SUDENE)	104
42. NORDESTE — Estrutura Percentual do PIB e da População	105
43. NORDESTE — Estrutura Percentual do PIB dos Estados por Setores Econômicos	106
44. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Total 1965-1985	110
45. NORDESTE — Investimento Bruto Fixo Total por Setores de Atividade: 1983	111
46. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Total — Participação Percentual Média do Período	112
47. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Total — Participação Percentual Média do Período	113
48. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Real Segundo os Grandes Setores Econômicos 1965-95	114
49. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Real Segundo os Grandes Setores Econômicos 1965-95	115
50. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Real Segundo os Grandes Setores Econômicos 1965-95	116
51. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Real Segundo os Grandes Setores Econômicos 1965-95	117
5.1. NORDESTE — Estimativas do PIBcf "Per Capita" por Estado para 1985-1995	135
5.2. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Total — Participação Percentual Média do Setor Público na Formação de Capital Total	136
5.3. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Segundo as Atividades Econômicas 1983	137
5.4. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) Segundo Bens de Capital: 1983	138

5.5. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Total por Tipo de Bem de Capital (Participação % Média do Período).....	139
5.6. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Total — Participação Percentual do Setor Público na Formação de Capital	140
5.7. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Industrial 1965-95	141
5.8. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Industrial 1965-95	142
5.9. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Industrial 1965-95	143
5.10. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Industrial 1965-1995	144
5.11. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Serviços 1965-95	145
5.12. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Serviços 1965-95	146
5.13. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Serviços 1965-95	147
5.14. NORDESTE — Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Serviços 1965-95	148
5.15. MARANHÃO — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1970-95	149
5.16. PIAUÍ — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1970-95..	150
5.17. CEARÁ — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1970-95	151
5.18. RIO GRANDE DO NORTE — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1970-95	152
5.19. PARAÍBA — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1970-95	153
5.20. PERNAMBUCO — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1970-95	154
5.21. ALAGOAS — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1970-95	155
5.22. SERGIPE — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1970-95	156
5.23. BAHIA — Produto Interno Bruto a Custo de Fatores: 1970-95.	157

GRÁFICOS

Gráfico	Pág.
1. BRASIL E NORDESTE — Índices Reais do PIBcf — Total.....	83
2. BRASIL E NORDESTE — Taxas Anuais do PIBcf — Total.....	84
3. BRASIL E NORDESTE — Índices Reais do PIBcf — Setor Primário.....	85
4. BRASIL E NORDESTE — Taxas Anuais do PIBcf — Setor Primário.....	86
5. BRASIL E NORDESTE — Índices Reais do PIBcf — Setor Secundário.....	87
6. BRASIL E NORDESTE — Taxas Anuais do PIBcf — Setor Secundário.....	88
7. NORDESTE — Índices Reais do PIBcf.....	95
8. NORDESTE — Taxas Reais de Crescimento do PIBcf.....	96
9. NORDESTE — Crescimento do PIBcf (Agricult./Total).....	97
10. NORDESTE — Taxas Reais de Crescimento do PIBcf.....	98
11. NORDESTE — Índices Reais de Crescimento do PIBcf.....	99
12. NORDESTE — Taxas Reais de Crescimento do PIBcf.....	100
13. NORDESTE — Índices da Formação Bruta de Capital.....	118
14. NORDESTE — Taxas Anuais da Formação Bruta de Capital.....	119
15. NORDESTE — Índices da Formação Bruta de Capital.....	120
16. NORDESTE — Taxas Anuais da Formação Bruta de Capital.....	121
17. NORDESTE — Índices da Formação Bruta de Capital.....	122
18. NORDESTE — Taxas Anuais da Formação Bruta de Capital.....	123
19. NORDESTE — Índices da Formação Bruta de Capital.....	124
20. NORDESTE — Taxas Anuais da Formação Bruta de Capital.....	125

INTRODUÇÃO

O Nordeste do Brasil é uma Região bem estudada do ponto de vista macroeconômico e demográfico e seus problemas principais estão diagnosticados. Podem ser mencionados como contribuições mais destacadas nesse sentido os estudos do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, do Banco do Nordeste do Brasil, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), das universidades regionais, das secretarias de planejamento dos Estados, além de excelentes trabalhos elaborados pelas equipes do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, afora investigações de pesquisadores independentes.

O presente documento é um segmento dos Estudos sobre a Agroindústria do Nordeste de responsabilidade do Banco do Nordeste do Brasil e execução do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste — ETENE e a participação de equipe do Curso de Mestrado em Economia (CAEN) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Neste volume estão contidas as informações básicas no que tange à evolução passada e às perspectivas do produto interno bruto, população e emprego do Nordeste até 1995. O objetivo deste trabalho, portanto, é de caráter auxiliar às fases subseqüentes da pesquisa geral direcionada para a elaboração de políticas e programas de desenvolvimento da agroindústria do Nordeste, bem como um subsídio aos empresários interessados em investir no Nordeste.

A metodologia para calcular as previsões do produto interno bruto e da formação bruta de capital fixo até 1995 tomou por base as tendências observadas no período de 1960-1989. Com a finalidade de obter maior segurança na análise dos referidos dados foram utilizados quatro procedimentos: o método dos mínimos quadrados, o método das médias móveis quinquenais, o método das taxas geométricas entre as médias móveis quinquenais centradas e o método das taxas geométricas de quinquênios seqüenciados.

Tais informações foram trabalhadas setorialmente e com a utilização de gráficos para evidenciar, de modo claro, as flutuações no comportamento do produto e da formação de capital nos últimos 29 anos. Os

dados básicos utilizados neste estudo sobre o assunto são do Grupo de Contas Regionais da SUDENE e do Centro de Contas Regionais, da Fundação Getúlio Vargas e FIBGE.

As informações sobre população, migração e emprego são originárias da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), divulgados nos Anuários Estatísticos do Brasil e pelos Censos Demográficos e Econômicos, assim como pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Finalmente, cabe esclarecer que o presente documento foi preparado sob a orientação do Dr. Antonio Enock de Vasconcelos, Chefe da Coordenadoria de Estudos Agropecuários do BNB/ETENE.

O autor agradece a colaboração do Prof. José Henrique Felix Silva, da UFC, que muito ajudou na preparação do material estatístico da primeira versão deste trabalho.

1 — POPULAÇÃO E MÃO-DE-OBRA

1.1. Tendências do Crescimento Demográfico

1.1.1. *A População Total no Ano 2.000*

O último Recenseamento Geral do Brasil registrou uma população de 34,8 milhões de habitantes para o Nordeste em 1980, com uma taxa anual de crescimento de 2.2%, em relação a 1970. Uma geração atrás, no Censo de 1950, era de 17,9 milhões.

A estimativa da população do Nordeste para o ano 2.000 é de 50,2 milhões de habitantes, aproximadamente o montante do Brasil em 1950, admitindo a continuidade das tendências observadas na década de 1970. Em forma relativa, isto significa um incremento entre 1980-2000 de 45% e, em termos absolutos, cerca de 15 milhões de pessoas. Comparativamente à população dos maiores 100 países do Terceiro Mundo atual, o Nordeste se posicionaria em décimo lugar, considerando nesse rol países como o Brasil e as nações socialistas subdesenvolvidas. Somente o montante do acréscimo da população de 1980 até o final do milênio corresponde individualmente à atual população da Austrália, Holanda, Tcheco-Eslováquia, e uma vez e meia à dos habitantes de Portugal ou de Cuba. De modo geral, pode-se dizer que a população do Nordeste está dobrando a cada geração.

As previsões para o Brasil são de uma população de 179,5 milhões no ano 2000, com aplicação da taxa de crescimento de 2,5% ao ano observada entre 1970-80. Referida taxa é inferior à da década de 1960, que foi de 2,8%, e superior à registrada no Nordeste em períodos semelhantes. Em consequência, a participação da população do Nordeste relativamente ao Brasil vem declinando constantemente, passando de 35%, em 1950, para os atuais 30%, com previsão de alcançar 28% no ano 2000.

As tendências do crescimento demográfico são governadas principalmente pelas taxas de natalidade e mortalidade no caso do Brasil e, tratando-se do Nordeste, também pelos fluxos migratórios. De acordo com a teoria da transição demográfica(25), altas taxas de crescimento popula-

TABELA 1
NORDESTE
População Total

Estados	Dados Observados					Projeções			T.G.C.A. (%) (3)		
	1950	1960	1970	1980(1)	1990	1995	2000	1960/70	1970/80	1980/90	1990/00
Maranhão	1.583	2.469	2.993	3.996	5.181	5.706	6.119	1,94	2,93	3,93	4,93
Piauí	1.046	1.242	1.681	2.139	2.666	2.909	3.143	3,07	2,44	2,44	2,44
Ceará	2.695	3.296	4.362	5.288	6.471	7.042	7.594	2,84	1,95	1,95	1,95
R. G. do Norte	968	1.146	1.550	1.898	2.318	2.522	2.718	3,07	2,05	2,05	2,05
Paraíba	1.713	2.001	2.383	2.770	3.247	3.477	3.692	1,76	1,52	1,52	1,52
Pernambuco(2)	3.396	4.097	5.162	6.143	7.360	7.962	8.538	2,34	1,76	1,76	1,76
Alagoas	1.093	1.258	1.588	1.983	2.420	2.610	2.791	2,36	2,24	2,24	2,24
Sergipe	644	752	901	1.140	1.446	1.533	1.645	1,82	2,38	2,38	2,38
Bahia	4.835	5.920	7.493	9.455	11.738	12.805	13.838	2,38	2,35	2,35	2,35
Nordeste	17.973	22.181	28.113	34.812	42.882	46.566	50.182	2,40	2,16	2,16	2,16
Brasil	51.944	70.992	93.139	119.003	150.368	165.083	179.486	2,89	2,48	2,48	2,48
Relação NE/BR	34,6	31,2	30,2	29,3	28,5	28,2	27,9	—	—	—	—

FONTE: Censos Demográficos do IBGE.

NOTAS:

- (1) Dados Censitários sem considerar a correção de subnumeração inerente aos levantamentos censitários e cuja inclusão resultaria na mudança da população do Nordeste para 35.480,3. Nas estimativas para os anos de 1990-2000, contudo, tal reajustamento foi considerado.
- (2) Inclusive o Território de Fernando de Noronha.
- (3) T.G.C.A. = Taxa Geométrica de Crescimento Anual.

cional, como as do Brasil e do Nordeste, são comuns aos países subdesenvolvidos, devido aos estilos de vida, mortalidade e às condições sócio-econômicas que favorecem tal situação. Com o surgimento do progresso e do desenvolvimento, as taxas de fertilidade e mortalidade tendem a declinar, como aconteceu nos países onde um alto nível de renda “per capita” e outros indicadores da melhoria das condições sociais foram obtidos.

O progresso na melhoria das condições de saúde e da queda na taxa de mortalidade começou a manifestar-se mais acentuadamente desde a década de 1940, no caso do Nordeste. Estima-se que a taxa bruta de mortalidade média tenha declinado de 22 para 14 por mil até 1980. Convém ressaltar, porém, que em muitas áreas da Região as populações pobres continuam a apresentar altas taxas de mortalidade e de morbidade, refletindo desigual acesso aos serviços médicos e sanitários para essas camadas da população. Em outro extremo encontra-se a questão da natalidade, cujas taxas estão também caindo, mesmo que mais lentamente do que as de mortalidade. Entre 1960-70 e 1970-80 calcula-se que a taxa bruta de natalidade do Nordeste baixou de 46 para 41 por 1.000. Da combinação dessas duas taxas tem-se o crescimento natural ou vegetativo da população que, depois de balanceado com a variação migratória, determina o crescimento líquido da população. A combinação dessas variáveis motivou uma ascensão da taxa geométrica de crescimento da população total residente do Nordeste de 2,0% em 1950-60 para 2,40% em 1960-70, e, finalmente, uma retração para 2,2%, entre 1970-80.

A esperança de vida ao nascer* do nordestino era de 52 anos em 1980, contra 38 anos em 1950. Este padrão assemelha-se à maioria dos países subdesenvolvidos, bem inferior, porém, à situação do Sudeste do Brasil, com 63 anos, e das nações industrializadas, com 76 anos, em 1980.

A população nordestina está concentrada nos Estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, com 72% dos habitantes residentes em 1980. No ano 2000, a Bahia contará com uma população de 13,8 milhões, seguida de Pernambuco com 8,5 milhões, Ceará com 7,6 milhões e Maranhão com 6,2 milhões. Conjuntamente, esses Estados terão um incremento absoluto de 10,7 milhões de habitantes, entre 1980-2000. Todos os Estados do Nordeste, excetuando-se Maranhão e Sergipe, apresentaram declínios em suas taxas geométricas de crescimento entre as décadas de 60 e 70, valendo registrar as quedas de 2,3% para 1,8% e de 2,8% para 1,9%

* Média das esperanças de vida ao nascimento, resultantes da interpolação linear, nas tabelas de mortalidade, modelo Brasil, das probabilidades de morrer até as idades de 2, 3 e 5 anos, obtidas através do emprego da técnica BRASS.

ao ano, de Pernambuco e Ceará, respectivamente. O Maranhão é o Estado com mais elevada taxa de crescimento demográfico da Região (2,9% a.a.), passando de 8% para 12% da população do Nordeste no período 1950-2000.

Embora na última década as altas taxas de crescimento da população de alguns Estados do Nordeste tenham caído, a taxa média de crescimento do Nordeste é ainda elevada, e as altas taxas de natalidade não estão em declínio em todos eles. Quanto ao futuro, é provável também que novas quedas nas taxas de mortalidade não surtirão os mesmos efeitos no aumento da população, como ocorreu nos anos 70.

1.2. Crescimento da População Urbana e Rural

A população urbana do Nordeste mais do que triplicou entre 1950 e 1980 e será acrescida de outros 86% até o ano 2000, segundo estimativas baseadas em presunções de taxas moderadas. A percentagem de residentes nas cidades, em relação à população total, elevou-se de 26% na década de 50 para 51% em 1980. Certamente atingirá 65% no final do presente século, quando a população total será de 50,2 milhões. Entre 1980-2000 o incremento absoluto da população urbana alcançará 15,1 milhões, contra apenas 242 mil de acréscimos da população rural, no mesmo período. Em termos relativos, portanto, a população rural vem decrescendo firmemente a sua participação na população total, com previsão de representar 35% no ano 2000, em comparação com 74% em 1950. Na verdade, a taxa de crescimento da população rural no Nordeste caiu na década de 1970 para a metade da registrada entre 1960-70, isto é, de 1,1% para 0,53% ao ano. Entre 1970-80 a taxa de crescimento da população urbana atingiu 4,10%, um pouco abaixo do registrado no Brasil, mas quase o dobro da taxa da população total do Nordeste e superior aos países subdesenvolvidos e de renda média entre 1980-2000, conforme pode-se observar na TABELA 2.

Historicamente, muitos países atualmente industrializados também aumentaram sua população urbana de maneira rápida durante a demarcação do desenvolvimento. Como ocorreu com os Estados Unidos, entre 1830 e 1960, com o crescimento de 6% ao ano. Segundo estudos do Banco Mundial, contudo, “os países em desenvolvimento de hoje partiram de uma base muito maior, de sorte que os aumentos absolutos são muito superiores”. Como exemplo, é citado o caso da América Latina, a mais urbanizada das regiões subdesenvolvidas. Em 1980 contou com dois terços de seus habitantes na zona urbana, proporção que os países desenvolvidos só alcançaram em 1950.

A Ásia e a África de baixa renda, segundo ainda o Banco Mundial, são preponderantemente rurais, com nível atual de urbanização de cerca de 25%, situação alcançada pelos países da Europa e da América do Norte em 1900. Apesar da validade das comparações internacionais, o exemplo dos países desenvolvidos quanto à distribuição da população no território é diferente da modalidade de concentração das populações em áreas metropolitanas congestionadas dos atuais países subdesenvolvidos.

Na verdade, há teorias que reconhecem a necessidade de um incremento na concentração urbana e das atividades econômicas em longo prazo para a criação das condições à realização do desenvolvimento econômico. Esta questão, porém, tem revelado ser ambivalente, pois os exemplos de rápida urbanização na maioria dos países subdesenvolvidos têm sido acompanhados de aumento do desemprego e subemprego, deficiências em habitação e serviços públicos, além de erosão da qualidade de vida e de valores culturais.

O crescimento das cidades do Nordeste irá, certamente, demandar maior esforço na aplicação de recursos em infra-estrutura e serviços básicos, reconhecidamente já deficientes na maioria das cidades nordestinas.

O processo de urbanização do Nordeste não se manifesta tão-somente pela porcentagem de pessoas residentes em tais áreas, mas também no crescimento das grandes cidades. Os residentes nas nove capitais da Região aumentaram três vezes e meia de 1950 até 1980, com previsão de chegar ao ano 2000 com mais de 12,3 milhões de habitantes. A estrutura da distribuição da população global era em 1950 de 10% nas capitais e 16% nas cidades médias, pequenas e povoados do interior, além de 74% no quadro rural propriamente. No ano 2000, essa mesma relação será de 25% nas capitais, 40% no interior urbano e 35% na área rural.

Mesmo que a divisão política em municípios não permita uma precisa aferição da dimensão das cidades que fazem parte dessas unidades, é ilustrativo verificar que eles mais que duplicaram entre 1960-1980. Dos 1.375 municípios existentes no Nordeste em 1980, 35 tinham mais de 100 mil pessoas num total de 10,5 milhões, ou 30% da população do Nordeste. Outro grupo que apresentou evolução significativa foram os 70 municípios de 50 a 100 mil habitantes, num total de 4,5 milhões de habitantes, correspondentes a 13% da população do Nordeste. O grupo de municípios de 20 a 50 mil habitantes tem sido proporcionalmente mais significativo em termos de montante conjunto da população em relação ao Nordeste, mesmo que esteja perdendo posição desde 1960, quando representava 43%, passando para 31% em 1980. Todos os municípios abaixo de 20 mil habitantes, computados em conjunto, mantiveram praticamente a mesma população absoluta na década de 70, com perda de situação relativa,

TABELA 2
MUNDO
Aumento Populacional Rural e Urbano

Grupo de Países	Percentual da População Urbana		Aumento Percentual Médio Anual	
	1980	2000	1980	2000
	Urbana		Rural	
Todos os Países em Desenvolvimento (1)	35,4	43,3	3,5	1,1
Baixa Renda				
— Ásia	19,5	31,3	4,2	0,9
— China	13,2	...	...	...
— Índia	23,3	35,5	5,8	1,1
— África	19,2	34,9		
Renda Média				
— Leste Asiático e Pacífico	31,9	41,9	3,1	0,9
— Oriente Médio, Norte da África	46,8	59,5	4,3	1,6
— África Subaniana	49,4	55,2	2,9	1,7
— América Latina	65,3	75,4	2,9	0,4
— Sul da Europa	47,1	62,3	2,9	- 0,2
Países Industrializados (2)	77,0	83,4	1,0	- 1,1

FONTE: World Bank. World Development Report, Washington, 1984.

NOTAS: (1) Excluída a China.

(2) Excluídos países do leste europeu sem economia de mercado.

TABELA 3
NORDESTE
População Urbana e Rural
1950—2000

Especificações	População Rural	População Urbana			População Total
		Total	Capitais	Interior	
População (1.000 hab.)					
1950	13.228	4.745	1.844	2.901	17.973
1960	14.665	7.517	2.842	4.675	22.182
1970	16.359	11.753	4.345	7.408	28.112
1980	17.246	17.566	6.280	11.286	34.812
1990	17.821	25.001	8.821	16.179	42.822
2000	17.488	32.693	12.390	20.303	50.181
Estrutura (%)					
1950	73,6	26,4	10,3	16,1	100,0
1960	66,1	33,9	12,8	21,1	100,0
1970	58,2	41,8	15,5	26,3	100,0
1980	49,5	50,5	18,0	32,4	100,0
1990	41,6	58,4	20,6	37,8	100,0
2000	34,8	65,2	24,7	40,5	100,0
Taxa Geométrica Anual					
1950-60	1,04	4,71	4,42	4,89	2,13
1960-70	1,10	4,57	4,34	4,71	2,40
1970-80	0,53	4,10	3,75	4,30	2,16

FONTE: Censos Demográficos do IBGE, e Anuário Estatístico do Brasil — 1989.

NOTA: As estimativas para 1990 e 2000 foram calculadas com base nas taxas entre 1970-80.

TABELA 4
NORDESTE
Municípios e População Segundo Grupos de Habitantes
1 — Números Absolutos

Grupos de Habitantes	Municípios				População (1.000)		
	1960	1970	1980	1980	1960	1970	1980
Até 2.000	3	29	17	17	4,7	47,6	27,4
De 2.000 a 5.000	68	161	138	138	268,3	607,5	525,9
De 5.000 a 10.000	170	347	327	327	1.318,3	2.583,2	2.468,7
De 10.000 a 20.000	280	451	429	429	4.048,7	6.481,1	6.289,6
De 20.000 a 50.000	320	316	359	359	9.714,9	9.454,2	10.989,4
De 50.000 a 100.000	40	51	70	70	2.596,8	3.362,9	4.594,3
Mais de 100.000	22	21	35	35	4.477,1	6.138,5	10.543,9
Nordeste	903	1.376	1.375	1.375	22.428,8	28.675,0	35.419,2

2 — Percentagens

Grupos de Habitantes	Municípios				População (1.000)		
	1960	1970	1980	1980	1960	1970	1980
Até 2.000	0,3	2,1	1,2	1,2	0,02	0,2	0,08
De 2.000 a 5.000	7,5	11,7	10,0	10,0	1,2	2,1	1,5
De 5.000 a 10.000	18,8	25,2	23,8	23,8	5,9	9,0	7,0
De 10.000 a 20.000	31,0	32,8	31,2	31,2	18,0	22,6	17,7
De 20.000 a 50.000	35,4	23,0	26,1	26,1	43,3	33,0	31,0
De 50.000 a 100.000	4,4	3,7	5,1	5,1	11,6	11,7	13,0
Mais de 100.000	2,4	1,5	2,5	2,5	20,0	21,4	29,8
Nordeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE — Anuário Estatístico do Brasil — 1986.

TABELA 5
NORDESTE
Evolução e Projeção da População
(Em 1.000 habitantes)

Estados	Dados Observados				Projeção		T.G.C.A. (%)	
	1950	1960	1970	1980	1990	2000	1960/70	1970/80
1. População Urbana (a)								
Maranhão	274	437	752	1.255	1.970	2.748	5,59	5,26
Piauí	171	286	537	898	1.379	1.913	6,51	5,28
Ceará	680	1.099	1.780	2.810	4.108	5.411	4,94	4,67
Rio G. do Norte	254	428	737	1.115	1.578	2.035	5,59	4,22
Paraíba	457	697	1.002	1.449	1.993	2.531	3,69	3,76
Pernambuco	1.168	1.827	2.812	3.785	5.054	6.360	4,41	3,02
Alagoas	286	420	632	977	1.393	1.796	4,16	4,45
Sergipe	205	290	415	618	876	1.119	3,66	4,05
Bahia	1.251	2.033	3.085	4.659	6.647	8.776	4,26	4,21
Nordeste	4.746	7.517	11.752	17.566	25.001	32.693	4,57	4,10
Brasil	18.784	31.303	52.084	80.437	112.744	143.105	5,22	4,44
Relação								
NE/BR (%)	25,3	24,0	22,6	21,8	22,7	22,8	—	—
Estados	Dados Observados				Projeção		T.G.C.A. (%)	
	1950	1960	1970	1980	1990	2000	1960/70	1970/80
2. População Rural (b)								
Maranhão	1.309	2.033	2.241	2.742	3.211	3.471	0,98	2,04
Piauí	875	957	1.144	1.241	1.286	1.230	1,81	0,82
Ceará	2.016	2.197	2.582	2.478	2.363	2.182	1,62	0,41
Rio G. do Norte	714	717	813	783	740	681	1,26	0,37
Paraíba	1.257	1.304	1.380	1.321	1.254	1.161	0,58	0,44
Pernambuco	2.228	2.270	2.350	2.359	2.306	2.177	0,35	0,04
Alagoas	807	838	956	1.006	1.027	995	1,33	0,51
Sergipe	439	462	485	522	540	526	0,49	0,74
Bahia	3.584	3.887	4.408	4.794	5.090	5.062	1,26	0,84
Nordeste	13.229	14.665	16.359	17.246	17.821	17.488	1,10	0,53
Brasil	31.162	38.767	41.054	38.566	37.627	36.381	0,57	0,62
Relação								
NE/BR (%)	42,5	37,8	39,8	44,7	47,3	48,1	—	—

FONTE: Censos Demográficos do IBGE e Anuário Estatístico do Brasil — 1989.

como é óbvio. A queda no tamanho médio dessas unidades pode ser motivada pela subdivisão dos municípios maiores, mas é evidente a tendência da diminuição ou estagnação demográfica dos municípios e cidades menores do interior.

Estudos sobre essa questão, elaborados pelo secretariado das Nações Unidas, são conclusivos sobre a ocorrência, no último quarto de século, de um incremento mais acentuado de grandes cidades tanto em número como em população agregada. Esta conclusão é válida tanto para as nações desenvolvidas como subdesenvolvidas, representando, nestes últimos, uma tendência de maior intensidade.

O ritmo de crescimento dos centros urbanos, contudo, não precisa ser tomado como uma coisa inexorável, pois depende também muito da política e administração da urbanização e das medidas econômicas e sociais que venham a ser adotadas pelos respectivos países.

Os benefícios e custos da urbanização têm sido um assunto exaustivamente discutido, mas ainda pendente de mais investigações. A percepção do problema da distribuição da população no espaço tem sido uma das preocupações dos estudos do Banco Mundial. Pelas experiências históricas, existem claros indícios de que o crescimento urbano permite economias de escala, reduzir o custo de transporte, de comunicações e serviços de infra-estrutura, condições que podem ajudar o ritmo de inovações tecnológicas. Não há comprovação, porém, quanto ao ponto em que têm início as deseconomias, por serem as cidades demasiadamente grandes. Segundo o Banco Mundial, diversos estudos comprovam que a poluição do ar, o congestionamento, os distúrbios sociais, o crime e problemas semelhantes crescem com o tamanho das cidades, além das disfunções que isto acarreta do ponto de vista da concentração da renda e do esvaziamento do campo.

Num sentido genérico, pode-se dizer que as diferenças das taxas de crescimento de população urbana e rural do Nordeste e Brasil estão, nos últimos vinte anos, convergindo para proporções aritméticas semelhantes. Entre 1960-70, o ritmo de crescimento da população urbana do Brasil era maior, decrescendo para o patamar do Nordeste. Inversamente, ocorreu com a população rural, cuja taxa era no Nordeste (1,1) o dobro da do Brasil, no mencionado período, caindo na década de 70 para 0,53%, em comparação com 0,62% do País como um todo. Assim, proporcionalmente, a população urbana do Nordeste em relação à do Brasil se mantém mais ou menos no nível de 22% no período de 1970-2000. Comparativamente à mesma relação entre Nordeste e Brasil, a população rural é ligeiramente crescente a partir de 1960 até o final do milênio.

Com relação à situação e tendências da localização da população ao nível dos Estados da Região, cabe destacar as seguintes conclusões, conforme os dados da TABELA 5.

Todos os Estados do Nordeste, com exceção do Maranhão, apresentaram taxas declinantes de crescimento da população rural no período 1970-80 em relação à década anterior, fazendo com que a proporção desse segmento tenha representado, em 1980, aproximadamente 66% no Maranhão, e de 46 a 40% nos Estados do Piauí, Bahia, Alagoas e Paraíba. O Rio Grande do Norte (31%) e Pernambuco (28%) eram os Estados menos ruralizados naquele ano.

No que diz respeito à população urbana, verificou-se um tênue declínio nas taxas de crescimento entre as décadas de 1970 e 1980, com exceção de Alagoas e Sergipe onde a tendência foi um pouco ascendente. Como já comentado, em média o crescimento do Nordeste urbano vem declinando desde 1950-60, quando apresentou uma taxa média de 46,3% na década, contra 45,7% em 1960-70 e 41,0% em 1970-80. Diferentemente se deu com a população rural que, na primeira década, foi de 10,2%, passando para 11,0% em 1960-70 e finalmente caindo drasticamente para 5,3% no período de dez anos (1970-80).

Semelhantemente ao que ocorreu com o padrão de crescimento da população urbana e rural dos países em desenvolvimento, a partir de 1970 o Nordeste vem apresentando uma tendência à estabilização em números absolutos da população rural, enquanto a população urbana cresce em taxas altas, mesmo que em intensidade decrescente a partir de 1950-60, quando se deu uma explosão urbana na Região.

Observa-se na TABELA 7 que, do ponto de vista do emprego e da renda, os Estados mais industrializados são Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte, situando-se no outro extremo, Maranhão, Piauí e Alagoas.

As projeções de crescimento urbano e rural comentadas neste trabalho não pretendem ser um prognóstico ou estipular o que realmente se verificará, mas tão-somente indicar o que aconteceria se as tendências históricas e as presunções adotadas forem válidas. Na realidade, as projeções da população total são geralmente muito confiáveis, mas surgem dificuldades quando tais estimativas se realizam no tocante aos segmentos urbanos e rurais. No caso específico do presente trabalho, foi escolhida como critério mais apropriado, a adoção do crescimento da população rural e suas respectivas projeções, obtendo-se a população urbana, nas áreas pretendidas, por diferença desses dados com os obtidos pela projeção da população total. Apesar da sua simplicidade, este é um método de muita validade e de uso internacional.

TABELA 6
NORDESTE
Percentagem da População Rural em Relação à População Total

Estado	1950	1960	1970	1980	1990 ⁽¹⁾	2000 ⁽¹⁾
Maranhão	82,7	82,8	74,9	68,6	64,8	66,0
Piauí	83,7	77,7	68,1	58,0	50,5	46,5
Ceará	74,8	67,1	59,2	46,9	39,9	35,4
Rio Grande do Norte	73,8	63,0	52,4	41,3	35,0	31,0
Paraíba	73,3	65,5	57,9	47,7	42,5	39,1
Pernambuco	65,6	55,7	45,5	38,4	32,2	27,9
Alagoas	73,8	67,0	60,2	50,7	43,8	39,9
Sergipe	68,2	61,7	53,9	45,8	36,7	36,8
Bahia	74,1	66,0	58,8	50,7	44,4	41,0
Nordeste	73,6	66,5	58,2	49,5	42,5	38,2
Brasil	63,8	54,9	44,1	32,4	27,3	24,3

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Censos Demográficos do IBGE — 1950-1980.

NOTA: (1) Estimativas.

TABELA 7
Nordeste, Sudeste, São Paulo e Brasil
O Conteúdo Industrial do Desenvolvimento Urbano
1980

Discriminação	População			PEA Industrial		PIB a Custo de Fatores (Cz\$ milhões)		
	Total A	Urbana B	(%) C=B/A	Total D	(%) E=D/B	Total F	Industrial G	(%) H=G/T
Maranhão	4.002.599	1.255.156	31,4	110.110	8,8	103.748	21.475	20,7
Piauí	2.140.066	897.994	42,0	69.037	7,7	46.510	9.246	19,9
Ceará	5.297.876	2.810.351	53,0	320.869	11,4	189.458	52.327	27,6
R. G. Norte	1.899.720	1.115.158	58,7	111.384	10,0	75.045	23.143	30,8
Paraíba	2.772.600	1.449.004	52,3	126.124	8,7	80.120	19.892	24,8
Pernambuco	6.147.102	3.783.264	61,5	379.915	10,0	311.719	97.341	31,2
Alagoas	1.987.581	976.536	49,1	85.627	8,8	81.677	17.591	21,5
Sergipe	1.141.834	617.796	54,1	61.325	9,9	49.487	14.638	29,6
Bahia	9.474.263	4.660.304	49,2	477.862	10,3	533.674	190.513	35,7
Nordeste	34.863.641	17.565.563	50,4	1.742.253	9,9	1.471.443	446.169	30,3
Sudeste	51.752.651	42.840.081	82,8	6.506.801	15,2	7.66.286	3.245.318	42,3
São Paulo	25.040.698	22.196.378	88,6	3.998.442	18,0	4.604.578	2.200.039	48,2
Brasil	119.098.992	80.436.404	67,5	10.772.463	13,4	12.282.003	4.700.016	38,3

FONTE: Colunas A, B e D — F.IBGE — Censo Demográfico de 1980.

Colunas F e G — FGV — Conjuntura Econômica — Maio/87.

Colunas C, E e H — Cálculos BNB/ETENE-SETIN/CAEN.

1.3. As Migrações Internas

O fenômeno migratório ocupa posição relevante na determinação das taxas de crescimento dos efetivos demográficos globais do Nordeste. Esta questão é também de suma importância no problema do emprego regional e no mercado de trabalho das regiões de destino dos emigrantes nordestinos. A perda líquida de população por emigração é de difícil mensuração, podendo ser obtida no Brasil apenas pela subtração do número de pessoas residentes na Região, por ocasião dos censos decenais, do número dos que declararam como local de nascimento. Considerando o emigrado inter-regional do Nordeste, do qual está excluída a migração entre Estados da Região para evitar dupla contagem, em 1980 estavam residindo fora do Nordeste 6.016 mil pessoas de todas as idades e sexos, contra 451 mil nascidos em outras regiões e que moravam no Nordeste na data do censo. Assim, o saldo migratório negativo líquido do Nordeste foi de 5.565 mil habitantes, ou o equivalente a 16% da população do Nordeste no referido ano.

Comparativamente com 1970, ocorreu uma evasão adicional líquida de 2.048 mil habitantes do Nordeste e, entre 1960-70, de 1.275 mil habitantes, correspondendo, em todo o período analisado, a um acréscimo de 148% de naturais do Nordeste residindo em outras regiões do País. Do ponto de vista dos saldos migratórios líquidos em 1980, foram os Estados da Bahia (26%) e Pernambuco (19%) os que mais contribuíram no montante oriundo do Nordeste. Seguiram-se o Ceará e a Paraíba, que, com os dois anteriores, responderam por 75% das emigrações do Nordeste naquele ano. De todos os Estados do Nordeste, apenas o Maranhão apresentou saldo ativo nos fluxos migratórios em 1960 e 1970. Em 1980 reverteu sua posição para se enquadrar, como os demais Estados, na condição de deficitário nas correntes migratórias inter-regionais.

Outra perspectiva que se pode observar diz respeito ao peso que referidos saldos migratórios apresentam em relação aos seus próprios contingentes populacionais. No Estado da Paraíba, por exemplo, ocorreu, em 1980, uma perda proporcional a sua população de então, correspondente a 28%. Em Alagoas e Sergipe essa relação foi, em média, de 21%. Afora o Maranhão, que tem situação inexpressiva neste tocante, os demais Estados também, em 1980, tinham proporções de perdas entre 15-17%. A tendência principal observável nos vinte anos (1960-1980) é que se vem verificando um acréscimo relativamente uniforme dos saldos migratórios passivos dos Estados do Nordeste, com exceção do Maranhão, já comentado, e do Piauí cuja posição se manteve estável nesse período.

Considerando os fluxos emigratórios inter-regionais nordestinos, segundo as regiões de destino e imigratórios, segundo a procedência, verifica-se que o Sudeste, tanto num sentido como noutro, representa 72% de todo o contingente envolvido nesse processo migratório. Na verdade, cerca de 12% da população total do Sudeste é constituída de nordestinos, principalmente localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Outra região que se destaca na recepção de emigrantes do Nordeste é o Centro-Oeste, sendo Brasília a área de maior atração de nordestinos nessa região.

Os direcionamentos principais dos fluxos emigratórios do Nordeste foram marcados em 1980 pela preferência dos baianos, pernambucanos e cearenses pelo Sudeste e Sul; dos baianos, maranhenses, piauienses e cearenses pelo Centro-Oeste; e maranhenses e cearenses pelo Norte(29) (30) (21).

No âmbito das migrações intra-regionais, ou seja, entre Estados da própria região e entre as zonas rural e urbana ou vice-versa, pode-se destacar, inicialmente, que no último censo demográfico brasileiro foi constatado que cerca de 1,9 milhão de nordestinos residiam em outro estado da Região que não o de nascimento. Do ponto de vista da participação relativa, os Estados de maior emissão de população para outras unidades da própria região Nordeste são: Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí; de recepção, a liderança cabe aos Estados do Maranhão, Pernambuco e Bahia. Preferencialmente os piauienses e os cearenses vão para o Maranhão, e os residentes neste Estado transferem-se para o Piauí. Os que moram no Rio Grande do Norte vão para a Paraíba, enquanto os nativos deste Estado preferem Pernambuco e Bahia. Por sua vez, Sergipe e Bahia são os Estados escolhidos pelos alagoanos. Os nascidos nesses dois últimos Estados, além do Maranhão, são os que proporcionalmente menos saem de suas residências de origem para se estabelecerem noutro Estado do próprio Nordeste.

Levando-se em conta a composição da população residente no Nordeste, de acordo com a classificação de naturais e não-naturais do município, verifica-se que um quarto dos habitantes da região é constituído de migrantes. Em 1980, isto correspondia a 9,2 milhões de pessoas. Maranhão, Rio Grande do Norte e Pernambuco são os Estados do Nordeste onde é maior a proporção de imigrantes na constituição da população residente.

Mais de dois terços dos migrantes que moram no Nordeste estão em zonas urbanas, sendo que, destes, 43% eram provenientes de áreas rurais. Dos atualmente residentes nas zonas rurais do Nordeste, na condição de migrantes, 17% provieram de zonas urbanas com percentagem máxima em Pernambuco (28%) e menor no Piauí (9%).

A transferência de pessoas do quadro rural para os centros urbanos está associada ao processo de industrialização, busca de mais alta renda e melhores condições de vida e trabalho. Outras causas da migração da população nordestina decorrem do sistema de distribuição e posse da terra, mecanização agrícola e adversidades climáticas(28).

Estudos do Banco do Nordeste e do Banco Mundial, analisam as implicações sobre o mercado de trabalho interno e externo e dos problemas da tendência de localização da população nos centros metropolitanos e das repercussões sobre a seletividade dos deslocamentos com destino a outras regiões do país.

O paradoxo da migração, segundo esses estudos, é que ela não deve ser considerada indesejável por si mesma, tendo em vista que a própria mobilidade da mão-de-obra pode motivar uma recombinação de fatores em níveis mais elevados de produtividade. Há também indícios de que raramente a emigração rural provoca uma queda na produção agrícola, além de contribuir para aumentos nos salários da mão-de-obra que não emigrou. De modo geral, pode-se dizer que as regiões receptoras se beneficiam com os imigrantes, às vezes alfabetizados e treinados, mesmo que o acolhimento, alojamento e adaptação dessas pessoas, no lugar de destino, não estejam isentos de custos. Estima-se que um trabalhador não-qualificado do Nordeste rural que se transfira para São Paulo possa triplicar ou quadruplicar a sua renda, mesmo que, o custo de vida mais elevado nas cidades possa diminuir, em termos reais, essas diferenças salariais.

Segundo Rômulo de Almeida(1), a “emigração inter-regional tem funcionado como uma válvula de escape para o excesso de população em relação aos recursos de capital existentes na Região para ela transferíveis”. Por outro lado, não se deve deixar de levar em conta, no contexto da compatibilização do desenvolvimento regional e nacional, o problema da capacidade de absorção de imigrantes nordestinos, especialmente no Sudeste. É verdade que as regiões receptoras de migrantes, de acordo com o Banco Mundial, não devem deixar de considerar que o acréscimo de pessoas à população existente também contribui para o aumento da renda total. Estudos empíricos demonstram que o aumento da população por essa via não provoca necessariamente a diminuição da renda “per capita”(19). No tocante aos rendimentos, o economista Hélio Moura acredita que há benefícios líquidos recíprocos tanto para as áreas emissoras como receptoras de novos imigrantes, no caso das transferências de população nos fluxos intra-regionais.

Cada um desses pontos de vista sobre os custos e benefícios sociais das migrações inter e intra-regional “reclamam estudos que os qualifiquem e os avaliem de alguma forma, permitindo comparação com os custos e benefícios incrementais de investimentos que fixem as populações onde elas estão”, afirma Rômulo de Almeida.

Cumprir observar, no entanto, que pesquisas da SUDENE(30:186) e do BNB/ETENE(3) confirmam conclusões que identificam a migração como um processo seletivo desfavorável ao Nordeste em termos de idade, sexo e nível educacional das pessoas envolvidas nesse processo. Em outras palavras, os migrantes nordestinos, comparativamente com os naturais não-migrantes, têm um nível de instrução mais elevado, estão num grupo de idade mais produtiva e são profissionalmente mais qualificados, nas suas respectivas áreas de atividade. No caso específico das metrópoles nordestinas, há comprovação empírica de que elas atuam como áreas de treinamento, conscientização urbana e estágio probatório prévio de imigrantes do interior e dos naturais que se destinam a outras regiões do país, especialmente Sudeste.

1.4. Força de Trabalho e Emprego

1.4.1. Situação Geral

A população de 10 anos e mais é classificada pelo IBGE, quanto à atividade, em economicamente ativa e não-economicamente ativa. Este último segmento compreende as pessoas que, no ano do censo, exerciam afazeres domésticos não-remunerados no próprio lar, estudavam, viviam de rendimentos de aposentadoria ou de capital, estavam presas, doentes, inválidas ou não desejavam trabalhar.

O conceito de população economicamente ativa é quase universalmente aceito e, no Brasil, corresponde à parte da mão-de-obra com 10 anos e mais que contribui efetivamente para a produção de bens e serviços ou, mais especificamente, para a formação da renda nacional. Assim, compõem a população economicamente ativa, segundo o IBGE, as pessoas que, durante todos os 12 meses anteriores à data do Censo (01.09.79 a 31.08.80) ou parte deles, mantinham vínculos de trabalho (pessoas ocupadas). No caso dos levantamentos anuais do IBGE através da Pesquisa de Amostra por domicílio, a data de abrangência é a semana de referência da aplicação dos questionários. Os dados de ambas as fontes consideram também como população economicamente ativa as pessoas de 10 anos e mais que, mesmo desempregadas, estavam dispostas a trabalhar e que tinham tomado providências para encontrar trabalho.

TABELA 8
NORDESTE
Migrações Internas — Saldos Ativos ou Passivos das Trocas de
População nas Diversas Unidades da Federação e do Nordeste

(Em 1.000 Habitantes)

Estados e Regiões	Naturais de Outras Unidades Presentes na Unidade (A)				Naturais da Unidade, Presentes em Outras Unidades (B)			
	1960	1970	1980	1980	1960	1970	1980	
Maranhão	450	421	458		166	263	506	
Piauí	101	118	154		314	365	523	
Ceará	109	145	212		591	711	1.106	
Rio Grande do Norte	73	92	144		201	287	430	
Paraíba	93	113	175		419	622	961	
Pernambuco	222	295	418		650	936	1.496	
Alagoas	97	115	151		316	425	582	
F. de Noronha	1	...	...		1	...	...	
Sergipe	39	50	96		189	268	339	
Bahia	231	291	480		809	1.275	1.906	
Nordeste	144	215	451		2.385	3.731	6.015	

Estados e Regiões	Saldo Ativo (+) ou Passivo (—): (A) — (B)					
	1960		1970		1980	
	Números Absolutos	% do Total	Números Absolutos	% do Total	Números Absolutos	% do Total
Maranhão	284	11,5	158	5,2	(48)	1,1
Piauí	(213)	17,1	(247)	14,2	(369)	17,1
Ceará	(482)	14,6	(566)	12,6	(894)	16,9
Rio Grande do Norte	(128)	11,2	(195)	12,1	(286)	15,7
Paraíba	(326)	16,3	(509)	20,8	(786)	27,5
Pernambuco	(428)	10,5	(641)	12,2	(1.078)	17,5
Alagoas	(219)	17,5	(310)	19,3	(431)	21,6
F. de Noronha	0	12,3	—	—	—	—
Sergipe	(150)	19,9	(218)	23,9	(243)	21,2
Bahia	(578)	9,8	(984)	13,0	(1.426)	15,0
Nordeste	(2.241)	10,1	(3.516)	12,3	(5.564)	16,0

FONTE: Censos Demográficos do Brasil — F.IBGE.

TABELA 9
NORDESTE
Saldo Migratório Líquido
(%)
1950-1980

Estados e Regiões	1950	1960	1970	1980	
				Saldo Líquido	Emigração Líquida (1) Imigração Líquida (2)
Maranhão	3,59	10,77	4,28	- 1,10	- 12,51 11,41
Piauí	- 4,87	- 13,20	- 11,40	- 13,80	- 20,99 7,19
Ceará	- 5,42	- 12,35	- 10,81	- 14,08	- 17,89 3,91
Rio Grande do Norte	- 2,46	- 9,29	- 10,46	- 12,20	- 19,69 7,49
Paraíba	- 7,42	- 13,36	- 16,89	- 20,80	- 27,02 6,22
Pernambuco	- 2,80	- 8,98	- 10,07	- 13,80	- 20,73 6,73
Alagoas	- 10,7	- 13,67	- 15,26	- 16,56	- 24,11 7,55
Sergipe	- 9,42	- 15,74	- 18,65	- 16,11	- 24,50 8,30
Bahia	- 5,51	- 8,57	- 10,89	- 12,56	- 17,53 4,97
Nordeste	4,70	8,36	10,33	12,97	19,46 6,49
Norte	3,63	5,51	2,69	10,81	- 7,35 18,16
Sudeste	0,59	0,30	0,97	4,84	- 13,61 18,45
Sul	11,33	9,13	7,32	- 0,41	- 14,47 14,06
Oeste	15,55	22,83	24,49	22,94	- 13,20 35,14

FONTE: F. IBGE — Anuário Estatístico do Brasil, 1986.

NOTAS:

(1) Taxa de Emigração Líquida corresponde à divisão do número de naturais não-residentes na unidade da Federação indicada, pelo total de sua população natural.

(2) Taxa de Imigração Líquida corresponde à divisão do número de não-naturais residentes na unidade da Federação indicada, pelo total da população nela residente.

TABELA 10
NORDESTE
População Residente e Naturais do Município de Residência
por Situação de Domicílio Atual
1980
(Em 1.000 habitantes)

Estados	População Residente Total(*)	População Natural do Município Total(**)	População Não-natural do Município					
			Urbana			Rural		
			Total	Proced. de Zona Urb.	Proced. de Zona Rural	Total	Proced. de Zona Urb.	Proced. de Zona Rural
Maranhão	3.996	2.747	1.250	464	232	232	775	99
%	100,0	68,7	31,3	11,6	5,8	5,8	19,4	2,5
Piauí	2.139	1.687	453	313	154	159	138	12
%	100,0	78,8	21,2	14,6	7,2	7,4	6,4	0,6
Ceará	5.288	3.956	1.333	1.006	496	510	318	35
%	100,0	74,8	25,2	19,0	9,4	9,6	6,0	0,6
R.G. Norte	1.899	1.295	604	439	237	202	162	32
%	100,0	68,2	31,8	30,1	12,5	10,6	8,5	1,7
Paraíba	2.770	2.049	721	515	282	233	201	30
%	100,0	74,0	26,0	18,6	10,2	8,4	7,3	1,1
Pernambuco	6.143	4.292	1.850	1.409	881	528	431	123
%	100,0	69,9	30,1	22,9	14,3	8,6	7,0	2,0
Alagoas	1.983	1.440	542	344	184	160	194	26
%	100,0	71,6	27,3	17,3	9,2	8,1	9,8	1,3
Sergipe	1.140	840	300	217	135	82	82	14
%	100,0	73,7	26,3	19,0	11,8	7,2	7,2	1,2
Bahia	9.456	7.308	2.146	1.449	929	520	673	156
%	100,0	77,3	22,7	15,3	9,8	5,5	7,1	1,6
Nordeste	34.815	25.615	9.200	6.157	3.531	2.626	2.974	527
%	100,0	73,6	26,4	17,7	10,2	7,5	8,5	1,5

FONTE: IBGE — Censo Demográfico — Brasil/1980.

NOTA: (*) Inclusive sem declaração de migração no Município de residência atual.

Os efetivos da população de 10 anos e mais, ou pessoas potencialmente ativas, aumentam a par com as taxas de natalidade e mortalidade ou, conseqüentemente, com o crescimento acusado pela população total. Em média, este contingente representa no Nordeste 69% da população total, com o máximo de 72% na Bahia e o mínimo de 67%, no Piauí, onde se encontra proporcionalmente uma população mais jovem.

Na ocasião do último recenseamento (1980), o Nordeste contava com 21,1 milhões de pessoas com mais de 10 anos, dos quais 52% foram classificados como economicamente ativos. Fato notório a registrar, inicialmente, é que 74% das pessoas economicamente ativas são do sexo masculino, enquanto esta relação é de apenas 22% nas não-economicamente ativas, ou seja, as pessoas consideradas conceitualmente inativas são predominantemente constituídas de mulheres.

A população economicamente ativa do Nordeste, registrada pelo censo demográfico de 1980, atingiu 11.157,8 mil pessoas, inclusive 325,8 mil indivíduos procurando trabalho, os quais foram incluídos na PEA do aludido censo. Para efeito, entretanto, de comparação dos referidos dados, com levantamentos censitários anteriores, como pode ser observado na TABELA 11 —, preferiu-se excluir essa parcela, razão por que a cifra da PEA do Nordeste, em 1980, será doravante considerada como sendo de 10.831,0 mil pessoas.

Há muitas décadas a população do Nordeste vem aumentando incessantemente a taxas elevadas, ao tempo em que a população economicamente ativa cresce também pela ação de fatores demográficos, econômicos e sociológicos. Entre 1950 a 1980, a população total e economicamente ativa tiveram incremento percentual médio de 93 por cento, apesar dos níveis de emprego haverem sofrido flutuações ao longo do período analisado. Na década de 50, a população total evoluiu a uma taxa anual de 2,1% contra 2,4% da PEA; já entre 1960-70, o emprego cresceu menos 0,8% ao ano do que a população total. Na década de 70, finalmente, a população economicamente ativa alcançou o ritmo de 2,8% ao ano em comparação com 2,16% da população total.

O setor industrial foi o mais dinâmico na geração de novos empregos, seguido pelas atividades terciárias. A agricultura tem revelado um fraco desempenho na criação de emprego nos trinta anos analisados, tanto em relação aos demais setores como em confronto com o crescimento da população da própria zona rural, especialmente a partir da década de 60. No intuito de exemplificar esse problema, convém registrar que a população rural total cresceu 1,1% ao ano entre 1960-70, contra 0,6% do emprego. Em 1970-80 tal relação foi, respectivamente, de 0,53 e 0,4 por cento ao ano, caracterizando aritmeticamente um agravamento do

desemprego na zona rural, mesmo descontando a parcela de emigração campo-cidade ocorrida paralelamente.

Mesmo assim, foram as atividades de produção de lavouras, animal e derivados, e extrativa vegetal que ainda mais empregaram no Nordeste: cerca de 50% da PEA total em 1980, em comparação com 16% na indústria e 34% nos serviços. Ao passar dos anos, entretanto, vem ocorrendo uma substancial mudança estrutural do emprego, com perda de posição rápida da agricultura e aumentos crescentes da participação da indústria e serviços.

De modo geral, essas conclusões estão de acordo com as obtidas da análise da distribuição da estrutura de emprego por setores econômicos durante a evolução econômica de praticamente todos os países do mundo. A forte ascensão do emprego em serviços se atribui ao constante progresso de sua demanda, cada vez mais elástica com relação à renda, segundo a Lei de Engel.

Tais mudanças, no entanto, verificaram-se nas economias hoje desenvolvidas em estágio relativamente avançado, segundo as características de cada país considerado. As modernas transformações estruturais do emprego ocorrentes no Nordeste, mesmo que comparativamente mais rápidas e acentuadas em confronto com o modelo histórico, não se fizeram acompanhar de melhoramentos econômicos e sociais correspondentes. Poder-se-ia dizer, na verdade, que o processo de crescimento do Nordeste e das mudanças na composição do emprego setorial tomaram rumos peculiares e tiveram de ajustar-se a condições bastante distintas quanto ao maior ritmo de crescimento da população e da renda total, além de muitas outras características econômicas e não-econômicas das sociedades atualmente subdesenvolvidas.

1.4.2. Avaliação da Demanda de Mão-de-obra

Admitindo o pressuposto de que o crescimento líquido da população economicamente ativa, exclusive os procurando emprego, obedeça às mesmas tendências setoriais do período de 1950-1980, estima-se que estarão trabalhando em 1995, nesta categoria, 16.650 mil pessoas de 10 anos e mais. Destes, 37% estarão ocupados em tarefas agrícolas, em comparação com 50% em 1980. A indústria empregará 21% em 1995 contra 16%, em 1980, e o setor terciário (compreendendo comércio de mercadorias, transporte e comunicações, prestação de serviços, atividades sociais, administração pública) concentrará 42%, ao invés dos 34% registrados no final da década de 70. A taxa de crescimento anual estimada de 0,87% do emprego agrícola possibilitará um acréscimo de 750 mil trabalhadores entre 1980-1995. O setor industrial absorverá 1.758 e o setor serviços,

TABELA 11
NORDESTE
População de 10 Anos e mais por Atividade
1980

Setor de Atividade	Economicamente Ativa		Não-economicamente Ativa		Total	
	Números Absolutos	% de Homens	Números Absolutos	% de Homens	Números Absolutos	% de Homens
Setor Primário	5.400.048	85,1	5.275.645	21,2	10.675.695	50,6
Setor Secundário	1.742.253	83,7	1.747.289	24,2	3.489.542	49,9
Transformação	934.450	72,4	791.309	24,3	1.725.759	54,1
Construção	659.763	98,5	768.348	23,7	1.428.111	46,2
Outras Atividades	148.040	89,3	187.632	25,8	335.672	44,1
Setor Terciário	3.500.089	55,0	2.802.949	28,2	6.303.038	55,7
Comércio	876.302	73,9	938.876	27,9	1.815.178	48,3
Comunicação	322.434	93,9	417.234	25,7	739.668	43,6
Prestação	1.307.177	39,5	709.732	28,3	2.016.909	64,8
Atividade	634.874	24,7	284.279	31,3	919.153	69,1
Administração	359.302	75,2	452.828	30,0	812.130	44,2
Outras Atividades	189.549	71,1	130.104	25,6	319.653	59,3
Subtotal	10.831.939	74,6	9.955.987	23,2	20.787.928	52,1
Proc. Trabalho	325.820	65,1	35.453	23,4	361.273	90,2
Total	11.157.759	74,3	9.991.440	23,2	21.149.201	52,3

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Censo Demográfico, 1980.

TABELA 12
NORDESTE
População Economicamente Ativa
1950—1980

Discriminação	Agricultura	Urbano		Total
		Indústria	Serviços	
Pop. Econ. Ativa (1.000 pessoas)				
1950	4.148	432	1.019	5.599
1960	4.920	549	1.607	7.076
1970 (1)	5.219	865	2.167	8.251
1980 (1)	5.400	1.742	3.689	10.831
Distribuição Percentual (%)				
1950	74,0	7,7	18,2	100,0
1960	69,9	7,8	22,7	100,0
1970	63,6	10,5	26,3	100,0
1980	49,8	16,1	34,1	100,0
Taxas de Crescimento Anual (%)				
1950-60	1,7	2,4	4,7	2,4
1960-70	0,6	4,6	3,0	1,6
1970-80	0,4	7,3	5,5	2,8

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980.

NOTA: (1) Para tornar mais comparáveis as informações, foram retiradas da PEA de 1970 e 1980 as pessoas procurando emprego (desempregados), além disso as atividades extrativas minerais foram incluídas em 1950 e 1960 nas atividades industriais, para aproximarem mais da classificação adotada em 1970 e 1980.

TABELA 13
NORDESTE
População Economicamente Ativa Segundo os Estados e Setores Produtivos
1950—1980

(Em 1.000 Pessoas)

Estados	Total				Agropecuária				Indústria				Serviços			
	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980
Maranhão	89,2	790,2	965,8	1.308,1	406,0	650,2	762,7	884,5	17,0	24,4	48,7	110,1	66,2	115,6	154,4	185,3
Piauí	303,7	378,9	480,8	659,8	252,1	286,3	346,7	395,8	10,8	19,8	37,6	69,0	40,8	72,8	96,5	184,7
Ceará	802,8	1.042,9	1.241,7	1.715,1	605,9	688,4	747,5	741,2	51,6	129,6	159,8	320,9	145,3	224,9	334,4	608,1
R. G. Norte	286,6	337,2	403,4	595,2	208,1	225,0	240,6	239,2	22,8	24,9	43,4	111,4	55,7	87,3	119,4	224,5
Paraíba	517,3	595,3	665,1	843,2	408,0	436,5	437,2	412,6	32,7	35,3	56,3	126,1	76,6	123,5	171,6	282,7
Pernambuco	1.120,4	1.304,6	1.476,5	2.036,3	749,2	803,3	763,6	788,3	120,6	123,8	193,4	379,9	250,6	377,5	519,5	805,5
Alagoas	352,2	425,9	476,1	612,1	267,2	312,9	322,9	323,7	32,6	30,7	46,2	85,6	52,4	82,3	107,0	183,2
Sergipe	210,8	258,6	260,3	353,7	145,5	177,2	161,7	149,8	22,6	22,5	29,9	61,3	42,7	58,9	68,7	131,4
Bahia	1.515,9	1.942,2	2.280,8	3.034,3	1.105,5	1.339,7	1.436,0	1.465,0	121,6	138,3	249,6	477,9	288,8	464,2	595,2	984,1
Nordeste	5.598,9	7.075,8	8.250,5	11.157,8	4.147,5	4.919,5	5.218,9	5.400,1	432,3	549,3	864,9	1.742,2	1.019,1	1.607,0	2.166,7	3.689,5

FONTE: F. IBGE — Censo Demográfico de 1950, 1960, 1970 e 1980.

NOTA: Para tornar mais comparáveis as informações, foram retirados da PEA de 1970 e 1980 os desempregados; além disso as atividades extrativas minerais foram incluídas em 1950 e 1960 nas atividades industriais para aproximarem da classificação em 1970 e 1980.

OBS.: Em 1980 a soma das parcelas não coincide com o total porque este inclui pessoas procurando trabalho.

TABELA 14
NORDESTE/BRASIL
Características da Força-de-trabalho
1980

Estados	(%) PEA/Popul. Total	(%) de Mulheres na PEA	(%) com 10 Anos e mais	(%) de Alfabet. mais de 10 Anos	(%) de 15 anos com 9 Anos de Estudo
Maranhão	33,7	26,1	66,6	47,6	5,7
Piauí	31,6	23,3	67,3	48,5	6,9
Ceará	32,4	26,2	69,8	54,4	8,5
Rio G. do Norte	31,1	24,9	70,7	56,5	8,2
Paraíba	31,6	25,0	69,5	51,6	7,9
Pernambuco	33,6	28,5	69,9	57,7	11,7
Alagoas	31,9	27,0	67,6	45,5	6,9
Sergipe	31,1	27,9	67,9	52,0	8,2
Bahia	33,7	26,4	71,8	55,9	9,2
Nordeste	32,3	26,1	68,7	52,2	8,1
São Paulo	41,9	30,4	—	87,7	17,5
Brasil	36,8	27,5	72,4	72,4	13,7

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Censo Demográfico de 1980.

NOTA: PEA = População Economicamente Ativa.

TABELA 15
NORDESTE
População Economicamente Ativa Segundo os Setores Produtivos
1950—1980
(Em 1.000 Pessoas)

Atividades	1950		1960		1970		1980		Incremento Anual (%)				1970/80	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	1950/60	1960/70	1970/80	1950/80	Abs.	%
Ativ. Agrop.	4.148	74,03	4.920	69,90	5.219	63,26	5.400	48,39	1,72	0,59	0,35	0,88	181	6,22
Ativ. Indust.	432	7,73	549	7,76	865	10,48	1.742	15,61	2,42	4,64	7,25	4,76	877	30,17
Ativ. Tecn.	1.019	18,24	1.607	22,71	2.167	26,26	3.690	33,07	4,06	3,03	5,47	4,38	1.523	52,39
Com. Merc.	248	4,44	340	4,80	514	6,23	870	7,88	3,21	4,22	5,48	4,30	362	12,45
Prest. Serv.	423	7,57	687	9,71	725	8,79	1.307	11,71	4,27	0,54	6,07	3,83	382	20,02
Transporte	135	2,43	196	2,77	226	2,74	312	2,88	3,80	1,44	3,60	3,94	96	3,30
Ativ. Soc.	81	1,45	128	1,81	295	3,57	635	5,69	4,68	8,71	7,97	7,10	340	11,70
Administ.	96	1,71	133	1,88	224	2,71	359	3,22	3,31	5,35	4,83	4,50	135	4,64
Out. Ativ.	36	0,64	123	1,74	183	2,22	189	1,69	13,07	4,05	0,32	5,68	6	0,21
Total	5.599	100,00	7.076	100,00	8.251	100,00	11.158	100,00	2,37	1,65	3,06	2,32	2.907	100,00

FONTE: Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980.

NOTA: Para tornar mais comparáveis as informações, foram retirados da PEA de 1970 e 1980 os desempregados; além disso as atividades extrativas minerais foram incluídas em 1950 e 1960 nas atividades industriais, para aproximar mais da classificação datada em 1970 e 1980.

OBS.: Em 1980, a soma das parcelas não coincide com o total porque este inclui pessoas procurando trabalho.

Ocupação das Pessoas de 10 Anos e Mais, Economicamente Ativas por Setores, no Nordeste e Brasil
1950—1980

Setores de Atividades	Estrutura Percentual				Participação Percentual							
	Nordeste				Brasil Nordeste/Brasil							
	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980
Agricultura (1)	73,2	69,5	62,6	49,9	59,6	54,8	44,3	30,0	40,2	40,0	39,9	42,6
Indústria (2)	8,1	7,7	10,6	16,0	13,7	12,9	17,9	25,4	19,4	18,7	16,7	16,1
Serviços (3)	8,7	22,7	26,8	34,0	26,7	33,1	37,8	44,5	23,0	21,3	20,0	19,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	32,8	31,1	28,2	25,6

NOTAS:

(2) Inclui Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação e Indústria da Construção Civil.

(3) Inclui Comércio de Mercadorias, Prestação de Serviços, Transporte, Comunicações e Armazenagem, Atividades Sociais, Administração Pública e Outras Atividades.

Em 1950 e 1960, pedreiros, carpinteiros etc., que trabalhavam por conta própria, foram incluídos no Setor Terciário e, em 1970, no Setor Secundário.

Em 1970, foram incluídas as pessoas que procuravam emprego pela primeira vez.

TABELA 17
NORDESTE
Estimativa da Demanda de Mão-de-obra
1995

Setores	1995		Variação 1980—1995	
	Nº Absolutos (1.000 pessoas)	% do Total	Taxa Geométrica	
			Anual	No Período (1.000 pessoas)
Agricultura	6.150	37	0,87	750
Indústria	3.500	21	4,76	1.758
Serviços	7.000	42	4,38	3.311
Total	16.650	100	2,89	5.819

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Censos Demográficos.

NOTA: As taxas geométricas anuais de crescimento para o período de 1980-1995 foram baseadas nas tendências observadas no período de 1950-1980 para os setores de atividade, enquanto para o total da PEA foi utilizada a taxa média ponderada pela estrutura setorial média do intervalo de 1980-1995.

3.311, ou seja, um volume total de 5,8 milhões de novos empregos nos 15 anos mencionados.

A tabela seguinte mostra o padrão e as tendências das mudanças estruturais do emprego, segundo os setores e os diversos graus de desenvolvimento dos países, agrupados em países de renda “per capita” baixa (US\$ 120-400); média baixa (US\$ 400-1.500); média alta (US\$ 1.500-7.000) e economias industriais de mercado (média US\$ 11.000), em valores correspondentes ao ano de 1983. De acordo com o Banco Mundial, o Brasil está classificado no grupo de países de renda média alta, com US\$ 1.880, em 1983.

O Nordeste foi incluído na referida tabela para efeito de comparação, sendo que para esta Região a estimativa é de um produto “per capita” de US\$ 741-856, em 1980, de acordo com os dados básicos do Centro Nacional da Fundação Getúlio Vargas ou do grupo de Contas Regionais da SUDENE. Desse modo, o Nordeste pode ser considerado como pertencente ao grupo de renda média baixa, similar à situação do Marrocos, Filipinas, Nigéria, Tailândia, Nicarágua etc. Em média, esse grupo apresentou, em 1981, uma estrutura de emprego muito semelhante à do Nordeste com 54% na agricultura (Nordeste = 50%), 17% na indústria (Nordeste = 16%), e 29% no setor serviços (Nordeste = 34%).

Os países industrializados têm como característica peculiar a reduzida participação do emprego no setor agrícola, cerca de 6% do total, enquanto a indústria empregou 38% e o setor terciário, a elevada proporção de 56%, em 1981.

Quanto à taxa de crescimento anual da força de trabalho, é comum ser elevada nos países subdesenvolvidos, de rápido crescimento populacional, como ocorreu no Nordeste, com 2,8% a.a. entre 1970-80. Nos países industrializados, tal percentagem de crescimento foi de 1,2%, entre 1965-83, contra 0,9% de aumento da população total.

1.4.3. O Emprego no Setor Agrícola

Do pessoal ocupado na agricultura brasileira, cerca de 45% encontram-se no Nordeste, apesar de a participação regional desse setor na formação do produto nacional situar-se em torno de 25%. Em comparação com a década de 1960, o Nordeste tem perdido posição relativamente ao Brasil no tocante à produção agrícola, e aumentado a proporção do emprego rural. Em 1985, por exemplo, estavam no Nordeste mais de 60% dos trabalhadores agrícolas do país na condição de ocupação em tempo parcial ou que dedicavam apenas 39 horas de trabalho por semana a essa atividade. Encontra-se também nessa região o maior contingente

TABELA 18
MUNDO
Estrutura Percentual e Taxas de Crescimento da Força-de-trabalho
1965-1981

Grupo de Países	Agricultura			Indústria			Serviços			T.G.C.A. da(2) Força-de-trab. (%)
	1965	1981	1965	1981	1965	1981	1965	1981	1965-1981	
Renda Baixa	77	73	9	13	14	15				2,1
Renda Média Baixa	66	54	13	17	22	29				2,3
Renda Média Alta	45	30	21	28	34	42				2,5
Econ. Industrializadas	14	6	39	38	48	56				1,2
Brasil	49	30	17	24	34	46				2,8
Nordeste (1)	70	50	8	16	23	34				2,2

FONTE: World Bank — World Development Report, 1986.

NOTAS:

(1) Os dados para o Nordeste se referem aos anos de 1960-1980.

(2) T.G.C.A. = Taxa geométrica de crescimento anual.

de mulheres ocupadas em lides agrícolas, bem como a mais elevada parcela de trabalhadores de mais baixo nível de instrução e de remuneração média.

Essa situação estrutural da mão-de-obra tem estreita ligação com o sistema de agricultura que prevalece na região, pouco capitalizada e de baixa produtividade do trabalho e da terra. Para dar um exemplo ilustrativo, basta mencionar que o produto médio gerado pela população economicamente ativa da agricultura foi de 37% do produto médio total da própria região, com tendências declinantes, pois essa relação era de 46% em 1960. A produtividade da mão-de-obra agrícola do Nordeste corresponde apenas a 20% da indústria e pouco mais em comparação ao setor serviços, com perda de posição ao longo do tempo. Por seu turno, o confronto desse parâmetro com outras regiões do país mostra que o mesmo setor do Sudeste é duas vezes mais produtivo, enquanto em São Paulo o produto médio setorial é quatro vezes superior ao observado no Nordeste. Isso origina uma desvantagem comparativa para a economia nordestina que carece de importar alimentos para complementar o abastecimento urbano da região, ao tempo em que necessita exportar matérias-primas para o exterior em mercados altamente competitivos e instáveis.

O ponto principal a destacar desse breve exame é que há necessidade de avanço da produtividade da agricultura a uma taxa elevada e por período relativamente longo para equiparar o Nordeste às regiões brasileiras mais desenvolvidas. Somente assim o Nordeste poderia eliminar suas desvantagens em função do comércio inter-regional e no tocante aos profundos desníveis das condições de vida dos trabalhadores rurais em relação aos centros urbanos da própria região e mesmo do quadro rural de outras regiões do Centro-Sul.

Fator importante para elevar a produtividade em outras regiões e países tem sido historicamente a mecanização e a diminuição relativa e absoluta dos trabalhadores ligados diretamente à produção agrícola, tendo em vista a elevada base de subemprego associado aos antiquados métodos de produção vigentes nos estágios iniciais do desenvolvimento econômico. De acordo com o prêmio Nobel de Economia, MYRDAL, a causa da pobreza e do subdesenvolvimento é a produtividade extremamente baixa do trabalho na agricultura “É perigosa ilusão crer que há, ou pode haver desenvolvimento econômico significativo, sem aumento radical da produtividade do trabalho agrícola”(22). Assim, sob as condições prevalecentes no Nordeste, parece óbvio que a agricultura não poderá elevar a demanda de trabalho em larga escala, dentro dos próximos anos, mesmo levando em conta que a produtividade da terra é extremamente baixa. A economista Anne O. KRUEGI, ex-vice-presidente do Banco Mundial, em recente

TABELA 19
NORDESTE
Elasticidade do Emprego Agrícola

Períodos	Varição Percentual do Produto Agrícola (Anual)	Varição Percentual do Emprego (Anual)	Elasticidade- Emprego	Varição Percentual da Produtividade Média (Anual)
1960-1970	2,5	0,6	0,24	1,9
1970-1980	3,7	0,4	0,11	3,3
1960-1980	3,6	0,5	0,14	3,1
1980-1995(1)	3,0	0,8	0,27	2,2

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Censos Demográficos e F. G. V.
 NOTA: (1) Previsões CAEN/UFC.

estudo(16), confirma essa proposição afirmando que nos primeiros estágios da evolução, "o desenvolvimento, para ser bem-sucedido, deve inevitavelmente ser acompanhado de aumentos da produtividade agrícola total e simultânea criação de oportunidades de emprego não-agrícolas para uma crescente fração da mão-de-obra".

A taxa de crescimento do pessoal ocupado na agricultura do Nordeste tem sido inferior ao crescimento da população rural total, indicando acúmulo de desemprego setorial. De fato, o emprego cresceu 0,6% e a população 1,1% entre 1960-70, enquanto, em 1970-80, a ocupação evoluiu 0,4% e a população 0,53% ao ano. Esta última taxa, aliás, foi a mais baixa de todas as regiões do país, no período.

Nos vinte anos analisados, o produto agrícola do Nordeste elevou-se a 3,6% em média ao ano, indicativo de uma baixa elasticidade produto-emprego, conforme indica a tabela a seguir. Em contrapartida, verificou-se, no período, um aumento de produtividade média anual da mão-de-obra de 1,9 para 3,3% entre as duas décadas de 70 e 80.

As previsões para 1995 são de um crescimento de 3,0% na produção e uma taxa de absorção do emprego de 0,8% ao ano. Espera-se uma continuidade do acréscimo de produtividade da mão-de-obra agrícola e da melhoria da elasticidade-emprego, por força das melhores condições climáticas previstas para os próximos anos, expansão dos programas de irrigação e outras medidas que estão sendo anunciadas pelo Plano Trienal de Desenvolvimento do Nordeste e pelos Planos em nível nacional os quais, certamente, contribuirão para mudar as tendências e viabilizar essas novas perspectivas da agricultura regional.

1.4.4. Alocação de Emprego pela Indústria

Mudanças importantes têm ocorrido no tamanho e na estrutura do setor industrial do Nordeste nas últimas três décadas. O montante de emprego absoluto triplicou entre 1960-80, o mesmo acontecendo com a participação do produto setorial no total regional. De apenas 7,8% em 1960 passou para 16% em 1980. Na verdade, foi surpreendente a taxa anual de crescimento de emprego do setor durante todo esse período, com destaque para a década de 70, com 7,3% de aumento anual, taxa dezoito vezes mais rápida do que a registrada na agricultura no mesmo período e bem acima do crescimento da população urbana (4,1% ao ano).

A elasticidade média do emprego em relação à produção, entre 1960-80, foi de 0,70 correspondente a um crescimento médio nos vinte anos de 8,4% do produto e 5,9% do emprego. Isto é especialmente notável em vista das constatações dos estudos sobre o assunto, do renomado

TABELA 20
NORDESTE
Elasticidade do Emprego Industrial

Períodos	Varição Percentual do Produto Industrial (Anual)	Varição Percentual do Emprego (Anual)	Elasticidade- Emprego	Varição Percentual da Produtividade Média (Anual)
1960-1970	7,4	4,6	0,62	2,8
1970-1980	9,3	7,3	0,78	2,0
1960-1980	8,4	5,9	0,70	2,5
1980-1995(1)	6,3	4,8	0,76	1,5

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Censos Demográficos; SUDENE—Grupo de contas regionais.
NOTA: (1) Previsões CAEN/UFC.

economista MYRDAL(22), ao afirmar que “a industrialização não criará muito emprego líquido adicional nos países subdesenvolvidos que iniciam com uma base industrial muito pequena”. A maior parte do acréscimo da força de trabalho, acrescenta esse economista, “deve permanecer fora da indústria e principalmente na agricultura”.

No caso do Nordeste, os dados mostram situação exatamente inversa, com uma indústria respondendo por 34% das oportunidades de trabalho adicional entre 1970-80 e a agricultura, pouco empregadora, contribuindo apenas com 7% desse total. Estudo do Banco Mundial — Brazil Industrial Development Issues of Northeast, 1987 — mostra, inclusive, que a elasticidade-emprego da indústria alimentar cresceu de 0,53 entre 1970-75 para o excepcional índice de 1,41 no quinquênio 1975-80. Para a indústria como um todo, a elasticidade média calculada pelo Banco Mundial, com base no valor da transformação industrial do Censo Industrial do IBGE, foi de 0,80 na primeira metade do decênio de 70 e 0,63 no período de 1975-80, quando ocorreu uma redução no ritmo de crescimento da produção industrial da região, por força de fatores conjunturais.

As previsões para o período de 1980-1995 dão continuidade às altas taxas de crescimento do emprego industrial, com elasticidade de 0,76, e do crescimento da produtividade da força de trabalho (1,5% a.a.).

Torna-se necessário não esquecer que subsistem algumas críticas ao elevado custo pela absorção do emprego nas indústrias beneficiadas pelos programas 34/18 e FINOR. Referido assunto não será discutido aqui(33) (32) (18).

1.4.5. A Evolução do Emprego nos Serviços

Os serviços estão concentrando progressivamente a maior parte do emprego do Nordeste. Não só em relação aos outros setores, como em termos absolutos. Entre 1980-1995, por exemplo, enquanto à agricultura está reservada a responsabilidade de criar mais ou menos 180 mil novos empregos, o setor serviço, certamente, oferecerá adicionalmente mais de 1,5 milhão de empregos.

Esta grande ascensão do emprego em serviços se atribui ao constante progresso de sua demanda, cada vez mais elástica em relação à renda. De fato, segundo a Lei de Engel e as teorias de CLARK(6) e FOURASTIE(9), a produtividade deste setor é maior do que a da agricultura e da indústria, e a demanda dos mesmos aumenta à medida que a economia cresce.

A evolução setorial acelerada do emprego no setor serviços do Nordeste decorre principalmente da expulsão de trabalhadores da agricultura ou atração das cidades e da impossibilidade de o setor industrial assimilar tais excedentes, em face do próprio processo de modernização da indústria regional. Em razão disso, tem surgido uma significativa economia informal no setor terciário onde se têm refugiado segmentos importantes da mão-de-obra urbana.

Em contrapartida, os setores de atividade referentes ao comércio de mercadorias, transporte e comunicações, instituições de crédito, seguros, capitalização, administração de imóveis e valores mobiliários e administração pública têm apresentado altos índices de absorção de emprego, crescimento do produto e, principalmente, melhorias substanciais na produtividade. A média de crescimento do produto entre 1960-80 foi de 8,7%, com elasticidade-emprego de 0,48. As conclusões de minuciosa análise do setor serviços, nos últimos vinte anos, indicam seguramente que nos próximos anos terão seqüência as tendências reveladas nesse período. Assim, foram estimadas taxas de absorção de emprego de 4,3% ao ano até 1995, com ascensão do produto perto de 7,1% a.a. Naquela oportunidade, o setor serviços já terá assumido o lugar principal na ocupação da mão-de-obra, com 42% do emprego regional.

1.4.6. Oferta de Mão-de-obra

Estima-se que a população economicamente ativa ou a mão-de-obra do Nordeste aumentará a uma taxa de 2,89% ao ano entre 1980-1995, com acréscimo em torno de 5,8 milhões de trabalhadores no período*. Adicionando-se em 1995 a mesma proporção de desemprego aberto registrado em 1980, a oferta de mão-de-obra adicional pode chegar a 6,4 milhões, ou um total de 17,3 milhões de trabalhadores potencialmente disponíveis em 1995, admitindo uma situação de pleno emprego.

É oportuno esclarecer que, no tocante ao desemprego aberto, o censo demográfico classificou como desempregado “a pessoa que, tendo trabalhado em qualquer período nos 12 meses anteriores à data do censo, tivesse deixado de trabalhar e, na semana de referência, não estivesse procurando trabalho”. Para todos os efeitos, é considerada desempregada também a pessoa que, na mesma condição da anterior, estava procurando trabalho na semana do censo. De modo que os dados censitários não contemplam o desemprego estrutural que corresponde às pessoas que nunca tiveram trabalho antes.

* A identificação da PEA com a unidade de mão-de-obra é estatisticamente inevitável no Brasil, conforme explica o estudo do IPEA — Aspectos econômicos e demográficos da mão-de-obra no Brasil (1940-1969) mimeo, set. 1969, págs. 9/13.

TABELA 21
NORDESTE

Elasticidade do Emprego em Serviços

Períodos	Varição Percentual do Produto (Anual)	Varição Percentual do Emprego (Anual)	Elasticidade- Emprego	Varição Percentual da Produtividade Média (Anual)
1960-1970	6,6	3,0	0,45	3,6
1970-1980	10,8	5,0	0,46	5,8
1960-1980	8,7	4,2	0,48	4,5
1980-1995(1)	7,1	4,3	0,60	2,8

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Censos Demográficos; SUDENE—Grupo de Contas Regionais.
NOTA: (1) Previsões CAEN/UFC.

Segundo esse conceito, a taxa de desemprego aberto do Nordeste é muito baixa e praticamente corresponde ao desemprego friccional, que subsiste mesmo em economias de pleno emprego. A população economicamente ativa correspondeu apenas a 3,2% na ocasião do censo de 1980, contra 2,5% no Brasil como um todo. Em termos absolutos, o montante de desemprego e procurando trabalho do Nordeste foi de 360 mil no referido ano, dos quais 60% eram constituídos de homens. O setor terciário era responsável por quase a metade dessa cifra, enquanto à agricultura correspondiam 18% apenas. Cerca de 80% dos desempregados pertenciam à categoria de empregados, os quais se encontravam principalmente na Bahia (32%), Pernambuco (19%) e Ceará (14%).

A taxa média de desemprego aberto nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi de 3,2% e 4,2%, respectivamente, em setembro de 1986 e 1987. No Nordeste, a cidade do Recife registrou índice de desemprego de 4% e 5,8% nos períodos mencionados, e Salvador, uma média de 4,2%, de acordo com o levantamento da Pesquisa Nacional de Amostra por Municípios. De modo geral, as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre apresentaram taxas mais baixas em comparação com Recife e Salvador.

O ponto crítico para a economia do Nordeste, todavia, não é apenas a manutenção e criação de novos postos de trabalho, mas, sobretudo, aumentar primordialmente a eficiência na utilização da numerosa mão-de-obra subempregada*.

Adotando aqui o conceito restrito de incluir nessa categoria apenas as pessoas da PEA trabalhando até 39 horas semanais e, simultaneamente, ganhando até um salário mínimo na atividade principal, calcula-se que estariam, em 1995, carecendo de melhor aproveitamento econômico cerca de 2,7 milhões de trabalhadores, ou seja, 16% da população economicamente ativa de então. A maior proporção dessas pessoas se concentra atualmente na agricultura e no setor de prestação de serviços.

É oportuno observar que a renda total e "per capita" de um país ou região é baixa, como explica a teoria econômica, devido à reduzida proporção da população total na condição de economicamente ativa e em vista da baixa renda média de significativa parcela dessa mão-de-obra.

* A estimativa da subutilização de mão-de-obra geralmente é realizada através de dois critérios:

- a) subemprego visível, que corresponde às pessoas trabalhando até 39 horas semanais na ocupação principal;
- b) subemprego invisível que engloba a parcela da PEA ganhando até 1 salário mínimo na ocupação principal. No primeiro caso a estimativa para o Nordeste é de 20-22% da PEA e, no segundo conceito, cerca de 50-55% da PEA. Em ambos os casos há, certamente, dupla contagem.

A participação da mão-de-obra do Nordeste na população total tem sido, nos últimos 20 anos, de 31-32% contra 37% do Brasil e cerca de 40-42% para os Estados do Sudeste e Sul. A nível mundial, a estimativa dessa relação para os países subdesenvolvidos é de aproximadamente 35-38%, comparada com 44-46% nos industrializados. A USSR sobressai com 50-52*. Na França, por exemplo, a percentagem dos trabalhadores remunerados aumentou de 38% em 1870 para 56% em 1920, decrescendo para 45% em 1980. Nos Estados Unidos da América esta percentagem passou, no mesmo período, de 32% para 44% atualmente.

Dois fatores explicam tecnicamente a baixa proporção da força de trabalho e da oferta de oportunidades de emprego no Nordeste. Do total da população economicamente ativa da Região, as mulheres participam com 25% em média, caindo no setor agrícola para 15%. Esta relação é de 28% no Brasil e 31% em São Paulo. Nos Estados Unidos a proporção de mulheres no conjunto da PEA aumentou de 18% em 1900 para 37% atualmente, percentagem similar à da Europa, mas inferior à da Rússia (50%).

Em quase todos os países, portanto, os homens constituem a maioria da população economicamente ativa. No Nordeste, a taxa de atividade da força de trabalho masculina é, em média, de 75%, alcançando 90% no grupo de homens adultos (20 a 69 anos), e chegando a 97% entre as idades de 30 a 50 anos. Em outras palavras, a proporção de pessoas não-economicamente ativas do sexo masculino, nesses grupos etários, é muito reduzida. Contrariamente ocorre às mulheres. A taxa de atividade geral chega a 20% no grupo de adultas, baixando para 10% entre 10-14 anos, contra 45% para os homens. Para ilustrar a magnitude dessas relações, estima-se que, em média, das 9,9 milhões de pessoas não-economicamente ativas do Nordeste, em 1980, cerca de 7,7 milhões eram de mulheres (78%).

A evolução da oferta de mão-de-obra do Nordeste tem sofrido, nos últimos trinta anos, substancial influência do comportamento do emprego das mulheres, mesmo esse segmento correspondendo apenas a um quarto da população economicamente ativa(20). As taxas de crescimento total da mão-de-obra do Nordeste, na década de 50 a 60, por exemplo, foram 2,4% e 1,6% ao ano, respectivamente, com a variação no emprego masculino de 1,6% em todo o período. A diferença nas taxas globais deve-se ao ritmo do emprego feminino, com taxas de 5,3% entre 1950-60 e 2% em 1960-70. Em outras palavras, a variação no crescimento do emprego

* No Brasil, o IBGE considera população economicamente ativa as pessoas ocupadas com 10 anos e mais; enquanto nos demais países, especialmente nos desenvolvidos, são consideradas apenas, nessa categoria, as pessoas de 15-64 anos.

das mulheres foi a causa determinante da flutuação no emprego do Nordeste no período analisado. Do mesmo modo ocorreu entre 1970-80, quando um assinalado crescimento do emprego das mulheres (5,4% ao ano) motivou a elevação do incremento da PEA de 1,6% (1960-70) para 2,8% no período 1970-80. O aumento das taxas do emprego dos homens no período, de 1,6% para 2,2%, não explica a referida taxa global.

O desemprego no Nordeste geralmente é atribuído à incapacidade do sistema econômico regional. No caso do Nordeste, existe desemprego também porque a procura por mão-de-obra feminina é insuficiente em face da oferta desse recurso, pois a margem de expansão de emprego masculino é limitada, devido à já extremamente elevada taxa de atividade desse segmento na Região.

A oferta de mão-de-obra feminina vem ocorrendo de maneira crescente no setor terciário, o qual elevou essa taxa anual de crescimento de 3% para 6%, entre 1950 e 1980. Na indústria ocorreu uma certa estabilidade (cerca de 7% a.a.). O emprego das mulheres na agricultura tem sido instável, com flutuação entre 7,2% no período 1950-60 para — 0,4% em 1960-70, estabelecendo-se em 2,7% em 1970-80. O ritmo de variação do emprego masculino na agricultura declinou nos últimos trinta anos, ocorrendo brusca elevação na primeira década e manutenção nos vinte anos seguintes (cerca de 7%) e mais ou menos a mesma taxa em serviços (3-4% a.a.) em todo o período.

Por setor de atividade, as mulheres estão predominantemente no setor serviços (62%), com tendências rapidamente ascendentes no setor agrícola (28%) e no setor industrial (10%). Os homens continuam, principalmente na agricultura, com cerca ainda de 50%, pouco mais de 34% nos serviços e apenas 16% na indústria.

A julgar por essas informações, seria necessário um número de dados muito maior para estimar adequadamente a oferta real de mão-de-obra do Nordeste nos próximos anos. Mesmo assim, pode-se deduzir dos dados analisados e de muitos valiosos estudos sobre o assunto(13) (12) que o problema da oferta de mão-de-obra do Nordeste depende:

- a) Da taxa de crescimento da população total, desde que a população economicamente ativa é tecnicamente uma proporção desse contingente, conforme foi analisado;
- b) do índice de desemprego aberto remanescente de períodos anteriores que se deve somar ao crescimento da população economicamente para obter a oferta potencial de mão-de-obra;
- c) da proporção da população ativa feminina que, no Nordeste, contrasta de modo desfavorável com os países industrializados, ou mesmo de outras regiões mais adiantadas do próprio Brasil.

É evidente que um considerável contingente de pessoas incluídas no montante da oferta de mão-de-obra está afetado por situações de subemprego e baixa produtividade, cujas manifestações mais evidentes são os baixos rendimentos auferidos por esses indivíduos e os desordenados movimentos migratórios. Neste particular, basta mencionar que 57-60% da população economicamente ativa do Nordeste percebe menos do que um salário mínimo mensal, parcela que pelos conceitos teóricos deveria ser classificada como trabalhadores em situação de subemprego invisível(28). Do total dessa categoria, cerca de 50% estão na agricultura e 18% em prestação de serviços, seguidos pela indústria e comércio de mercadorias como outras atividades importantes na absorção dessa mão-de-obra.

Outra fonte de pressão sobre o mercado de trabalho no Nordeste é motivada pela ocupação camuflada pela estacionalidade das ocupações ou atividades em tempo parcial. De acordo com dados censitários, cerca de 10% dos empregados autônomos trabalham, no Nordeste, em média, menos de 6 meses, e outros 20% entre 6 e 9 meses. Admitindo o critério de subemprego visível, que incluiu as pessoas trabalhando até 39 horas semanais na ocupação principal, o Nordeste conta normalmente com cerca de 20-22% de pessoas neste segmento*. Também constitui um problema a distribuição dessa força de trabalho por setores de atividade e localização geográfica. Enquanto em certas atividades e áreas se observa um excesso de pessoal em tempo parcial e com rendimento baixo, em outras a falta de pessoal é evidente, com prejuízo ao desempenho eficiente de muitas atividades.

Os problemas assinalados estão associados também aos indicadores do grau de instrução da mão-de-obra, pois está comprovado que há uma alta correlação entre essas características e os níveis de rendimento dos trabalhadores, assim como ao ritmo de transição dos mais baixos aos mais altos níveis de produtividade da economia.

Efetivamente, existiam no Nordeste 10,9 milhões de pessoas, em 1982, com sete anos e mais, que nunca freqüentaram curso regular. Segundo o levantamento especial sobre educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, cerca de um terço dessas pessoas (3,5 milhões) nunca assistiram a um curso regular, como desejavam, motivadas pela necessidade de trabalhar; 30% alegaram falta de escola ou de vaga; o restante se prendia a outros motivos.

* Certamente parte dos que estão nesta categoria são também classificáveis em subemprego invisível.

Daqueles que não freqüentaram escola, 23% estavam na faixa etária de 7 a 14 anos, 9% de 15 a 19 e 15% de 20 a 25 anos. Os adultos com mais de 25 anos constituíam a grande maioria, isto é, 60% dessa categoria. Por sexo, a metade dos que não freqüentaram escola era de homens. A causa principal foi atribuída à necessidade de trabalhar, especialmente os de mais de 25 anos. No grupo das mulheres, 36% não freqüentaram escola por falta de vagas. Neste caso destacaram-se as com mais de 25 anos.

Neste contexto, as informações sobre o nível de instrução indicam também uma situação similar para a mão-de-obra regional. De acordo com os dados censitários, cerca de 30% da população economicamente ativa do Nordeste não tinha instrução. Essa percentagem elevou-se para 75% na agricultura. Com um a quatro anos de estudo estavam 30% dos trabalhadores nordestinos, mas na categoria de cinco a oito anos, apenas 10%. No nível educativo de 2º grau (9-11 anos) encontravam-se 7% e no nível superior, 3%, os quais estavam ocupados quase totalmente nos setores terciários ou serviços. Da população economicamente ativa da agricultura tão-somente 1,3% contava com o 2º grau e nível superior. Esses padrões educacionais, como é sabido, estão bem abaixo dos registrados no Sudeste e Sul, e mesmo dos das regiões Norte e Centro-Oeste.

Deve-se registrar, contudo, que esta situação é bem melhor do que a prevalecente na década anterior, especialmente quanto aos sem instrução, que, em 1970, representavam 63% da PEA regional. Em 1985, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios também indicou melhorias gradativas nos padrões educacionais da mão-de-obra do Nordeste, com redução para 39% dos sem instrução, e educação das pessoas com um a quatro anos para 34%. De 5 a 8 anos também ocorreu um avanço, bem como nos com mais de 9 anos de estudo, inclusive superior.

Observe-se que, segundo referida pesquisa, 73% dos trabalhadores sem instrução tinham um rendimento mensal até um salário mínimo e, praticamente, nenhum recebia mais de cinco salários mínimos. A proporção dos que estavam no grupo de mais baixo rendimento era decrescente com a elevação do nível de instrução. Mesmo assim, 20% dos que possuíam mais de 9 anos de instrução percebiam mensalmente menos de um salário mínimo, em 1985.

Acha o professor ROBOCK que o ponto crítico de estrangulamento do Nordeste é a formação do capital humano, ou seja, a educação e o treinamento da mão-de-obra. Afirma ele que "mais alfabetização e mais educação são essenciais para uma melhor produtividade, tanto na agricultura como na indústria"(27). Sobre o assunto, HARBISON diz: "É essencial que os políticos e os planejadores entendam que qualquer plano desen-

volvimentista que não atribua alta prioridade à formação de capital humano é simplesmente visionário e quase certamente destinado ao fracasso, pois a experiência tem demonstrado que mão-de-obra especializada não aparece de forma automática ou mágica(14).

1.5. Distribuição da População Economicamente Ativa por Estado

Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão concentraram, em 1980, 72% da população economicamente ativa do Nordeste. O primeiro destaca-se com 27% do total regional, conforme a TABELA 23.

As diferenças entre os diversos Estados, na proporção da população economicamente ativa, segundo a atividade, traduz principalmente os estágios dos graus de desenvolvimento econômico de cada Estado. Pernambuco e Bahia são, por exemplo, os que relativamente mais empregam na indústria e menos na agricultura. O Maranhão e o Piauí estão em situação oposta, com predominância do emprego agrícola e pouca significação no setor manufatureiro.

Fato peculiar a registrar é a redução, em termos absolutos, da mão-de-obra ocupada na agricultura entre 1970-1980, nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Os dois últimos Estados estão apresentando esse comportamento desde a década de 60, o que se considera normal em estágios mais avançados de desenvolvimento, contudo invulgar em situações de subdesenvolvimento, como nos casos mencionados, conforme a teoria sobre o assunto(6).

As sucessivas crises climáticas ocorridas no período, no Nordeste, ocasionaram, provavelmente, referida situação. Mesmo sendo difícil prever neste particular, há indicações de normalidade pluviométrica até 1995 e poucos motivos dessa natureza para evasão de trabalhadores agrícolas, como a observada na década de 70.

TABELA 22
NORDESTE
Estimativa da População Economicamente Ativa

Discriminação	1970	1980	1995
I. Atividades Urbanas (1.000 pessoas)			
População Urbana (A)	11.753	17.566	28.829
Força-de-trabalho (B)	3.032	5.431	10.500
% (B/A)	26	31	36
Incremento da Força-de-trabalho			
Milhares de pessoas	—	2.400	5.069
Taxa percentual no período (%)	—	79	94
II. Atividades Agrícolas (1.000 pessoas)			
População Rural (A)	16.359	17.246	17.736
Força-de-trabalho (B)	5.219	5.400	6.150
% (B/A)	32	31	34
Incremento da Força-de-trabalho			
Milhares de pessoas	—	184	750
Taxa percentual no período (%)	—	5	8
III. Todas as Atividades (1.000 pessoas)			
População Total (A)	28.112	34.812	46.565
Força-de-trabalho (B)	8.251	11.158	16.650
% (B/R)	29	32	36
Incremento da Força-de-trabalho			
Milhares de pessoas	—	2.907	5.819
Taxa percentual no período (%)	—	35	49

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Censos Demográficos 1970, 1980.
CAEN/UFC.

TABELA 23
NORDESTE
População Economicamente Ativa Segundo os Estados e Setores Produtivos
1950—1980
(Em 1.000 Pessoas)

Estados	Total					Agropecuária					Indústria					Serviços				
	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980
Maranhão	489,2	790,1	965,8	1.279,9	406,0	650,2	762,7	884,5	17,0	24,4	48,7	110,1	66,2	115,6	154,4	285,3				
Piauí	303,7	378,9	480,8	659,8	252,1	286,3	346,7	395,8	10,8	19,8	37,6	69,0	40,8	72,8	26,5	184,7				
Ceará	802,8	1.042,9	1.241,7	1.670,2	605,9	688,4	747,5	741,2	51,6	129,6	159,8	320,9	145,3	224,9	334,4	608,1				
R. G. Norte	286,6	337,2	403,4	575,1	208,1	225,0	240,6	239,2	22,8	24,9	43,4	111,4	55,7	87,3	119,4	224,5				
Paraíba	517,3	595,3	665,1	821,4	408,0	436,5	437,2	412,6	32,7	35,3	56,3	126,1	76,6	123,5	171,6	282,7				
Pernambuco	1.120,4	1.304,6	1.476,5	1.974,0	749,2	803,3	763,6	788,3	120,6	123,8	193,4	379,9	250,6	377,5	519,5	805,5				
Alagoas	352,2	425,9	476,1	593,1	267,2	312,9	322,9	323,7	32,6	30,7	46,2	85,6	52,4	82,3	107,0	183,2				
Sergipe	210,8	258,6	260,3	342,5	145,5	177,2	161,7	149,8	22,6	22,5	29,9	61,3	42,7	58,9	68,7	131,4				
Bahia	1.515,9	1.942,2	2.280,8	2.926,9	1.105,5	1.339,7	1.436,0	1.465,0	121,6	138,3	249,6	477,9	288,8	464,2	595,2	984,1				
Nordeste	5.598,9	7.075,8	8.250,5	10.831,9	4.147,5	4.919,5	5.218,2	5.400,0	432,3	549,3	864,9	1.742,2	1.019,1	1.607,0	2.166,7	3.689,6				

FONTE: F. IBGE — Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980.

NOTA: (1) Para tornar mais comparáveis as informações, foram retirados da PEA de 1970 e 1980 os desempregados; além disso as atividades extrativas minerais foram incluídas em 1950 e 1960 nas atividades industriais para aproximar mais da classificação adotada em 1970 e 1980.

2. SITUAÇÃO E TENDÊNCIAS DO PRODUTO REGIONAL E NACIONAL

O propósito deste segmento é apresentar e analisar, resumidamente, as principais informações disponíveis sobre o produto regional e suas tendências até o ano de 1995. Os dados básicos de produto e formação de contas utilizadas em nível regional para o período de 1960-1986 foram elaborados pelo Grupo de Contas Regionais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com o propósito de comparações ao nível nacional e como análise complementar aos dados da SUDENE também foram usadas as informações recentemente revisadas de produto coletadas pelo Centro de Contas Nacionais, da Fundação Getúlio Vargas, respectivamente para os anos de 1970, 1975 e 1980.

As previsões até 1995 foram estimadas pelo Setor de Informações Econômicas do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) do Banco do Nordeste do Brasil e CAEN/UFC.

As estimativas prévias das taxas de crescimento da economia podem servir como elemento de referência para estimativas de demanda, capacidade de absorção de emprego, avaliação das necessidades de exportação e orientação para os investidores do setor privado etc.

Alguns modelos utilizados com essa finalidade às vezes assumem grande complexidade e adotam uma multiplicidade de variáveis. A carência de informações estatísticas para alimentar referidos modelos levam os economistas a adotarem geralmente processos de imputação arbitrários que tornam os resultados obtidos muito discutíveis. É comum, contudo, o uso de alguns métodos muito simples e de fácil operação, cujos resultados, mesmo não sendo de completa precisão, servem como referência de grande utilidade prática. A metodologia aplicada neste capítulo é dessa natureza e tem sido adotada largamente nos países subdesenvolvidos para estimar o crescimento futuro da renda.

Vale ressaltar que o método aqui utilizado de extrapolação das tendências históricas levou em conta várias hipóteses de ajustamento dos dados com o fim de melhorar a qualidade dos resultados pretendidos. É necessário não esquecer, mesmo assim, que os acontecimentos futuros podem ser diferentes dos passados, pois o desenvolvimento da economia implica mudanças e exige modificações da produção e da demanda.

2.1. Produto Total e "Per Capita"

O produto interno bruto total do Nordeste a custo de fatores, que corresponde ao valor monetário de todos os bens finais e serviços produzidos pela economia, foi de 41,4 bilhões de dólares em 1985, de acordo com dados da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Considerando que a população do Nordeste atingiu 38 milhões de habitantes nesse mesmo ano, o produto "per capita" resultante atingiu US\$ 1,088. Este valor, correspondeu a três vezes o produto "per capita" do Nordeste em 1960 e a duas vezes e meia ao de 1970 (Ver TABELA 24).

Comparativamente com o Brasil, o produto "per capita" do Nordeste correspondeu a 65,7% em 1985, contra 43% em 1970, quando se observou o mais baixo nível relativo nesse particular da série analisada (1960-85).

Segundo os dados básicos da mesma fonte, estima-se que em 1995 a Região alcançará um produto "per capita" de US\$ 1,472, ao tempo em que terá continuidade a ascensão do Nordeste no contexto nacional. Este inusitado comportamento, mesmo que alvissareiro, deve ser considerado com discrição. Como será analisado em outro segmento do presente trabalho, esse fenômeno vem-se registrando em decorrência da desaceleração da taxa de crescimento da produção nacional, apesar de a economia do Nordeste vir revelando alguma autonomia de crescimento do produto, especialmente a partir de 1982.

Os dados básicos de produto para o Nordeste são elaborados pelo Grupo de Contas Regionais da SUDENE, enquanto a Fundação Getúlio Vargas estima esses dados para todo o País, inclusive para o Nordeste. Ambas as Instituições trabalham com metodologia semelhante de cálculos de produto, mas, por contar com mais facilidades locais, a SUDENE inclui nas suas estimativas dados sobre construção civil que a F.G.V. não considera. Assim, o montante do produto estimado pela SUDENE para o Nordeste é superior ao da F.G.V., mesmo que este último seja mais adequado para comparações, ao nível de Brasil, pela similitude de conceitos e computação utilizados.

A fim de oferecer dados alternativos sobre o produto regional, e visando facilitar comparações com outras regiões, foram incluídos também nesta parte os dados de produto calculados pela Fundação Getúlio Vargas, denominado na TABELA 24 como alternativa I.

Com base nessa fonte de informação (F.G.V.), o produto interno bruto, a custo de fatores, foi estimado em 35,8 bilhões de dólares em 1985. Isto resulta em um produto "per capita" de US\$ 942, cerca de 13% abaixo do valor estipulado pelos levantamentos da SUDENE. Em comparação com o Brasil, esse valor representou 57%, contra 66% da alternativa II, fundamentada nos dados da SUDENE.

TABELA 24
BRASIL / NORDESTE
Produto Interno Bruto a Custo de Fatores
Valor *Per Capita*
(Evolução e Previsões)

(Em US\$ 1.00 de 1980)

Anos	Brasil	Alternativa I			Alternativa II		
		Nordeste (2)	NE/BR (%)	Nordeste (2)	Nordeste (2)	NE/BR (%)	NE/BR (%)
1960	736	302	41,0	348		47,4	
1965	794	336	42,3	389		48,9	
1970	996	370	37,1	427		42,9	
1975	1.412	525	37,2	607		43,0	
1980	1.750	741	42,3	856		48,9	
1985	1.655	942	56,9	1.088		65,7	
1990	1.822	1.010	55,4	1.167		64,0	
1995	2.180	1.274	58,4	1.472		67,5	

FONTES:

BRASIL: 1960-69 — FGV — cen — Conjuntura Econômica — série.
1970-89 — Ind. do IBGE—set/89, Rev. e Atual. — 1988.

NORDESTE:

Alternativa I

1980 — FGV — Conjuntura Econômica — maio de 1987. Demais anos, Projeção de dados da FGV, com base nas taxas de crescimento anuais da SUDENE — CCR.

1990-95 — Projeções com base na tendência observada nas taxas de crescimento do PIBcf da SUDENE, no período de 1960-89.

Alternativa II

1960-89 — SUDENE — Grupo de Contas Regionais.

1990-95 — Estimativa com base na tendência das taxas de crescimento do PIBcf calculado pela SUDENE, no período de 1960-89.

NOTA: A taxa de câmbio foi de 1 US\$/Cz\$ 0,052699 em 1980.

TABELA 25
NORDESTE
Evolução e Previsões do PIBcf 1960-1995
(Alternativa I — Dados Originais da FGV)

Anos	Valor Total		População em	Valor "Per Capita"	
	Milhares de Cz\$/80	Milhões de US\$/80		Cz\$ 1,00 de 1980	US\$ 1,00 de 1980
1960	352.453	6.688	22.182	15,89	302
1965	442.428	8.395	24.967	17,72	336
1970	547.844	10.396	28.112	19,49	370
1975	874.045	16.586	31.576	27,68	525
1980	1.385.040	26.282	35.480	39,04	741
1985	1.886.629	35.800	38.005	49,64	942
1990	2.281.693	43.297	42.882	53,21	1.010
1995	3.126.109	59.320	46.566	67,13	1.274

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS:

1980 — FGV — Conjuntura Econômica — maio de 1987. Demais anos:

Projeção de dados da FGV, com base nas taxas de crescimento anuais da SUDENE — Centro de Contas Regionais.

1990-95 — Projeções com base na tendência observada nas taxas de crescimento do PIBcf da SUDENE, no período de 1960-89.

NOTA: A taxa de câmbio foi de 1 US\$/Cz\$ 0,052699 em 1980.

TABELA 26
NORDESTE
Evolução e Previsões do PIBcf 1960-1995
(Alternativa II — Dados Originais da SUDENE)

Anos	Valor Total		População em 1.000 Pessoas	Valor "Per Capita"	
	Milhares de Cz\$/80	Milhões de US\$/80		Cz\$ 1,00 de 1980	US\$ 1,00 de 1980
1960	407.258	7.728	22.182	18,36	348
1965	511.223	9.701	24.967	20,48	389
1970	633.030	12.012	28.112	22,52	427
1975	1.009.953	19.165	31.576	31,98	607
1980	1.600.405	30.369	35.480	45,11	856
1985	2.179.987	41.367	38.005	57,36	1.088
1990	2.636.482	50.029	42.882	61,48	1.167
1995	3.612.199	68.544	46.566	77,57	1.472

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS:

1960-89 — SUDENE/GCR.

1990-95 — Projeções com base na tendência observada nas taxas de crescimento do PIBcf da SUDENE, no período de 1960-88.

NOTA: A taxa de câmbio foi de 1 US\$/Cz\$ 0,052699 em 1980.

As previsões do produto para 1990 e 1995 indicam melhoria gradativa da posição do Nordeste em relação ao Brasil na próxima década, em vista do melhor desempenho da economia regional para esse período.

As estimativas calculadas de acordo com critérios realistas dão para o Nordeste um produto “per capita” de US\$ 1,337 e 1.545, em 1995, conforme, respectivamente, a alternativa I — F.G.V. ou a alternativa II — SUDENE. Em termos de valor absoluto, o produto total do Nordeste alcançaria, em 1995, pelas hipóteses estabelecidas nessa última alternativa, cerca de US\$ 71,9 bilhões ou Cz\$ 3,8 milhões, a preços de 1980.

Tomando por referência o ano de 1985 para efeito de comparação internacional, havia no mundo 115 nações com produto total inferior ao do Nordeste, mesmo que essa região, se fosse um país, estaria no 40º lugar no “ranking” internacional de produto total, deixando atrás países como Egito, Grécia, Hungria, Israel, Filipinas, Portugal etc.* Quanto ao produto “per capita”, a situação do Nordeste se equipara ao grupo de países subdesenvolvidos, dentre os quais podem ser citados, com nível equivalente, o Paraguai, Peru, Turquia, com aproximadamente US\$ 1,000, em 1985. É bom mencionar que, no mesmo ano, a Bolívia tinha um produto “per capita” de US\$ 470, a China socialista, US\$ 310, Egito, US\$ 680, Índia, US\$ 250, Indonésia, US\$ 530 e Nigéria, US\$ 760, além de 60 outros países, com produto médio inferior ao do Nordeste.

O produto interno bruto “per capita” do Brasil foi estimado pela Fundação Getúlio Vargas em US\$ 1,655 para 1985, contra US\$ 1,750 em 1980, ou seja, menos 5% no período. As previsões para os anos seguintes indicam restabelecimento e ingresso em nova fase de crescimento da economia nacional. Espera-se, em 1995, um produto “per capita” de US\$ 2,440.

2.2. Avaliação do Crescimento Passado e Previsões

Desde o início da década de 50, o Brasil apresentou cerca de quarenta anos de crescimento continuado e de mudanças estruturais. Isto transformou a economia brasileira de predominantemente rural em sociedade de natureza urbana(2). O Brasil ocupa hoje o oitavo lugar entre as potências industriais do mundo, apesar da continuidade de discrepâncias estarrecedoras entre o progresso econômico e as condições de pobreza de segmentos importantes da população em todas as partes do país, especialmente no meio rural do Nordeste(4).

* Considerando apenas os países e territórios com mais de 1 milhão de habitantes, conforme a publicação do WORLD BANK (34).

A “performance” da economia brasileira no processo de evolução comentado tem apresentado avanços rápidos em certos períodos e desaceleração em outros, de acordo com as condições favoráveis e vicissitudes da economia interna e mundial. No caso do Nordeste, segundo o economista CELSO FURTADO, trata-se de uma região duplamente dependente, pois seu crescimento vincula-se ao comportamento da economia nacional e é afetado pelos problemas decorrentes do comércio internacional.

Os efeitos das flutuações econômicas registradas no país ou no exterior nem sempre se refletem instantaneamente no Nordeste, de modo que há certa diferenciação temporal ou efeitos retardados nas taxas de crescimento do produto em nível nacional e na região. As políticas e incentivos específicos direcionados para o Nordeste têm motivado também o crescimento autônomo do produto em certos períodos, mesmo que, no final das contas, repercuta nas próprias taxas de comportamento da economia brasileira.

Como explica o economista Osmundo E. Rebouças, a evolução da renda e vários indicadores sociais “representam o reflexo de fatores exógenos (históricos, climáticos, escassez de recursos naturais etc.), bem como a consequência de políticas governamentais de caráter regional e as de natureza nacional e setorial”(26).

Esses fenômenos têm favorecido a melhoria da posição relativa do produto “per capita” do Nordeste, em relação ao Brasil, enquanto, em outras ocasiões, induzem a vazamento de recursos para o resto do país e a agravamento das disparidades inter-regionais.

Na década de 50, a economia brasileira cresceu à taxa real de 5,6% ao ano, enquanto no Nordeste o produto interno bruto evoluiu a 4,7%. Como a população do Brasil aumentou nesse período mais rapidamente do que a do Nordeste, 3% e 2%, respectivamente, ocorreu uma pequena melhoria do nível de produto “per capita” do Nordeste em relação ao Brasil. Nas décadas de 60 e 70 teve continuidade a menor taxa de crescimento demográfico do Nordeste, por força dos saldos migratórios líquidos da Região, favorecendo a diminuição das disparidades regionais em termos de renda “per capita”. Apenas durante o período do chamado “Milagre Econômico”, o Nordeste perdeu posição em relação ao resto do país. De 1968-73, por exemplo, a economia do Brasil, em termos “per capita”, cresceu de 8,7% e o Nordeste mais ou menos 5,5% ao ano. A partir de 1974, a Região retomou, em média, maior impulso de crescimento do produto do que o Brasil, situação que se mantém até o presente, com perspectivas de continuidade dessa tendência nos próximos 5 anos.

Para melhor compreensão da situação da Região no contexto nacional, encontra-se, na tabela seguinte, uma tentativa de síntese das principais fases que a economia do Nordeste viveu a partir da década de 60.

O início da década de 60 foi para a economia brasileira uma fase de incerteza, motivada por problemas econômicos e dificuldades políticas. A média de crescimento do produto total entre 1960-1967 alcançou 4,4% contra 5,2% do Nordeste.

Em termos de produto "per capita", a taxa brasileira caiu de 7% em 1961 para zero em 1964, tornando-se ligeiramente negativa no ano seguinte. O lançamento do Plano Trienal em 1963 foi inócuo para deter o aumento da inflação e a tendência recessiva da economia. Com a mudança de governo em 1964, foram realizadas alterações na política econômica, com ênfase no combate à inflação, estabelecimento de uma economia de mercado, redução dos déficit do Governo e remuneração real dos ativos financeiros. É desta época a reformulação completa do Sistema Financeiro Nacional e a política de reajustes de salários inferiores à inflação, com piora no perfil de distribuição de renda do País. Mesmo com o aumento substancial das exportações, a capacidade ociosa da indústria de transformação chegou a alcançar 25% em 1965. O período seguinte foi de expansão de crédito ao consumidor e aquisição de moradia com o objetivo de revigoração da economia.

No período de 1968-73, a política governamental direcionou-se para a maximização da taxa de crescimento do produto a curto prazo. Era parte essencial da nova política o controle da inflação e a cobertura do déficit do balanço de pagamento com entradas líquidas de capital financeiro do exterior. A conjuntura internacional foi bastante favorável então, com crescimento das exportações brasileiras e a capacidade para importar em torno de 25% ao ano entre 1967-73. A conjunção da fase ascendente da economia interna com um período excepcionalmente favorável do ciclo de evolução da economia internacional passou a ser denominado no Brasil de milagre econômico. A taxa de crescimento do produto total no período de 1968-73 atingiu 11,2%, e o da indústria alcançou 13,4% ao ano.

O ritmo de crescimento da economia do Nordeste melhorou substancialmente em relação ao período de ajustamento econômico (1960-67). Entretanto, situou-se aquém do desempenho brasileiro, cerca de 7,7% a.a., mesmo que a evolução do valor adicional real da indústria de transformação nordestina tenha sido similar à brasileira.

O período de 1974-1980 foi marcado por diversos eventos internos e externos que motivaram o arrefecimento da economia brasileira, ainda que os 6,8% de crescimento do produto possam ser considerados como excelentes para as condições vigentes. O agravamento da economia brasi-

TABELA 27

BRASIL/NORDESTE

Fases do Crescimento do PIB Real Total

Períodos	Taxa de Crescimento Anual (%)	
	Brasil	Nordeste
Ajustamento Econômico		
1960—1967	4,4	5,2
Milagre Econômico		
1968—1973	11,2	7,7
Choque do Petróleo		
1974—1980	6,8	9,8
Crise Econômica		
1981—1983	- 1,4	5,5
Situação Recente		
1984—1986	7,9	10,2
1987—1989	1,8	2,0

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS:

Para o Brasil — FGV — Conjuntura Econômica — Série. Até 1969 e FIBGE — Revisão e Atualização a partir de 1970.

Para o Nordeste: SUDENE — CPR de 1960-1989.

BNB/ETENE — Estimativa a partir de 1990, com base na TGCA observada nos últimos 29 anos.

leira nesse período esteve associado à recessão das economias industrializadas (taxa de crescimento do produto de 2,8% entre 1973-79), decorrente, principalmente, do choque dos preços do petróleo e do colapso do acordo de BRETTON WOODS.

Na tentativa de manter o crescimento da economia brasileira em ritmo semelhante à fase do milagre econômico, foram realizadas substanciais importações de bens de capital e matérias-primas a preços inflados por aumentos generalizados do comércio internacional. Ao mesmo tempo ocorreu uma brusca redução das exportações brasileiras, com aumento sem precedente do déficit na balança comercial e de serviços. A dívida externa, que era de US\$ 12,6 bilhões em 31/12/73, passou para US\$ 32 bilhões em fins de 1977. Mesmo assim, a política monetária e cambial continuou a incentivar a captação de recursos externos (liberação das taxas de juros) bem como eram mantidos os estímulos ao crescimento do consumo interno. O resultado dessas diretrizes econômicas, além da redução da taxa de crescimento do produto, foi o crescente aumento da dívida externa, pressões inflacionárias e o estrangulamento da economia para a continuidade do crescimento de longo prazo.

A partir de 1980, especialmente 1981-83, o comportamento da economia brasileira caracterizou-se por muitos entraves internos e problemas externos de consumo e de endividamento externo. Disso resultou uma drástica queda na taxa da economia, que, no período referido, chegou em média a (—) 1,4% ao ano. Novas medidas para reativar a economia surtiram rápido efeito, de modo que entre 1984-86 a economia brasileira voltou a crescer de 7,9% a.a., apesar de em 1958-89 haver ocorrido uma queda dessa taxa para 1,8%.

Fato notório a observar nas relações de crescimento da economia nordestina com o Brasil é que essa região tem revelado, nos últimos anos, certa autonomia de crescimento do produto, como ocorreu em 1981-83, quando o Nordeste manteve uma taxa de 5,5% a.a. contra tendência negativa da economia brasileira, como já comentado.

As previsões até 1995 são de um crescimento da economia brasileira entre 5-6%, mas os indicativos são de que o produto nordestino continuará a evoluir em média a taxas mais elevadas, como vem ocorrendo desde 1974, afora alguns poucos anos isolados ao longo da série considerada.

Sob certos aspectos, esses resultados são bastante positivos para a economia brasileira, à medida que a desvinculação das taxas de crescimento do Nordeste tem contribuído para atenuar as quedas periódicas do crescimento do produto ao nível nacional.

Tal influência será proporcional à participação do produto regional na formação do produto nacional. Este, em 1980, era de 12%, cabendo ao Sudeste 62%, ao Sul 17%, ao Centro-Oeste 7% e ao Norte 3%.

Do ponto de vista da participação do Nordeste no produto brasileiro, segundo os setores, a situação em 1980 correspondia a 24% para a agricultura, 9% para a indústria e 14% no tocante aos serviços. Entre 1960-85 foram poucas as alterações nessas relações, com flutuações relativas na agricultura, que têm variado entre um máximo de 30% e um mínimo de 20%; e a indústria e serviços com desvios de 1 a 2% sem tendências muito definidas.

Quanto à estrutura setorial do produto, verifica-se que a agricultura brasileira participava com apenas 10% do produto total em 1985, sendo de 16% essa relação no Nordeste. Em contrapartida, o Brasil é bem mais industrializado do que o Nordeste. Este último tinha uma participação desse setor de 27% no produto total, contra 43% no Brasil. Já no setor serviços, as proporções são semelhantes.

Pode-se concluir da análise antecedente que o Nordeste tem apresentado rápida expansão econômica nos últimos 30 anos. Destaque especial deste particular foi o período de 1970-1980, que apresentou taxas de crescimento da renda regional bem mais elevadas em comparação com outros países subdesenvolvidos atuais, isto é, 9,7% ao ano*.

Este notável desempenho da economia nordestina deveu-se, em grande parte, aos mecanismos dos incentivos fiscais e financeiros ao desenvolvimento industrial da Região. O IPEA/SEPLAN estimou que entre 1965-72, por exemplo, a liberação de recursos de incentivos fiscais para projetos industriais chegou a representar 45% da formação bruta de capital pelas atividades manufatureiras. Em consequência dessas políticas, o setor terciário da economia foi gradualmente estimado, chegando a ultrapassar o crescimento da indústria na década de 70, ou seja, uma média de 11% anual contra 10% ao ano da indústria. No período em exame, a agropecuária evoluiu de 5,6% ao ano, bem inferior aos demais setores, mas quase o dobro da média da década anterior.

Mesmo que esses resultados tenham sido altamente positivos, não se deve deixar de ressaltar que o crescimento da economia do Nordeste é consequência de complexos processos e de uma diversidade de fatores. Na verdade, a situação favorável de crescimento da Região, no contexto dos países subdesenvolvidos, não deve esconder a dura realidade que preva-

* As taxas de crescimento dos países hoje desenvolvidos, nos primeiros estágios de desenvolvimento, foram: Grã-Bretanha 1820/1890 = 2%, Alemanha 1850/1880 = 2,7%, Estados Unidos 1820/1850 = 4% e Japão 1876/1900 = 4%.

lece quanto a fortes desajustes econômicos e sociais, cuja expressão mais dramática se expressa em uma elevada proporção da população vivendo em condições de pobreza absoluta.

Essas distorções sociais e econômicas, por sua vez, estão associadas ao surgimento de um fenômeno de hipertrofia da expansão dos grandes centros urbanos paralelamente ao atraso no desenvolvimento das áreas rurais. É óbvia a importância que deve ser dada, portanto, aos investimentos em obras de irrigação e agroindústrias no sentido de corrigir as referidas distorções. Não é apenas pelo impacto desses empreendimentos e obras senão também devido à função estratégica e descentralizadora que encerram no processo de desenvolvimento do interior.

Quanto às estimativas do crescimento da economia do Nordeste até 1995, foram realizados exaustivos estudos de tendências da formação de produtos no período de 1960-1989. Os resultados se encontram discriminados na série de tabelas e gráficos constantes do presente capítulo e que são ilustrativos por si mesmos.

Em razão disso, não serão analisados textualmente.

É oportuno chamar a atenção que as previsões para 1990-1995 são de taxas médias globais de 6,4-6,8% ao ano, de conformidade com a hipótese de trabalho adotada. Setorialmente, as perspectivas de mais elevado crescimento se referem ao setor serviços com percentuais de 8% entre 1990-95. As indústrias apresentarão arrefecimento do ritmo da década de 1970, mesmo que ainda mantenha taxa anual razoável, cerca de 6% ao ano. A agricultura revela possibilidade de crescer a mais ou menos 3% ao ano, o que, historicamente, seria um bom desempenho, tendo em vista os problemas pluviométricos que ocorrem na Região.

2.3. As Mudanças Estruturais da Economia

A economia do Nordeste tem apresentado ao longo das últimas três décadas significativas modificações na sua estrutura produtiva. O comportamento dessas mudanças na composição das atividades setoriais do produto regional segue um padrão similar ao observado no processo histórico de desenvolvimento das nações hoje industrializadas.

Nesse sentido, pode-se observar, especialmente a partir de 1960, uma nítida tendência da perda gradativa de posição do setor primário na formação do produto total do Nordeste. As atividades agropecuária, silvicultura e pesca, que chegaram a representar no final da década de 50 uma média de 35% do produto global, passaram a corresponder a 28,7% em 1965, 22% em 1970 e, finalmente, 16,4% em 1985. Mantida essa tendência,

certamente a agricultura representará apenas 12% do produto regional, por volta de 1995. Essa proporção foi registrada no Brasil como um todo no final da década de 60.

Por sua vez, o setor secundário nordestino manteve uma posição estrutural relativamente estável na década de 1950, em cerca de 15% do produto total, passando a representar aproximadamente 22% no quinquênio 1960-65 e mantendo, a partir de 1970 até o momento, uma percentagem em torno de 25-26%. No caso do Brasil, essa proporção foi alcançada em 1950, estando hoje com mais ou menos 38% do produto gerado pelo setor secundário.

Entre 1950-1965, o setor terciário manteve um posicionamento semelhante, cerca de 46%, passando por flutuações em torno de 50% até 1976, quando atingiu o pico máximo de 44,7% em 1982, baixando um pouco em 1989. Da análise comparativa com o Brasil, pode-se concluir que de 1950 a 1970 o país manteve uma proporção do setor serviços superior ao do Nordeste, com inversão de posição até o presente. De qualquer modo, os desvios num caso e noutro são de pequena monta, confirmando a teoria de que o setor terciário, por razões variadas, mantém-se com participação relativamente estável durante o processo de crescimento econômico.

Convém ressaltar que, no tocante ao setor industrial, destaca-se a indústria de transformação como a maior responsável pelo aumento da contribuição do setor secundário para a formação do produto regional, especialmente sabendo-se que ela corresponde a 62% desse segmento. Mesmo com pequena relevância proporcional na geração do produto, é digno de registro a duplicação da posição relativa do subsetor estratégico de produção de energia elétrica e abastecimento de água. A construção civil, com 25-28% da indústria, manteve-se com pequenas flutuações na mesma situação durante o período de 1965-1985.

No contexto específico da indústria de transformação, destaca-se como fenômeno mais relevante o ganho expressivo de posição das indústrias dinâmicas, representadas pelas atividades metalúrgica, química, mecânica, material elétrico e de comunicações e, com menor expressão, os produtos relacionados com matéria plástica. Como resultado dessa vigorosa ascensão, reduziu-se a posição do produto gerado pelas indústrias denominadas tradicionais, principalmente os ramos de alimentos, bebidas, fumo e indústria têxtil.

Esse padrão de comportamento na mudança da composição da indústria foi registrado em nível nacional; seguindo o Nordeste, com retardamento, os passos do Brasil e das regiões mais desenvolvidas do Sudeste e Sul. Referida situação condiz com as características registradas no decurso

da evolução do produto do setor industrial dos países em desenvolvimento. Assim, verificou-se também no Nordeste, nos últimos trinta anos, uma queda acentuada da posição relativa dos setores produtores manufatureiros de bens de consumo não-duráveis, em contrapartida ao incremento dos bens intermediários e bens de capital e de consumo duráveis. Entre 1959-1980, por exemplo, o primeiro grupo de bens de consumo declinou sua participação na produção industrial do Nordeste de 65% para 39%, os de natureza intermediária, de 31% para 52%, e para os bens duráveis e de capital, de 3% para 9%. Em comparação com o Brasil, que vem apresentando comportamento similar, a estrutura da produção industrial era em 1980 de 29%, 45% e 25%, respectivamente, para os três citados ramos.

Para ilustrar esse fenômeno, pode-se mencionar que a estrutura do setor industrial das nações atualmente desenvolvidas conta com aproximadamente 10% de bens de consumo, 50 a 60% de bens de capital e similares e o restante de bens intermediários. Segundo estudos de HOTTMAN(15), os Estados Unidos tinham em 1870, uma estrutura industrial próxima ao padrão do Nordeste em 1980. Estudos realizados no Japão por CHANG(5) mostram que esse país, em 1936, tinha uma participação de 33% de bens de consumo, mas, naquela época, a contribuição dos bens de capital já era de 50%, com 11% de outros produtos. De acordo com a mesma fonte, essas proporções prevaleciam também, mais ou menos, para a União Soviética em 1930-40.

Com relação ao setor terciário do Nordeste, as modificações estruturais mais expressivas ocorreram na melhoria da posição das atividades financeiras, bens imóveis e serviços às empresas. Seguindo caminho proporcionalmente inverso, destacam-se as atividades comerciais e os serviços comunitários, sociais e pessoais. Com menor expressão relativa, as atividades de transporte, armazenagem e comunicações também apresentaram tendência ascendente nos últimos anos.

De acordo com a análise dessas tendências de crescimento setorial do produto do Nordeste, é possível prever que as atividades econômicas urbanas representarão, por volta de 1995, 85-88% da produção regional.

A desaceleração da taxa de crescimento do setor industrial, previsível para os próximos dez anos, em comparação com a euforia que marcou o período de 1965-80, motivará uma descontinuidade ou retrocesso nas mudanças estruturais em curso até 1985. Desse modo, o setor serviços assumirá a liderança absoluta na formação do produto urbano em face da manutenção, no futuro, das taxas elevadas de crescimento do passado. Chegar-se-á, assim, em 1995, com uma estrutura atípica do produto regional, isto é, a agricultura com 12%, a indústria com cerca de 20% (em 1980 alcançou 28%) e os serviços com 68%.

Dois comentários finais parecem ainda oportunos para maior clareza do fenômeno das mudanças estruturais que caracterizam o crescimento das economias.

Em primeiro lugar, as taxas diferenciadas de crescimento dos setores é que determinam as modificações da estrutura da produção. Assim, à medida que o setor industrial e de serviços evoluíram a ritmo mais acelerado do que o da agricultura, ocorreu a tendência já analisada de redução da participação do setor primário e elevação da posição das atividades mais dinâmicas. Tal comportamento pode ser explicado pela baixa elasticidade-renda da demanda dos produtos primários, com reflexo da estrutura das necessidades humanas e dos padrões de vida moderna que tendem a motivar a criação de maiores necessidades de produtos e atividades de outros setores que não os de origem agrícola.

O segundo comentário, de natureza ilustrativa, é a respeito da comparação dos padrões das mudanças estruturais em curso na economia do Nordeste e nos países em desenvolvimento de modo geral, em relação ao ocorrido nos países hoje desenvolvidos no seu processo histórico de crescimento. Pelos comentários já expostos, é óbvio que há uma semelhança no comportamento entre os dois tipos de países, quanto ao assunto em análise. Para exemplificar, basta mencionar que o Reino Unido, no início da revolução industrial, em 1770, contava com 45% do produto gerado pela agricultura, reduzindo-se gradativamente essa participação para 20% oitenta anos depois, por volta de 1850 e, finalmente, estabilizando-se em torno de 2-3%, a partir da década de 70 até o presente. O setor industrial, que participava com um quarto do produto total no início do período mencionado, subiu paulatinamente sua posição para, 200 anos após, alcançar cerca de 40%. As atividades terciárias evoluíram de 31% para os atuais 62%, de acordo com os estudos de DIANE(8). Os Estados Unidos, França e Japão careceram de um século para alcançar essas mudanças estruturais. Estes, presentemente, contam em média com 2-4% do produto oriundos da agricultura, 36-41% da indústria e, dos serviços, entre 62% nos Estados Unidos e França, e 56% no Japão.

Assinale-se que, no processo de crescimento econômico moderno, tais mudanças estruturais estão sendo obtidas em prazos extremamente curtos. A experiência do Nordeste comprova que as alterações estruturais que necessitaram de séculos nos países da Europa e da América do Norte foram conquistadas em poucas décadas no Nordeste, no Brasil e, de modo geral, em diversos países mais dinâmicos do Terceiro Mundo.

A semelhança dos padrões das mudanças estruturais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, do ponto de vista quantitativo, não é válido quando se comparam as causas e os efeitos desse desempenho.

O Prêmio Nobel de Economia, KUZNETS(17), realizou profundos estudos sobre os padrões de crescimento dos diferentes países em circunstâncias diversas, durante mais de dois séculos. Segundo esse renomado economista, as fontes de crescimento econômico que ocorreram na Europa Ocidental nas fases iniciais da revolução industrial e que prosseguiram até o período moderno são ambivalentes. Embora algumas mudanças — afirma Kuznets — que marcam o processo desse crescimento possam ser largamente econômicas e tecnológicas, a exploração do potencial de crescimento que encerram requer, geralmente, muitas invenções sociais, ou seja, mudanças em composições através das quais os indivíduos cooperam e participam da atividade econômica e social. À medida que o crescimento econômico e tecnológico avança, de acordo com esses estudos, as sociedades devem modificar sua estrutura institucional preexistente, substituindo-a por instituições novas, e as perspectivas que governam a organização social. Entre as principais características do processo histórico de desenvolvimento, analisadas por esse economista, vale destacar a obtenção no processo de crescimento de altas taxas de elevação da produtividade total dos fatores, especialmente da mão-de-obra, e altas taxas de transformação nas práticas sociais, políticas e ideológicas da sociedade em que tais mudanças ocorrem.

Em resumo, o crescimento econômico de uma nação ou região, nos tempos modernos, de acordo com as conclusões de Kuznets, devem apresentar transferências de produção do setor agrícola para o não-agrícola, e da população do campo para as cidades. A necessidade de modificações da posição econômica de grupos e de “status” de emprego, com elevação da renda “per capita” e melhoria da distribuição de bens e serviços com a população, que sustentam e determinam o crescimento econômico moderno, pode ser corroborada com as observações do sueco MYRDAL(23). Diz ele ser necessária, para a realização do processo de desenvolvimento econômico autêntico, a modernização dos métodos de pensamento da sociedade e a melhoria da distribuição da renda para elevar os níveis de vida. Enfim, acha Myrdal ser indispensável para a obtenção do desenvolvimento a adoção vigorosa dos ideais de eficiência, zelo, pontualidade, frugalidade, honestidade, orientação para a mudança, autoconfiança, cooperação e disposição para organizar a vida pessoal e comunitária da nação.

São oportunas as conclusões do professor ROBOCK sobre o assunto, reportando-se à situação do Nordeste do Brasil. Diz ele que o sistema é ineficiente porque não satisfaz as expectativas do povo. “O desafio que se apresenta no Nordeste brasileiro, portanto, é o de melhorar a eficiência de operação de toda a sociedade — dos indivíduos, das instituições privadas e das organizações governamentais de maneira contínua” (27).

TABELA 28
BRASIL/NORDESTE
Produto Interno Bruto a Custo de Fatores (1960-95)

Anos	Índices Reais e Variações Anuais do PIBcf									
	Brasil					Nordeste				
	Primário		Secundário		Total		Primário		Secundário	
	Ind.	Var. (%)	Ind.	Var. (%)	Ind.	Var. (%)	Ind.	Var. (%)	Ind.	Var. (%)
1960	59,8	4,9	30,9	9,6	34,3	9,7	60,8	14,5	33,0	4,9
1961	64,3	7,6	34,2	10,6	37,3	10,3	61,7	1,6	35,4	7,2
1962	69,9	8,5	36,9	7,8	39,8	6,5	65,6	6,5	37,7	6,1
1963	68,6	1,0	36,9	0,2	40,4	1,5	77,7	2,9	38,3	1,8
1964	69,5	1,3	38,6	5,2	41,6	2,9	71,0	4,9	40,3	5,9
1965	73,1	11,8	37,0	-4,7	42,8	3,0	71,0	1,0	43,0	6,7
1966	81,5	11,6	40,7	9,9	44,4	3,8	78,2	-3,5	47,9	10,7
1967	77,7	-4,5	41,9	3,1	46,5	4,8	75,5	1,9	50,7	5,4
1968	77,0	-0,9	42,9	13,3	51,7	11,2	77,9	-2,0	58,3	15,0
1969	80,0	3,8	53,3	12,1	56,8	9,9	77,6	-0,4	63,1	8,2
1970	80,8	1,0	58,9	10,4	61,8	8,8	64,1	-17,4	67,9	7,6
1971	85,0	10,2	65,7	11,8	68,9	11,4	86,2	34,5	70,5	3,8
1972	92,5	8,0	73,1	14,2	78,1	12,0	91,3	5,9	75,5	7,1
1973	92,6	0,1	87,9	17,0	87,9	13,9	97,7	7,0	85,0	10,8
1974	95,8	3,3	95,3	8,5	95,1	8,3	87,4	-10,5	95,2	10,4
1975	100,0	5,6	100,0	1,9	100,0	5,1	100,0	1,4	100,0	6,2
1976	102,2	2,2	111,7	11,7	110,2	10,2	102,4	2,4	114,8	14,8
1977	114,6	12,1	135,2	3,1	119,6	4,9	118,6	13,8	122,6	6,8
1978	111,4	-2,8	122,7	6,4	124,3	4,9	124,0	4,6	140,3	14,4
1979	116,7	4,8	131,0	6,8	129,5	6,8	129,0	-0,4	165,7	18,6
1980	127,8	8,5	143,1	9,3	141,5	9,2	122,9	-0,9	163,1	1,7
1981	138,0	8,0	130,5	-8,8	135,3	-4,4	115,2	-6,3	153,6	5,9
1982	137,7	-0,2	136,7	0,8	136,2	0,7	131,9	-4,5	153,6	0,7
1983	137,1	-0,5	123,0	-5,9	134,5	-3,4	99,7	-24,4	150,5	-1,7
1984	140,7	2,6	130,8	6,4	138,1	5,0	138,1	38,5	153,5	2,0
1985	154,2	9,6	142,5	9,0	149,5	8,3	144,3	4,5	169,4	10,3
1986	141,5	-8,2	159,2	11,7	160,8	7,5	164,8	14,2	183,4	8,3
1987	163,0	15,2	160,8	1,1	166,7	3,6	126,9	-23,0	186,2	1,5
1988	165,5	1,5	156,7	-2,6	166,7	0,0	144,9	-14,2	178,5	-4,1
1989	169,1	2,2	162,7	3,9	172,7	3,6	158,8	-4,2	185,0	3,6

PREVISÕES

1990	175,3	3,6	172,3	5,9	182,6	5,7	142,8	2,9	196,3	6,1	261,1	6,4
1991	181,5	3,5	182,2	5,7	192,8	5,6	147,0	2,9	208,3	6,1	278,1	6,5
1992	187,7	3,4	192,5	5,7	203,5	5,6	151,2	2,8	220,9	6,1	296,2	6,5
1993	194,4	3,5	203,8	5,9	215,2	5,7	155,4	2,8	234,7	6,2	315,7	6,6
1994	201,4	3,6	215,8	5,9	227,8	5,8	159,7	2,7	249,4	6,3	336,6	6,6
1995	208,0	3,3	229,3	6,3	241,3	5,9	164,1	2,8	264,9	6,2	359,3	6,8

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Para o Brasil — FGV — Conjuntura Econômica — Série — Até 1969 e FIBGE — Revisão e atualização a partir de 1970.
Para o Nordeste: SUDENE — CPR de 1960-1989.
BNB/ETENE — Estimativa a partir de 1990, com base na TGCA observada nos últimos 29 anos.

TABELA 29
BRASIL
Produto Interno Bruto a Custo de Fatores
Valores Total e "Per Capita" a Preços Constantes de 1980

Anos	Valor Total (Preços de 1980)		Var. (%) Anual	População (1.000 hab)	Valor Per Capita (Preços de 1980)		Var. (%) Anual	Deflator Implícito (Base 1980)
	Em Cr\$ milhões	Em US\$ milhões			Em Cr\$	Em US\$ 1,00		
1960	2.717	51.550	9,7	70.070	38,77	736	—	0,10
1961	2.996	56.859	10,3	72.093	41,56	789	7,2	0,14
1962	3.152	59.816	5,2	74.174	42,50	806	2,2	0,21
1963	3.200	60.713	1,5	76.316	41,92	796	-1,3	0,38
1964	3.292	62.474	2,9	78.519	41,93	796	0,0	0,71
1965	3.381	64.161	2,7	80.785	41,85	794	-0,2	-1,10
1966	3.510	66.599	3,8	83.118	42,23	801	0,9	1,53
1967	3.678	69.795	4,8	85.517	43,01	816	1,97	1,97
1968	4.090	77.613	11,2	87.986	46,49	882	8,1	2,52
1969	4.495	85.296	9,9	90.526	49,65	942	6,8	3,04
1970	4.891	92.802	8,8	93.139	52,51	996	5,7	3,59
1971	5.449	103.391	11,4	95.631	56,98	1.081	8,5	4,28
1972	6.100	115.746	12,0	98.190	62,12	1.179	9,0	5,13
1973	6.950	131.881	13,9	100.817	68,94	1.308	11,0	6,65
1974	7.523	142.761	8,3	103.515	72,68	1.379	5,4	8,94
1975	7.909	150.071	5,1	106.285	74,41	1.412	2,4	12,0
1976	8.713	165.333	10,2	109.129	79,84	1.515	7,3	16,9
1977	9.142	173.484	4,9	112.049	81,59	1.548	2,2	24,6
1978	9.593	182.037	4,9	115.047	83,38	1.582	2,2	34,0
1979	10.243	194.361	6,8	118.125	86,71	1.645	4,0	52,6
1980	11.188	212.300	9,2	121.286	92,24	1.750	6,4	100,0
1981	10.698	203.001	-4,4	124.068	86,23	1.636	-6,5	208,0
1982	10.771	204.382	-0,7	126.898	84,88	1.611	-1,6	427,0
1983	10.402	197.392	-3,4	129.766	80,16	1.521	-5,6	1.031
1984	10.926	207.321	5,0	132.659	82,36	1.563	2,7	3.250
1985	11.827	224.425	8,3	135.564	87,24	1.655	5,9	10.780
1986	12.719	241.346	7,5	138.493	91,84	1.743	5,3	81.448
1987	13.180	250.107	3,6	141.452	93,18	1.768	1,5	629.243
1988	13.183	250.157	0,0	144.428	91,28	1.732	-2,0	...
1989	13.658	259.163	3,6	147.404	92,65	1.758	1,5	...
1990	14.440	274.016	5,7	150.368	96,03	1.822	3,6	...
1991	15.220	288.813	5,4	153.322	99,27	1.884	3,4	...
1992	16.057	304.697	5,5	156.275	102,75	1.950	3,5	...
1993	16.956	321.760	5,6	159.224	106,49	2.031	3,6	...
1994	17.923	340.101	5,7	162.162	110,53	2.087	3,8	...
1995	18.962	359.826	5,8	165.083	114,87	2.180	3,9	...

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: 1960-69 — FGV; Conjuntura Econômica — Séries
1970-88 — Indicadores do IBGE, Vol. 8, Nr. 9 — Set/89, revisado e atualizado.
NOTA: (*) 1990-1995 — Estimado pelas taxas de crescimento real do PIB, observadas nos últimos 29 anos.
NOTA: A taxa de câmbio em 1980 — Cr\$/US\$: 0,552699

TABELA 29a
NORDESTE
Produto Interno Bruto a Custo de Fatores
Valores Total e "Per Capita" a Preços Constantes de 1980
(Alternativa I)

Anos	Valor Total (Preços de 1980)			População (1.000 hab)	Valor Per Capita (Preços de 1980)			Deflator Implícito (Base 1980)
	Em Cz\$ milhões	Em US\$ milhões	Var. (%) Anual		Em Cz\$	Em US\$ 1,00	Var. (%) Anual	
1960	352	6.688	9,8	22.182	15,89	302	—	0,10
1961	367	6.962	4,1	22.712	16,15	307	1,7	0,14
1962	389	7.387	6,1	23.256	16,74	318	3,6	0,21
1963	407	7.727	4,6	23.812	17,10	324	2,2	0,38
1964	431	8.183	5,9	24.383	17,69	336	3,4	0,71
1965	442	8.395	2,6	24.967	17,72	336	0,2	1,10
1966	451	8.563	2,0	25.566	17,65	335	-0,4	1,53
1967	502	9.522	11,2	26.179	19,17	364	8,6	1,97
1968	522	9.903	4,0	26.808	19,47	369	1,6	2,52
1969	551	10.448	5,5	27.452	20,06	381	3,0	3,04
1970	548	10.396	-0,5	28.112	19,49	370	-2,8	3,59
1971	627	11.893	14,4	28.772	21,78	413	11,8	4,28
1972	684	12.975	9,1	29.448	23,22	441	6,6	5,13
1973	754	14.363	10,7	30.141	25,11	477	8,2	6,65
1974	790	15.010	4,5	30.850	25,64	487	2,1	8,94
1975	874	16.586	10,5	31.576	27,68	525	8,0	12,0
1976	969	18.393	10,9	32.320	29,99	569	8,3	16,9
1977	1.075	20.398	10,9	33.082	32,49	617	8,3	24,6
1978	1.196	22.703	11,3	33.862	35,33	670	8,7	34,0
1979	1.302	24.701	8,8	34.662	37,56	713	6,3	52,6
1980	1.385	26.282	6,4	35.480	39,04	741	3,9	100,0
1981	1.395	26.466	0,7	36.176	38,55	732	-1,2	208,0
1982	1.547	29.351	10,9	36.880	41,94	796	8,8	427,0
1983	1.551	29.439	0,3	37.588	41,27	783	-1,6	1.031
1984	1.747	33.148	12,6	38.298	45,61	866	10,5	3.250
1985	1.887	35.800	8,0	38.005	49,64	942	8,8	10.780
1986	2.121	40.239	12,4	39.764	53,33	1.012	7,4	26.307
1987	2.061	39.113	-2,8	40.529	50,86	965	-4,6	81.448
1988	2.096	39.778	1,7	41.296	50,76	963	-2,0	629.243
1989	2.144	40.692	2,3	42.062	50,98	967	0,4	...
1990	2.282	43.297	6,4	42.882	53,21	1.010	4,4	...
1991	2.428	46.068	6,4	43.595	55,69	1.057	4,7	...
1992	2.583	49.016	6,4	44.319	58,28	1.106	4,7	...
1993	2.751	52.202	6,5	45.056	61,06	1.159	4,8	...
1994	2.930	55.595	6,5	45.804	63,96	1.214	4,8	...
1995	3.126	59.320	6,7	46.566	67,13	1.274	5,0	...

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: 1980 — FGV, Conjuntura Econômica — Mai/87. Demais anos, estimativa com base nas TGCA's calculadas pela SUDENE.
NOTA: (*) 1990-1995 — Estimado pelas taxas de crescimento real do PIB, observadas nos últimos 29 anos.
NOTA: A taxa de câmbio em 1980 — Cz\$/US\$: 0,052699

TABELA 29b
NORDESTE
Produto Interno Bruto a Custo de Fatores
Valores Total e "Per Capita" a Preços Constantes de 1980
(Alternativa II)

Anos	Valor Total (Preços de 1980)			População (1.000 hab)	Valor Per Capita (Preços de 1980)			Deflator Implícito (Base 1980)
	Em Cz\$ milhões	Em US\$ milhões	Var. (%) Anual		Em Cz\$	Em US\$ 1,00	Var. (%) Anual	
1960	407	7.728	9,8	22.182	18,36	348	—	0,10
1961	424	8.045	4,1	22.712	18,67	354	1,7	0,14
1962	450	8.536	6,1	23.256	19,34	367	3,6	0,21
1963	471	8.928	4,6	23.812	19,76	375	2,2	0,38
1964	498	9.455	5,9	24.383	20,44	388	3,4	0,71
1965	511	9.701	2,6	24.967	20,48	389	0,2	1,10
1966	521	9.895	2,0	25.566	20,40	387	-0,4	1,53
1967	580	11.003	11,2	26.179	22,15	420	8,6	1,97
1968	603	11.443	4,0	26.808	22,50	427	1,6	2,52
1969	636	12.073	5,5	27.452	23,18	440	3,0	3,04
1970	633	12.012	-0,5	28.112	22,52	427	-2,8	3,59
1971	724	13.742	14,4	28.772	25,17	478	11,8	4,28
1972	790	14.992	9,1	29.448	26,83	509	6,6	5,13
1973	875	16.597	10,7	30.141	29,02	551	8,2	6,65
1974	914	17.343	4,5	30.850	29,63	562	2,1	8,94
1975	1.010	21.253	10,5	31.576	31,98	607	8,0	12,0
1976	1.120	23.570	10,9	32.320	34,65	658	8,3	16,9
1977	1.242	26.234	11,3	33.082	37,55	712	8,3	24,6
1978	1.382	28.542	8,8	34.662	40,83	775	8,7	34,0
1979	1.504	30.369	6,4	35.480	43,39	823	6,3	52,6
1980	1.600	30.581	0,7	36.176	44,55	856	3,9	100,0
1981	1.612	30.581	0,7	36.876	44,55	845	-1,2	208,0
1982	1.787	33.915	10,9	36.880	48,46	920	8,8	427,0
1983	1.793	34.016	0,3	37.588	47,69	905	-1,6	1.031
1984	2.019	38.303	12,6	38.298	52,71	1.000	10,5	3.250
1985	2.188	41.367	8,0	38.005	57,36	1.088	8,8	10.780
1986	2.450	46.496	12,4	39.764	61,62	1.169	7,4	26.307
1987	2.381	45.194	-2,8	40.529	58,77	1.115	-4,6	81.448
1988	2.422	45.963	1,7	41.296	58,65	1.113	-0,2	629.243
1989	2.478	47.020	2,3	42.062	58,91	1.118	0,4	...
1990	2.636	50.029	6,4	42.882	61,48	1.167	4,4	...
1991	2.805	53.231	6,4	43.595	64,35	1.221	4,7	...
1992	2.985	56.638	6,4	44.319	67,35	1.278	4,7	...
1993	3.179	60.319	6,5	45.056	70,55	1.339	4,8	...
1994	3.385	64.240	6,5	45.804	73,91	1.402	4,8	...
1995	3.612	68.544	6,7	46.566	77,57	1.472	5,0	...

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: 1960-89 — SUDENE/GCR.

NOTA: (°) 1990-1995 — Projeções com base na tendência observada nas taxas de crescimento do PIBc da SUDENE, no período 1960-89.

NOTA: A taxa de câmbio em 1980 — Cz\$/US\$: 0,052699

TABELA 30
BRASIL/NORDESTE
Estrutura Percentual do Produto Interno do Brasil e PIBcf do Nordeste
1960-89

Anos	Brasil				Nordeste		
	Primário	Secundário	Terciário	Total	Primário	Secundário	Terciário
1960	22,5	25,2	52,3	100,0	41,3	11,7	46,9
1965	15,9	32,5	51,6	100,0	28,6	22,8	48,6
1966	13,3	33,5	53,2	100,0	26,8	23,7	49,5
1967	12,8	32,5	54,7	100,0	27,1	22,3	50,7
1968	11,7	34,7	53,6	100,0	24,5	24,7	50,8
1969	11,1	35,8	53,2	100,0	23,1	25,2	51,7
1970	12,3	38,3	56,2	100,0	21,8	26,6	51,6
1971	13,1	38,8	55,3	100,0	27,9	24,8	47,3
1972	13,1	39,5	54,2	100,0	25,2	25,5	49,4
1973	12,6	41,9	51,3	100,0	28,1	24,9	47,0
1974	12,2	43,2	51,2	100,0	23,8	27,1	49,1
1975	11,5	43,3	52,4	100,0	22,1	26,9	51,0
1976	11,7	43,0	53,1	100,0	23,3	26,6	50,1
1977	13,7	41,7	52,7	100,0	22,0	25,9	52,1
1978	11,2	43,1	54,8	100,0	19,7	25,9	54,4
1979	10,8	43,6	54,4	100,0	19,9	27,2	53,0
1980	11,0	43,8	53,1	100,0	18,5	27,3	54,1
1981	10,5	43,3	56,9	100,0	16,6	25,2	58,2
1982	8,6	44,7	57,5	100,0	14,4	25,9	59,4
1983	10,2	42,7	60,1	100,0	13,0	27,6	59,4
1984	10,4	44,2	57,4	100,0	16,4	25,7	57,9
1985	10,1	43,6	58,9	100,0	15,9	26,2	57,9
1986	10,0	43,0	54,9	100,0	16,2	25,3	58,5
1987	8,9	44,2	61,8	100,0	12,6	26,0	61,4
1988*	8,7	43,5	62,5	100,0	14,3	24,9	60,8
1989*	7,5	38,0	54,5	100,0	13,4	25,1	61,4

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Para o Brasil — Até 1969: FGV — Conjuntura Econômica — Série.

A partir de 1970 — FIBGE — Diretoria de Pesquisas — DCN.

Para o Nordeste: SUDENE — Formação Bruta de Capital do Nordeste.

NOTA (*): Estimativa do BNB/ETENE-SETIN, com base na variação real ocorrida no ano anterior, acrescidos de um deflator 7,7256 15,751

TABELA 31
BRASIL/NORDESTE
Participação do Produto Interno Bruto do Nordeste no
Produto Interno Bruto do Brasil, Segundo os Setores Produtivos
1960-89

(Em Porcentagem)

Anos	Agricultura NE/BR (%)	Indústria NE/BR (%)	Serviços NE/BR (%)
1960	27,8	7,0	13,5
1965	26,0	10,1	13,6
1966	28,8	10,1	13,3
1967	30,1	9,7	13,1
1968	28,3	9,7	12,9
1969	28,0	9,4	13,1
1970	23,7	9,3	12,3
1971	30,1	9,0	12,0
1972	26,5	8,9	12,6
1973	29,7	7,9	12,2
1974	24,6	8,0	12,1
1975	24,5	7,9	12,4
1976	26,7	8,3	12,7
1977	21,5	8,3	13,3
1978	24,7	8,4	13,9
1979	26,7	9,1	14,1
1980	24,1	8,9	14,6
1981	22,9	8,4	14,7
1982	25,0	8,6	15,5
1983	19,6	9,9	15,2
1984	24,5	9,1	15,7
1985	23,9	9,1	15,0
1986	26,4	9,6	17,3
1987	22,4	9,3	15,7
1988*	26,1	9,1	15,4
1989*	28,0	10,4	17,6

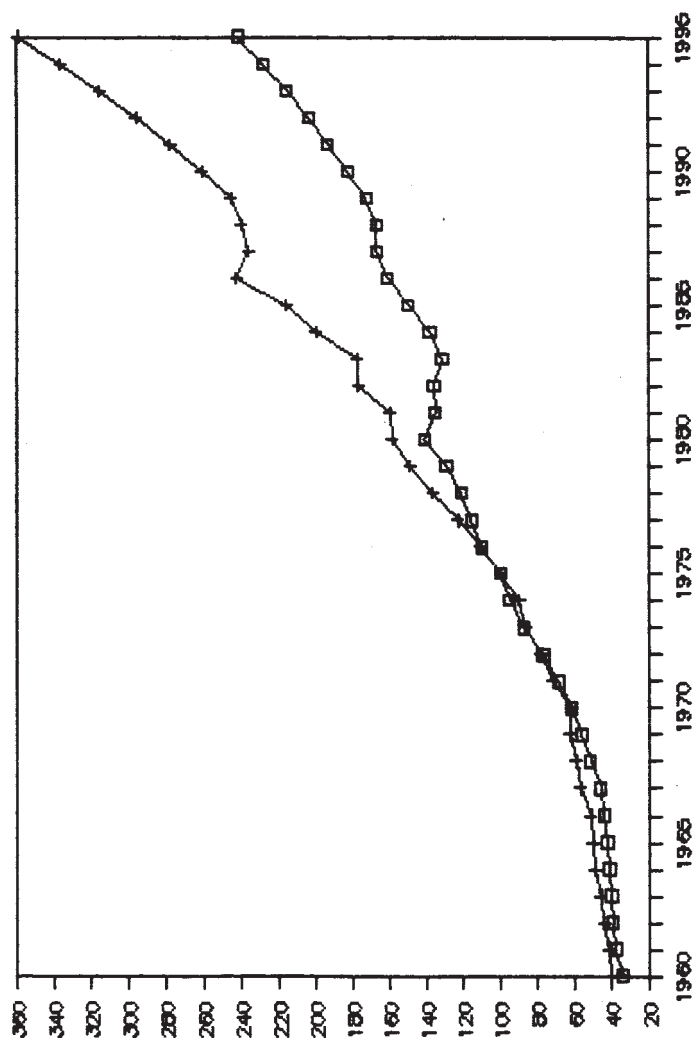
FONTE DOS DADOS ORIGINAIS:

Para o Brasil até 1979 — FGV — Conjuntura Econômica — Série.

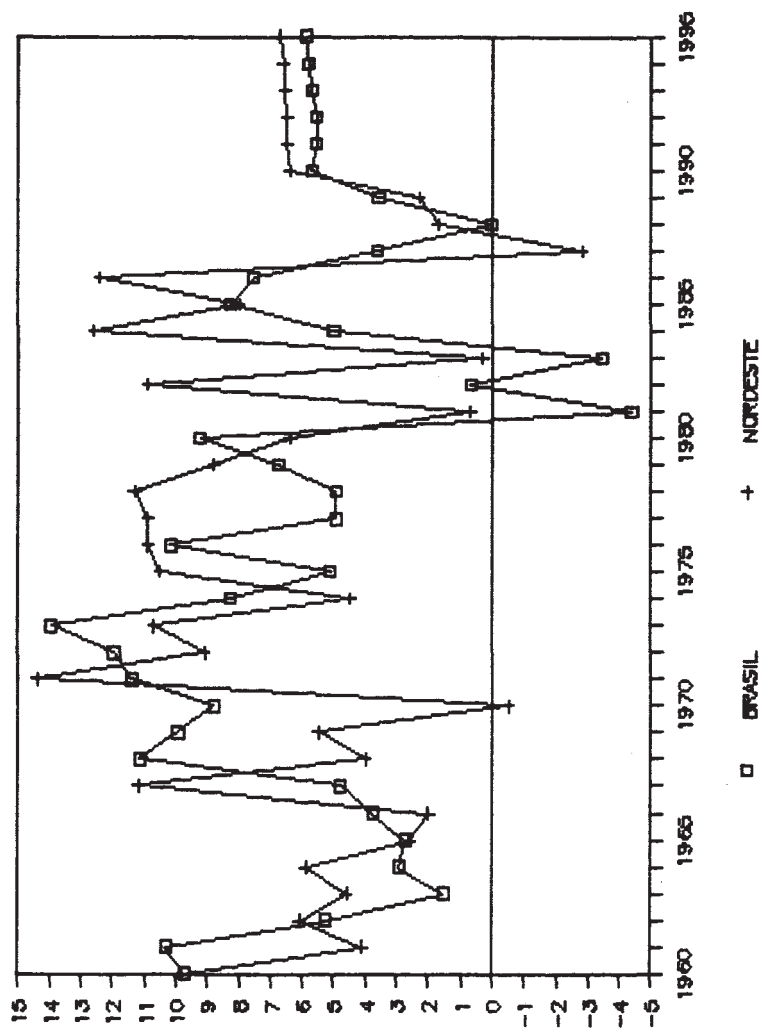
A partir de 1980 — F. IBGE — Diretoria de Pesquisas — DCN.

Para o Nordeste: — Até 1964 — FGV — Conjuntura Econômica

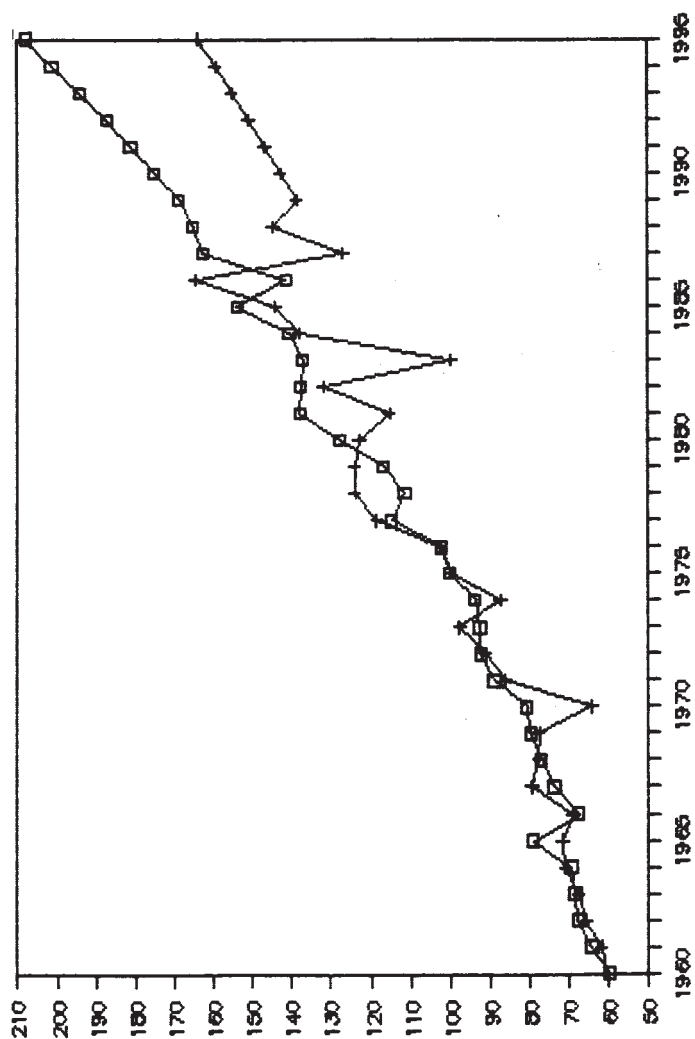
A partir de 1965 — SUDENE — Formação Bruta de Capital.



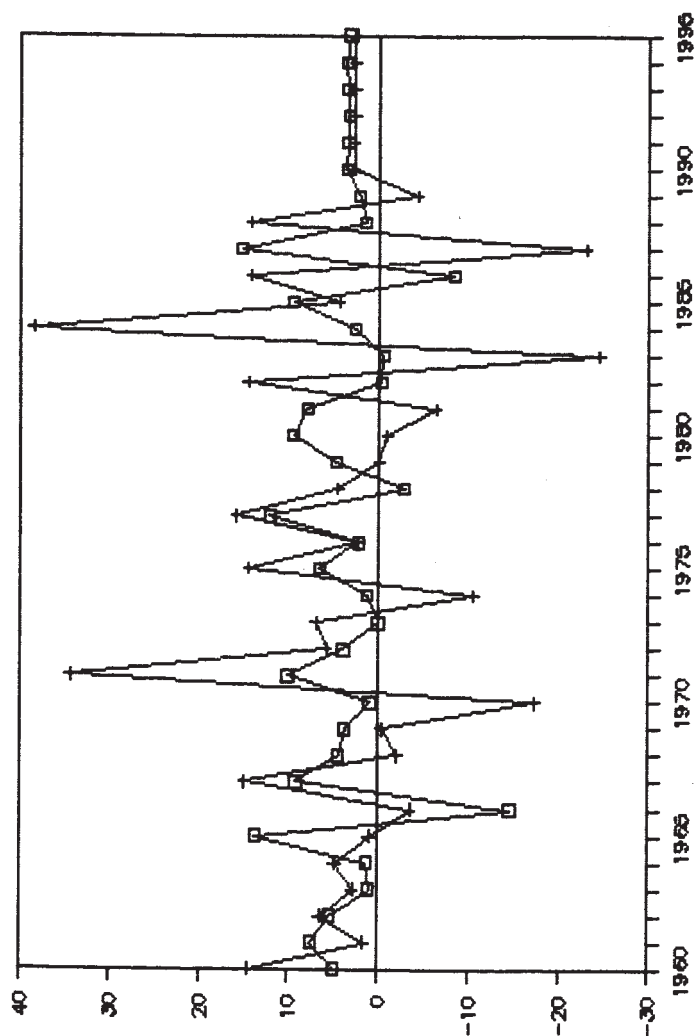
□ BRASIL + NORDESTE
GRÁFICO 1
 BRASIL E NORDESTE
 Índices Reais do PIBcf — Total



□ BRASIL
 + NORDESTE
GRÁFICO 2
BRASIL E NORDESTE
 Taxas Anuais do PIBcf — Total



□ BRASIL + NORDESTE
GRÁFICO 3
 BRASIL E NORDESTE
 Índices Reais do PIBcf — Setor Primário

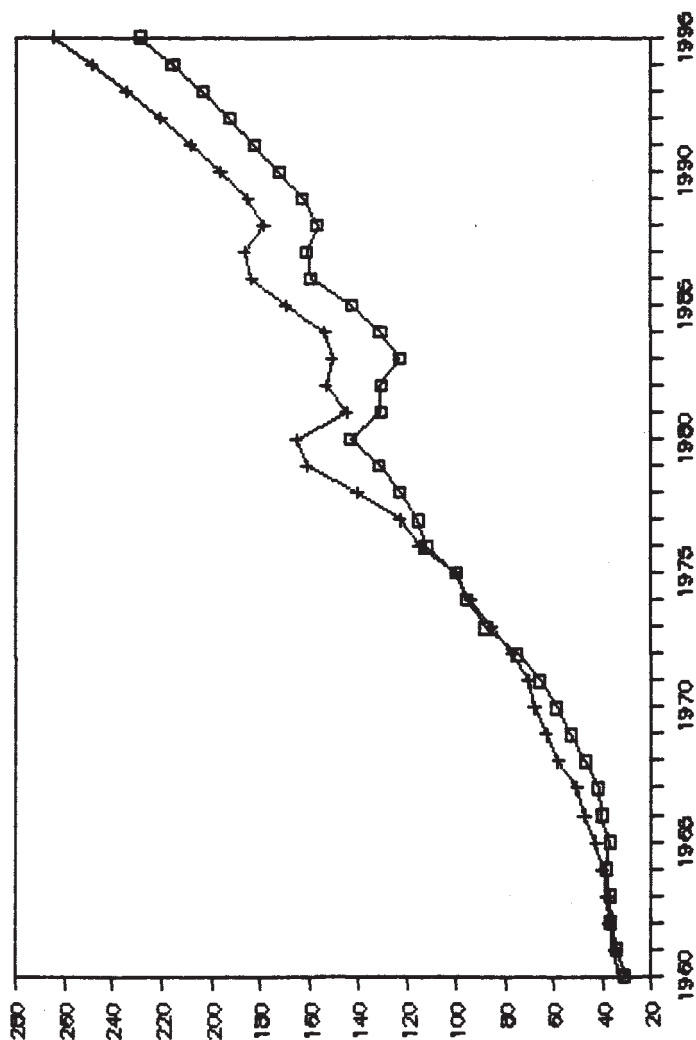


□ BRASIL + NORDESTE

GRÁFICO 4

BRASIL E NORDESTE

Taxas Anuais do PIBcf — Setor Primário

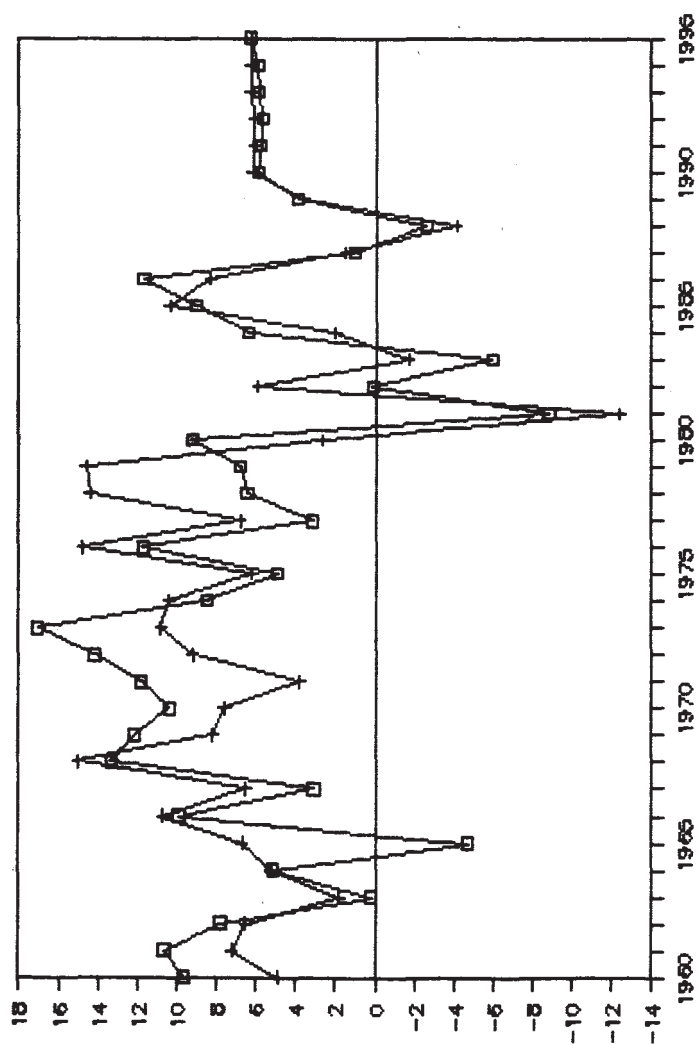


□ BRASIL + NORDESTE

GRÁFICO 5

BRASIL E NORDESTE

Índices Reais do PIBcf — Setor Secundário



□ BRASIL + NORDESTE
GRÁFICO 6
 BRASIL E NORDESTE
 Taxas Anuais do PIBcf — Setor Secundário

TABELA 32
NORDESTE
Comparação das Taxas de Crescimento Real
do PIB a Custo de Fatores, Segundo Diferentes
Critérios de Estimativa
(Variações Anuais)

Anos	Tendência Anual	Médias	Taxa	Períodos
		Móveis Quinqüenais	Geométrica Quinqüenal	
1985	8,0	6,6	6,4	1980-85
1986	12,4	7,7	8,7	1981-86
1987	-2,8	6,5	5,9	1982-87
1988	1,7	5,0	6,2	1983-88
1989	2,3	5,2	4,2	1984-89
1990	6,4	4,4	3,9	1985-90
1991	6,5	4,3	2,8	1986-91
1992	6,5	3,6	4,7	1987-92
1993	6,6	5,1	5,7	1988-93
1994	6,6	5,9	6,5	1989-94
1995	6,8	6,6	6,6	1990-95

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS:

Até 1989: SUDENE, Grupo de Contas Regionais.

De 1990-95 — Estimativa do BNB/ETENE/SETIN — UFC/CAEN.

TABELA 33
NORDESTE
Comparação das Taxas Setoriais de Crescimento Real do PIB a Custo de Fatores,
Segundo Diferentes Critérios de Previsão — 1985-1995
(Variações Anuais Projetadas com Base nas Séries 1960-85)

Anos	Agricultura				Indústria				Serviços				Períodos
	Tendência Anual	Médias Móveis Qüinq.	Taxa Geometr. Qüinq.	Tendência Anual	Médias Móveis Qüinq.	Taxa Geometr. Qüinq.	Tendência Anual	Médias Móveis Qüinq.	Taxa Geometr. Qüinq.	Tendência Anual	Médias Móveis Qüinq.	Taxa Geometr. Qüinq.	
1985	4,5	2,8	3,3	10,3	0,9	0,5	8,0	7,7	7,4				1980-85
1986	14,2	5,6	7,4	8,3	2,0	4,9	13,7	8,7	8,8				1981-86
1987	-23,0	1,5	-0,8	1,5	4,4	4,0	3,7	7,8	7,3				1982-87
1988	14,2	1,6	7,8	-4,1	2,5	3,5	-0,7	5,8	6,2				1983-88
1989	-4,2	4,8	0,1	3,6	3,4	3,8	3,5	5,5	5,5				1984-89
1990	2,9	0,6	-0,2	6,1	4,0	3,0	7,9	5,8	5,5				1985-90
1991	2,9	0,3	-2,3	6,1	3,5	2,6	8,0	5,9	4,4				1986-91
1992	2,8	-1,6	3,6	6,1	3,3	3,5	8,1	5,3	5,3				1987-92
1993	2,8	3,3	1,4	6,2	4,1	5,6	8,1	6,1	7,1				1988-93
1994	2,7	1,7	2,8	6,3	5,8	6,2	8,2	7,4	8,1				1989-94
1995	2,8	2,8	2,8	6,2	6,2	6,2	8,4	8,1	8,2				1990-95

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Até 1989: SUDENE — Grupo de Contas Regionais.

De 1990-95: Estimativas Elaboradas pelo BNB/ETENE/Setin — UFC/CAEN.

TABELA 34
NORDESTE
Produto Interno Bruto a Custo de Fatores
1960—95*

Anos	Pecuária, Silvicultura Caça e Pesca		Indústria e Serviços Industriais Utilidade Pública		Serviços (Comércio, Transportes, Atividades Financeiras Serviços Comunitários etc.)		Total	
	Índices	Variação(%)	Índices	Variação(%)	Índices	Variação(%)	Índices	Variação(%)
A — Índices Reais e Variações Anuais do Produto Interno Bruto a Custo de Fatores								
1960	60,8	14,5	33,0	4,9	31,6	9,8	40,3	9,8
1961	61,7	1,6	35,4	7,2	33,4	5,7	42,0	4,1
1962	65,8	6,5	37,7	6,5	35,3	5,4	44,5	6,1
1963	67,7	2,9	38,3	1,8	37,9	7,6	46,6	4,6
1964	71,0	4,9	40,3	5,2	40,7	7,3	49,3	5,9
1965	71,7	1,0	43,0	6,7	41,7	2,5	50,6	2,6
1966	69,2	-3,5	47,6	10,7	43,9	5,3	51,6	2,0
1967	79,5	14,9	50,7	6,5	48,6	10,7	57,4	11,2
1968	77,9	-2,0	58,3	15,0	51,7	6,4	59,7	4,0
1969	77,6	-0,4	63,1	8,2	56,4	9,1	63,0	5,5
1970	64,1	-17,4	67,9	7,6	59,7	5,7	62,7	-0,5
1971	86,2	34,5	70,5	3,8	63,8	7,0	71,7	14,4
1972	91,3	5,9	77,0	9,2	72,1	13,0	78,2	9,1
1973	97,7	7,0	85,3	10,8	80,7	11,9	86,6	10,7
1974	87,4	-10,5	94,2	10,4	89,9	11,4	90,5	4,5
1975	100,0	14,4	100,0	6,2	100,0	11,2	100,0	10,5
1976	102,4	2,4	114,8	14,8	112,6	12,6	110,9	10,9
1977	118,6	15,8	122,6	6,8	125,0	11,0	123,0	10,9
1978	124,0	4,6	140,3	14,4	140,0	12,0	136,9	11,3
1979	124,0	0,0	160,7	14,6	152,3	8,8	148,9	8,8
1980	122,9	-0,9	165,1	2,7	167,2	9,8	158,5	6,4
1981	115,2	-6,3	144,6	-12,4	178,9	7,0	159,6	0,7
1982	131,9	14,5	153,1	5,9	198,4	10,9	177,0	10,9
1983	99,7	-24,4	150,5	-1,7	207,4	4,5	177,5	0,3
1984	138,1	38,5	153,5	2,0	221,7	6,9	199,9	12,6
1985	144,3	4,5	169,4	10,3	239,4	8,0	215,9	8,0
1986	164,8	14,2	183,4	8,3	272,2	13,7	242,6	12,4
1987	126,9	-23,0	186,2	1,5	282,3	3,7	235,8	-2,8
1988	144,9	14,2	178,5	-4,1	280,3	-0,7	239,8	1,7
1989	138,8	-4,2	185,0	3,6	290,1	3,5	245,3	2,3

PREVISÕES

1990	142,8	2,9	196,3	6,1	313,2	7,9	261,1	6,4
1991	147,0	2,9	208,3	6,1	338,3	8,0	278,1	6,5
1992	151,2	2,8	220,9	6,1	365,7	8,1	296,2	6,5
1993	155,4	2,8	234,7	6,2	395,4	8,1	315,7	6,6
1994	159,7	2,7	249,4	6,3	427,7	8,2	336,6	6,6
1995	164,1	2,8	264,9	6,2	463,4	8,4	359,3	6,8

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS:

Período de 1960-89 — SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais.

Período de 1990-95: Estimativa do BNB/ETENE-Setim, com base na TGCA observada no período dos últimos 29 anos.

TABELA 35
NORDESTE
Produto Interno Bruto a Custo de Fatores
1960—95*

	Pecuária, Silvicultura Caça e Pesca		Indústria e Serviços Industriais Utilidade Pública		Serviços (Comércio, Transportes, Atividades Financeiras Serviços Comunitários etc.)		Total	
Períodos								
B — Médias Móveis Quinquenais e Variações Anuais das Médias Móveis Quinquenais								
	Médias Móveis	Variação(%)	Médias Móveis	Variação(%)	Médias Móveis	Variação(%)	Médias Móveis	Variação(%)
1960-65	66,4	—	37,9	—	36,8	—	45,6	—
1961-66	67,8	2,1	40,4	6,4	38,8	5,6	47,4	4,1
1962-67	70,8	4,4	42,9	6,3	41,4	6,5	50,0	5,4
1963-68	72,8	2,9	46,4	8,0	44,1	6,6	52,5	5,1
1964-69	74,5	2,3	50,5	8,9	47,2	7,0	55,3	5,2
1965-70	73,3	-1,5	55,1	9,1	50,4	6,7	57,5	4,0
1966-71	75,7	3,3	59,7	8,3	54,0	7,3	61,0	6,1
1967-72	79,4	4,9	64,6	8,2	58,7	8,7	65,5	7,3
1968-73	82,5	3,8	70,4	8,9	64,1	9,1	70,3	7,4
1969-74	84,0	1,9	76,3	8,5	70,5	9,9	75,5	7,3
1970-75	87,8	4,4	82,5	8,1	77,7	10,3	81,6	8,2
1971-76	94,2	7,3	90,3	9,5	86,5	11,4	89,7	9,8
1972-77	99,6	5,7	99,0	9,6	96,7	11,8	98,2	9,5
1973-78	105,0	5,5	109,5	10,7	108,0	11,7	108,0	10,0
1974-79	109,4	4,2	122,1	11,5	120,0	11,0	118,4	9,6
1975-80	115,3	5,4	133,9	9,7	132,9	10,7	129,7	9,6
1976-81	117,9	2,2	141,3	5,6	146,0	9,9	139,6	7,7
1977-82	122,8	4,2	147,7	4,5	160,3	9,8	150,6	7,9
1978-83	119,6	-2,6	152,4	3,2	174,0	8,6	159,7	6,0
1979-84	122,0	2,0	154,6	1,5	187,7	7,8	170,2	6,6
1980-85	125,3	2,8	156,0	0,9	202,2	7,7	181,4	6,6
1981-86	132,3	5,6	159,1	2,0	219,7	8,7	195,4	7,7
1982-87	134,3	1,5	166,0	4,4	236,9	7,8	208,1	6,5
1983-88	136,4	1,6	170,3	2,5	250,5	5,8	218,6	5,0
1984-89	143,0	4,8	176,0	3,4	264,3	5,5	229,9	5,2
PREVISÕES								
1985-90	143,8	0,6	183,1	4,0	279,6	5,8	240,1	4,4
1986-91	144,2	0,3	189,6	3,5	296,1	5,9	250,5	4,3
1987-92	141,9	-1,6	195,9	3,3	311,6	5,3	259,4	3,6
1988-93	146,7	3,3	203,9	4,1	330,5	6,1	272,7	5,1
1989-94	149,1	1,7	215,7	5,8	355,1	7,4	288,9	5,9
1990-95	153,4	2,8	229,1	6,2	383,9	8,1	307,9	6,6

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-88 — SUDENE/1987").

NOTA(*) — De 1989 em diante, estimativa do BNB/ETENE-Setin, com base na TGCA observada no período dos últimos 28 anos.

OBS.: Os cálculos para as médias móveis quinqüenais foram elaborados pelo BNB/ETENE-SETIN, com base nos índices de variação do PIB do Nordeste.

TABELA 36
NORDESTE
Produto Interno Bruto e Custo de Fatores
1960-95

Períodos	Agropecuária Silvicultura Caça e Pesca	Indústria, Serviços e Utilidade Pública	Serv. (Com. Transp., Atividades Fin., Serv. Comunit. etc.)	C — Taxas Reais de Crescimento da Economia do Nordeste, por Setores	
				Taxa Geométrica	Taxa Geométrica
	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica
1960-65	3,4	5,5	5,7	4,7	4,7
1961-66	2,3	6,1	5,6	4,2	4,2
1962-67	3,9	6,1	6,6	5,2	5,2
1963-68	2,9	8,8	6,4	5,1	5,1
1964-69	1,8	9,4	6,8	5,0	5,0
1965-70	— 2,2	9,6	7,4	4,4	4,4
1966-71	4,5	8,2	7,8	6,8	6,8
1967-72	2,8	8,7	8,2	6,4	6,4
1968-73	4,6	7,9	9,3	7,7	7,7
1969-74	2,4	8,3	9,8	7,5	7,5
1970-75	9,3	8,0	10,9	9,8	9,8
1971-76	3,5	10,2	12,0	9,1	9,1
1972-77	5,4	9,8	11,6	9,5	9,5
1973-78	4,9	10,5	11,6	9,6	9,6
1974-79	7,2	11,3	11,1	10,5	10,5
1975-80	4,2	10,5	10,8	9,6	9,6
1976-81	2,4	4,7	9,7	7,5	7,5
1977-82	2,1	4,5	9,7	7,5	7,5
1978-83	— 4,3	1,4	8,2	5,3	5,3
1979-84	2,2	— 0,9	7,8	6,1	6,1
1980-85	3,3	0,5	7,4	6,4	6,4
1981-86	7,4	4,9	8,8	8,7	8,7
1982-87	— 0,8	4,0	7,3	5,9	5,9
1983-88	7,8	3,5	6,2	6,2	6,2
1984-89	0,1	3,8	5,5	4,2	4,2
PREVISÕES					
1985-90	— 0,2	3,0	5,5	3,9	3,9
1986-91	— 2,3	2,6	4,4	2,8	2,8
1987-92	3,6	3,5	5,3	4,7	4,7
1988-93	1,4	5,6	7,1	5,7	5,7
1989-94	2,8	6,2	8,1	6,5	6,5
1990-95	2,8	6,2	8,2	6,6	6,6

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS:

Período de 1960-89 — SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais.

Período de 1990-95 — Estimativa do BNB/ETENE-SETIN, com base na TGCA observada no período dos últimos 29 anos.

TABELA 37
NORDESTE

Produto Interno Bruto a Custo de Fatores
1970—95*

D — Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquênis						
Períodos	Agropecuária, Silvicultura Caça e Pesca	Indústria e Serviços Ind. de Utilidade Pública	Serv. (Com., Transp. Atividades Financeiras Serv. Comunit. etc.)	Total		
0 1960-65/1965-70	2,0	7,8	6,5	4,8		
1 1965-70/1970-75	3,7	8,4	9,1	7,3		
2 1970-75/1975-80	5,6	10,2	11,3	9,7		
3 1975-80/1980-85	1,7	3,1	8,8	6,9		
4 1980-85/1985-90	2,8	3,3	6,7	5,8		
5 1985-90/1990-95	1,3	4,6	6,5	5,1		

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS:

Período de 1960-89 — SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais.

Período de 1990-95 — Estimativa do BNB/ETENE-SETIN, com base na TGCA observada no período dos últimos 29 anos.

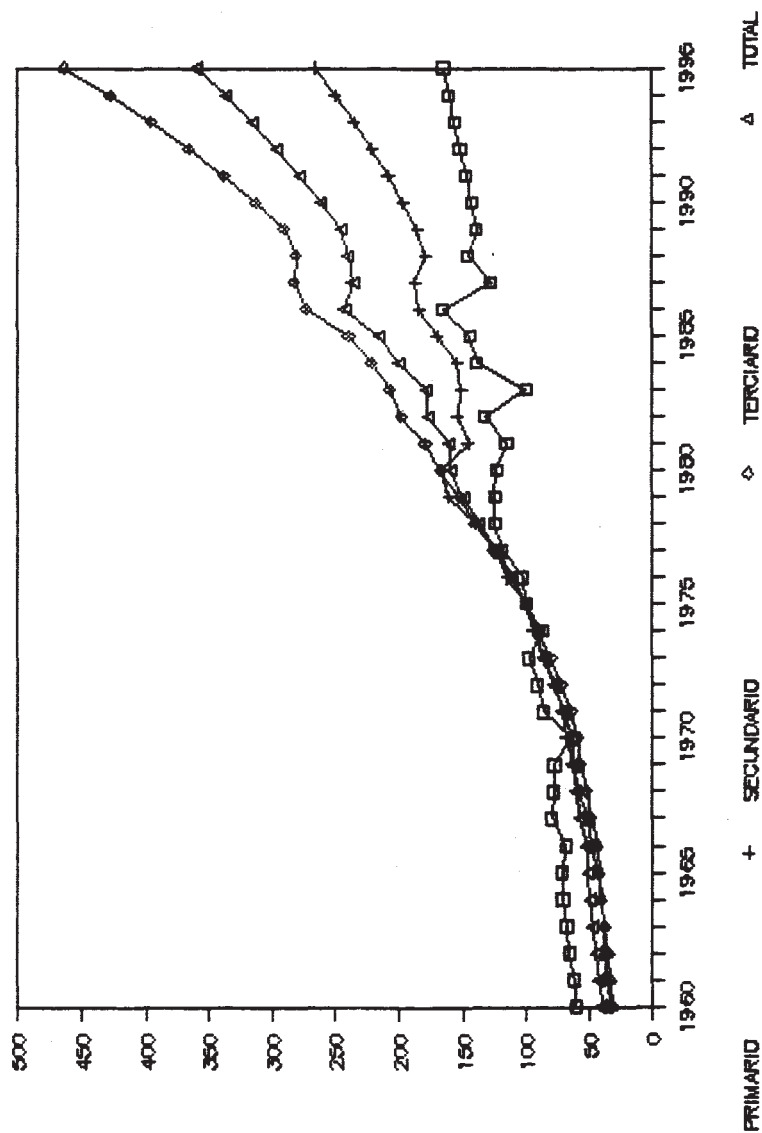


GRÁFICO 7
NORDESTE

Índices Reais do PIBcf

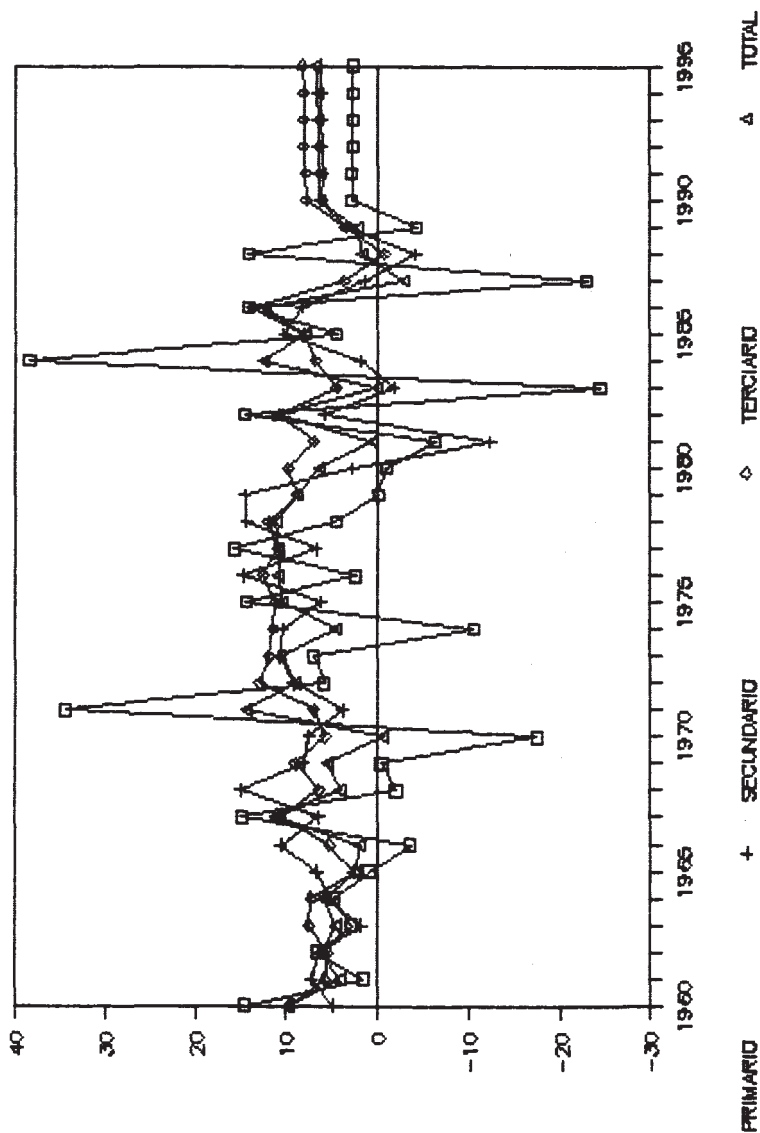
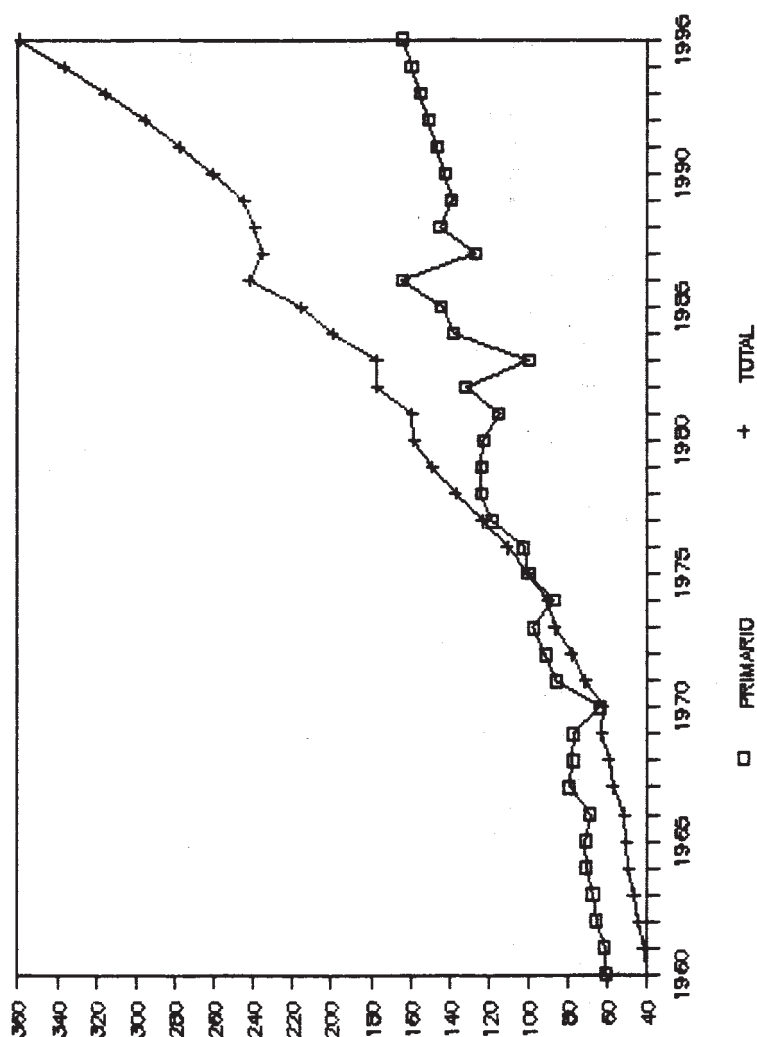
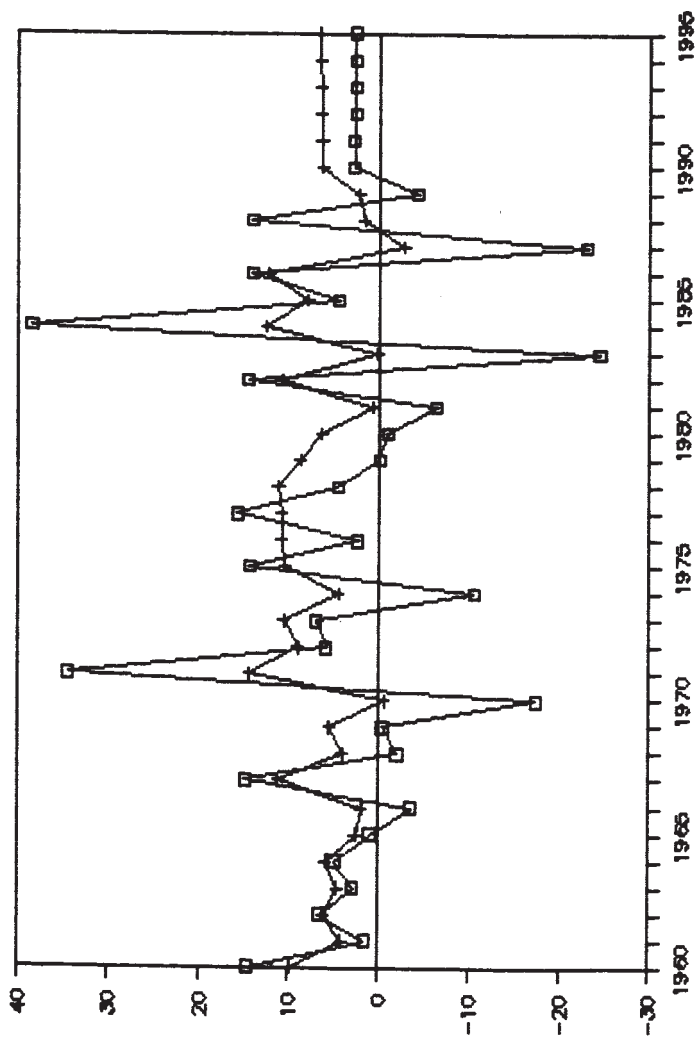


GRÁFICO 8 NORDESTE

Taxas Reais de Crescimento do PIBcf



□ PRIMARIO + TOTAL
GRÁFICO 9
 NORDESTE
 Crescimento do PIBcf (Agricultura/Total)



□ PRIMARIO + TOTAL
GRÁFICO 10
 NORDESTE
 Taxas Reais de Crescimento do PIBcf

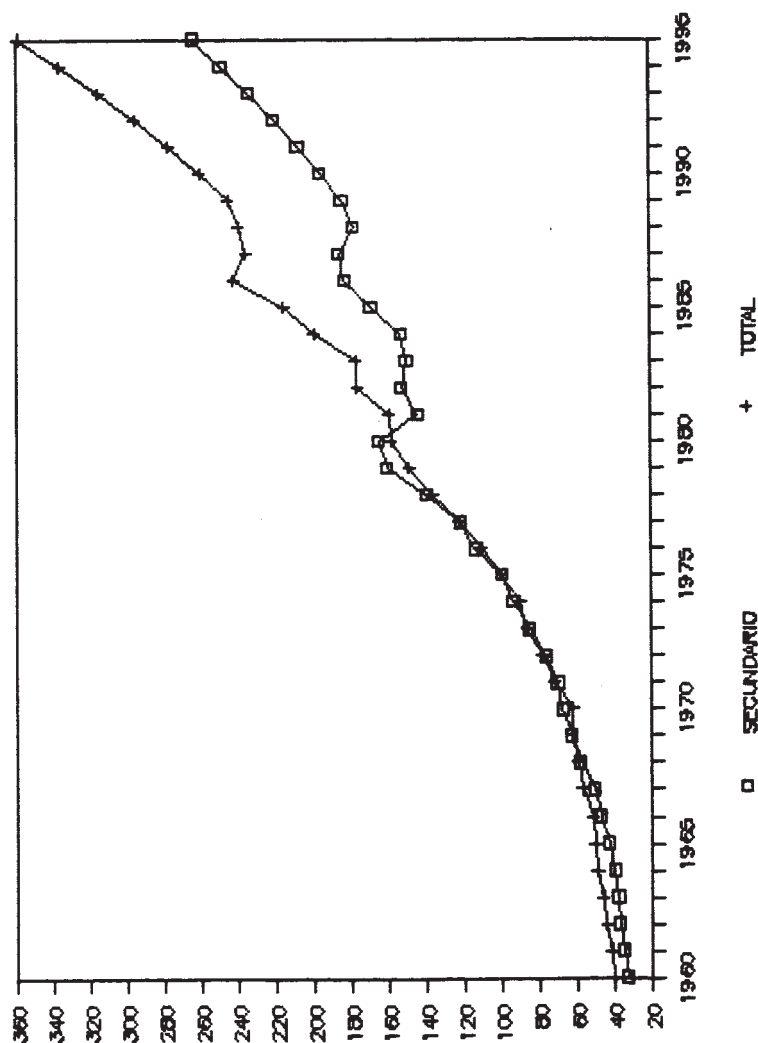


GRÁFICO 11
NORDESTE

Taxas Reais de Crescimento do PIBcf

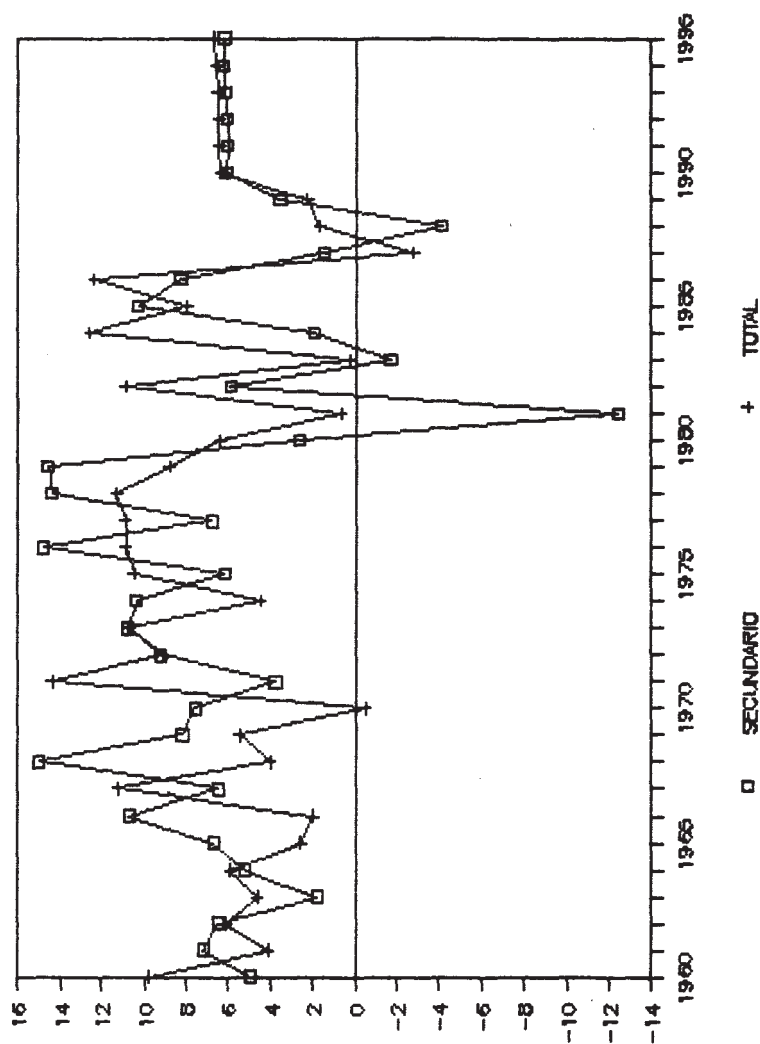


GRÁFICO 12
NORDESTE

Taxas Reais de Crescimento do PIBcf

TABELA 38
Crescimento da Renda de Países Selecionados
(Taxas Médias de Crescimento Anual)

Países	Renda Per Capita US\$/84	PIB			Agricultura			Indústria			Serviços		
		1960-73	1973-84	1965-73	1973-84	1965-73	1973-84	1965-73	1973-84	1965-73	1973-84	1965-73	1973-84
Países de Renda Baixa	260	5,6	5,3	3,0	3,6			8,9	7,4	6,8	5,0		
China e Índia	290	6,2	5,7	3,2	3,9			9,3	7,7	7,8	5,5		
Bangladesh	130	...	5,0	0,4	3,1			6,1	7,6	1,5	7,1		
Paquistão	380	5,4	5,6	4,7	3,0			6,6	7,6	5,4	6,4		
Outros	190	3,7	3,5	2,5	2,4			5,0	4,3	5,7	3,5		
Países de Renda Média/Baixa	1.250	7,4	4,4	3,6	2,7			9,1	4,4	7,6	5,1		
Indonésia	540	8,1	6,8	4,8	3,7			13,4	8,3	9,6	8,6		
Filipinas	660	5,4	4,8	4,1	4,0			7,4	5,3	4,8	4,8		
Egito	720	3,8	8,5	2,6	2,5			3,8	10,3	4,7	10,6		
Nigéria	730	9,7	0,7	2,8	-0,5			19,7	-1,0	8,8	3,2		
Tailândia	860	7,8	6,8	5,2	3,7			9,0	8,7	9,1	7,5		
Turquia	1.160	6,5	4,1	2,5	3,3			7,9	4,2	8,4	4,3		
Países de Renda Média/Alta	1.950	7,7	4,5	3,5	3,0			8,6	4,6	8,2	5,1		
Brasil	1.720	9,8	4,4	3,8	4,0			11,0	4,2	10,5	4,6		
México	2.040	7,9	5,1	5,4	3,4			8,6	5,5	8,0	5,2		
Coréia (República)	2.110	10,0	7,2	2,9	11,7			18,4	10,9	11,3	6,8		
Argentina	2.230	4,3	0,4	-0,1	1,6			5,1	-0,7	5,5	0,9		
Iugoslávia	2.120	6,1	4,2	3,2	2,0			7,1	4,7	6,4	4,7		
Países Industrializados	11.430	4,7	2,4	1,8	1,7			5,1	1,8	4,8	2,1		
Reino Unido	8.570	2,8	1,0	2,6	2,7			2,1	-0,3	3,3	1,7		
Estados Unidos	15.390	3,2	2,3	1,8	1,4			2,8	1,2	3,5	3,0		
Japão	10.630	9,8	1,3	2,1	1,3			13,5	5,9	8,3	3,3		
França	9.760	5,5	2,3	1,7	1,6			6,7	1,4	5,3	2,9		
Alemanha Ocidental	11.130	4,6	2,0	2,5	2,1			4,9	1,7	4,4	2,3		
Canadá	9.976	5,2	2,5	1,2	1,8			5,2	1,0	5,5	3,2		
Itália	6.420	5,2	2,1	0,5	1,7			6,2	1,8	5,2	2,5		
Países a Leste Europeu													
Hungria	2.100	6,1	3,5	3,1	3,5			6,5	4,1	7,5	2,8		

FONTE: Banco Mundial — Relatório de 1986.

TABELA 39
NORDESTE
Produto Interno Bruto a Custo de Fatores
1970—75—80

(Em Cz\$ milhões)

Estados	Preços Constantes de 1980			Variação Real Anual (%)		
	1970	1975	1980	1975	1980	1970/80
Maranhão	36.870	57.648	99.307	9,40	11,5	10,4
Piauí	16.305	28.245	44.036	11,60	9,3	10,4
Ceará	63.875	97.229	174.418	8,80	12,4	10,6
Rio G. Norte	23.864	44.701	70.372	13,4	9,5	11,4
Paraíba	31.542	52.829	75.991	10,9	7,5	9,2
Pernambuco	126.980	195.480	291.501	9,0	8,3	8,7
Alagoas	30.248	46.349	76.741	8,9	10,6	9,8
Sergipe	19.134	29.776	46.719	9,2	9,4	9,3
Bahia	164.230	274.185	505.950	10,8	13,0	11,9
Nordeste	513.053	826.456	1.385.040	10,0	10,9	10,4
Brasil	4.667.260	7.923.426	11.425.094	7,6	7,6	9,4

FONTE: FGV — Centro de Contas Nacionais 1970 a 1980 — Conjuntura Econômica — maio/87.

NOTA: Valores corrigidos pelo deflator implícito (Base = 80) TABELA 7 das Contas Nacionais 1975 a 1980 (FGV) — Conjuntura Econômica maio/87.

TABELA 40
NORDESTE
Produto Interno Bruto a Custo de Fatores
1970—75—80
(Em US\$ de 1980)
(Dados Originais da Fundação Getúlio Vargas)

Estados	PIBcf — Em Milhões de US\$)			PIBcf Per Capita em US\$ 1.00		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Maranhão	699	1.094	1.884	234	316	472
Piauí	309	535	835	184	283	391
Ceará	1.212	1.844	3.309	278	384	626
Rio Grande do Norte	452	848	1.335	292	494	703
Paraíba	598	1.002	1.441	251	390	521
Pernambuco	2.409	3.709	5.531	467	659	900
Alagoas	573	879	1.456	361	496	735
Sergipe	363	565	886	403	558	770
Bahia	3.116	5.202	9.600	416	618	1.015
Nordeste	9.735	15.682	26.282	346	501	755
Brasil	88.564	150.352	246.799	955	1.434	1.788

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: FGV — Centro de Contas Nacionais.
Taxa de Câmbio US\$ 1,00/Cz\$ 0,052699.

TABELA 41
NORDESTE
Produto Interno Bruto a Custo de Fatores
1970—1980
(Valores em US\$ de 1980)
(Dados Originais da SUDENE)

Estados	Valor Total (Em milhões de US\$)			Valor Per Capita (US\$ 1.00)		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Maranhão	776	971	1.875	260	281	470
Piauí	404	628	1.088	241	236	375
Ceará	1.468	2.202	3.925	337	459	743
Rio Grande do Norte	546	879	1.620	353	513	854
Paraíba	810	1.193	1.608	341	465	581
Pernambuco	2.983	4.462	6.374	578	792	960
Alagoas	633	1.042	1.599	399	588	807
Sergipe	533	748	1.343	593	739	1.179
Bahia	3.699	6.481	10.911	494	771	1.155
Nordeste	12.026	19.162	30.368	428	613	872
Brasil	88.564	150.352	216.799	955	1.434	1.788

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE — Grupo de Contas Regionais.

TABELA 42
NORDESTE
Estrutura Percentual do PIB e da População

Estados	Produto Inter. Bruto a Custo de Fatores (%)					População	
	1970	1975	1980	1970	1975	1975	1980
Maranhão	7,19	6,98	7,17	10,63	11,07	11,47	
Piauí	3,18	3,42	3,18	5,98	6,06	6,14	
Ceará	12,45	11,76	12,59	15,52	15,35	15,20	
Rio Grande do Norte	4,65	5,41	5,08	5,52	5,48	5,45	
Paraíba	6,15	6,39	5,49	8,18	8,81	7,97	
Pernambuco	24,75	23,65	21,05	18,37	18,00	17,66	
Alagoas	5,90	5,61	5,54	5,65	5,67	5,69	
Sergipe	3,73	3,60	3,37	3,20	3,24	3,87	
Bahia	32,01	33,18	36,53	26,65	26,91	27,15	
Nordeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Centro de Contas Nacionais (FGV) IBGE—Anuário Estatístico do Brasil.

TABELA 43
NORDESTE
Estrutura Percentual do PIB dos Estados
por Setores Econômicos

Especificação	1970	1975	1980
MARANHÃO			
— Agropecuária	43,21	42,58	31,11
— Indústria	8,41	8,57	20,70
— Serviços	48,38	48,85	48,19
— Total	100,00	100,00	100,00
PIAUÍ			
— Agropecuária	31,69	30,94	22,23
— Indústria	6,96	8,11	19,88
— Serviços	61,35	60,95	57,89
— Total	100,00	100,00	100,00
CEARÁ			
— Agropecuária	18,99	21,56	15,01
— Indústria	16,61	18,58	27,63
— Serviços	64,40	60,16	57,36
— Total	100,00	100,00	100,00
RIO G. DO NORTE			
— Agropecuária	18,72	21,26	12,79
— Indústria	16,73	22,53	30,84
— Serviços	64,55	56,20	56,37
— Total	100,00	100,00	100,00
PARAÍBA			
— Agropecuária	26,79	28,55	17,42
— Indústria	14,77	20,09	24,83
— Serviços	58,43	51,35	57,75
— Total	100,00	100,00	100,00
PERNAMBUCO			
— Agropecuária	14,18	12,84	10,78
— Indústria	21,90	25,79	31,23
— Serviços	63,92	61,37	57,99
— Total	100,00	100,00	100,00
ALAGOAS			
— Agropecuária	28,58	27,53	23,01
— Indústria	16,85	18,09	21,54
— Serviços	54,57	54,38	55,45
— Total	100,00	100,00	100,00
SERGIPE			
— Agropecuária	21,33	18,18	16,45
— Indústria	25,57	26,44	29,58
— Serviços	53,09	55,38	53,97
— Total	100,00	100,00	100,00
BAHIA			
— Agropecuária	23,15	21,15	15,92
— Indústria	19,89	21,77	35,70
— Serviços	56,96	57,08	48,38
— Total	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Centro de Contas Nacionais (FGV).

3. FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

O conceito de formação de capital empregado neste capítulo se limita exclusivamente aos gastos das empresas e do governo, em geral, em bens materiais de capital, mais a variação líquida dos estoques. A formação interna de capital, ou bens de capital, portanto, compreende todos os bens produzidos para utilização posterior no processo de produção: maquinaria, equipamentos, fábricas, obras e construções, e os estoques em prol dos produtores de matérias-primas. Assim, a formação interna de capital corresponde àquela parte da produção corrente e das importações do Nordeste que não foram consumidas nem exportadas durante o exercício econômico, mas se destinam a adicionar-se aos estoques de bens de capital preexistentes(24).

A formação bruta de capital inclui a parcela prevista para depreciação, obsolescência e danos acidentais sofridos pelo capital fixo. A formação líquida de capital representa o que se agrega ao capital fixo destinado às futuras atividades produtivas.

O capital fixo, portanto, corresponde aos meios materiais de produção gerados, capazes de serem utilizados em fases sucessivas do processo produtivo. As estimativas da SUDENE não incluem o valor das terras, jazidas minerais e outros recursos naturais e somente são considerados aqueles bens que têm duração superior a um ano. Outro esclarecimento necessário: “os bens isolados de procedência regional, mesmo que constituam capital para a entidade que os adquire, não são do ponto de vista regional”(31). Neste caso, para o conteúdo da formação de capital são incluídos apenas os gastos devidos à tramitação e à nova montagem. Quando se trata de bens usados na região, oriundos do resto do país e do estrangeiro, são incorporados na formação de capital por todo o seu custo.

O processo de acumulação de capital influi decisivamente no crescimento econômico, conforme a experiência e a história comprovam. Mesmo assim, é necessário ter em conta que a produção futura de um país ou região é facilitada não só pelas adições líquidas e os estoques de bens de capital, senão também pelo aumento e melhoria dos conhecimentos técnicos da população, elevação da produtividade de capital e modernização das organizações e das práticas administrativas do setor público e privado.

O investimento bruto fixo total do Nordeste foi estimado em 2.078,6 milhões de dólares em 1983, último ano com dados observados sobre o assunto.

O setor público participou, em média, com 52% desse valor, correspondendo a 1.092 milhões de dólares. Os principais setores de atividade em que o governo mais investiu foram, por ordem de importância, energia elétrica e abastecimento d'água, indústria extrativa mineral, serviços comunitários e sociais, além de transporte, armazenamento e comunicação. Em conjunto, esses setores representam 27% de todos os investimentos regionais, com participação de 80-100% do setor público.

Como era de esperar, a participação dominante do setor privado situava-se na indústria de transformação (92%) e no comércio (97%) com a quase totalidade dos investimentos realizados em 1983.

Tomando por base 1983, o coeficiente de investimento do Nordeste foi de 22% e o do Brasil de 19%. A formação bruta de capital fixo atingiu 18% em relação ao Brasil. Esta relação correspondeu, em média, a 21% no quinquênio 1965-70, cerca de 13% na década de 70, elevando-se um pouco em 1982/83. Fato notório a registrar é a manutenção do coeficiente de investimento do Nordeste de 27% no período de 1970/1983. Essa relação foi em média superior no Nordeste em comparação com o Brasil, entre 1970-80, e inferior na Região, nos períodos de 1965-69 e 1980-83, conforme pode ser observado na TABELA 45.

O Nordeste tem apresentado significativa expansão econômica nos últimos 30 anos, especialmente na década de 70-80. Esse notável desempenho do crescimento do produto tornou-se possível graças à correspondente formação de capital fixo da Região.

Entre os quinquênios de 1965-70/1975-80, a taxa média de crescimento anual da acumulação de capital real foi de 14%, com média anual de 17% no setor industrial e serviços industriais de utilidade pública, bem como na pecuária, silvicultura e pesca. O setor serviços (comércio, transportes, atividades financeiras, serviços de comunicações etc), registrou uma média de 11% ao ano na formação de capital.

Em contraste com os períodos anteriores, o quinquênio 1975-80/1980-85 foi caracterizado por baixa taxa de crescimento da evolução de capital, em média de 2,6% para o total, sendo 3,8% para o setor industrial e 2,5% para o setor serviços. No que se refere à pecuária, silvicultura e pesca, a taxa alcançou em média (—) 1,5%.

Com base na formação de capital constatada, o Nordeste realizou serviços importantes em muitos campos de atividade econômica e rural entre 1965-1980, fundamentais para o crescimento futuro da formação de capital, a despeito dos problemas surgidos a partir de 1980.

Considerando todos os fatores e levando em conta diversos critérios, é razoável prever que o Nordeste apresentará uma taxa de formação de capital significativa. Na verdade, espera-se que a taxa de acumulação de capital poderá ser de aproximadamente 9% ao ano entre 1985-1995, liderando o setor industrial essa tendência com taxa em alta de 11%. A pecuária, silvicultura e pesca apresentam perspectivas de obter uma taxa de 7,8% e o setor serviços, uma tendência de aproximadamente 6,7% ao ano.

Os dados constantes nas tabelas a seguir apresentam os mais fidedignos dados que é possível obter sobre o assunto e visam a indicar as prováveis tendências que a economia do Nordeste poderá seguir nos próximos anos. É necessário estar consciente, contudo, de que as previsões elaboradas tomam por base a extrapolação das tendências do passado e do presente e não pretendem delinear a visão do futuro provável, o qual dependerá das políticas a serem adotadas doravante.

TABELA 44
NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Total
1965—1985

Anos	Formação Bruta de Capital Fixo Total/PIB (%)		Formação Bruta de Capital Fixo Total NE/BR (%)
	Nordeste	Brasil	
1965	21,5	14,7	21,1
1966	22,9	15,3	20,6
1967	22,9	14,4	22,2
1968	26,8	16,6	21,6
1969	28,2	16,7	22,2
1970	31,6	22,4	18,9
1971	26,0	23,2	15,7
1972	27,2	23,7	15,7
1973	25,6	24,9	14,5
1974	28,3	26,2	14,3
1975	30,8	27,6	15,0
1976	30,9	25,5	16,4
1977	30,6	24,2	17,1
1978	30,9	24,6	17,6
1979	26,6	25,6	15,0
1980	22,7	24,3	13,0
1981	22,5	24,7	13,0
1982	23,9	23,0	16,5
1983	22,0	19,2	17,8
1984	...	18,1	...
1985	...	19,8	...
1986	...	...	...

FONTE: SUDENE — Grupo de Contas Regionais.

FGV — Centro de Contas Nacionais.

TABELA 45
NORDESTE

Investimento Bruto Fixo Total por Setores de Atividade
1983

(US\$ 1.000)

Setores	Setor Privado	Setor Público	Total		% do Setor Público S/Total
			Nº Absolutos	(%)	
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	179.347	73.966	253.313	12,2	29,2
Indústria Extrativa Mineral	1.820	255.003	256.823	12,4	99,3
Indústria Transformação	323.945	28.256	352.201	16,9	8,0
Energia Elétrica e Abastec. de Água	—	346.092	346.092	16,6	100,0
Construção	21.409	4.240	25.649	1,2	16,5
Comércio	47.690	1.252	48.942	2,4	2,6
Transporte, Armazenam. Comunicações	35.066	135.644	170.710	8,2	79,5
Ativ. Fin. Bens Imov. e Serv. de Empresas	347.329	71.450	418.779	20,1	17,1
Serviços Comunit. Sociais e Pessoal	29.787	176.277	206.064	9,9	85,5
Total	986.393	1.092.180	2.078.573	100,0	52,5

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE — Grupo de Renda Regional.

TABELA 46
NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Total
Participação Percentual Média do Período

Bem de Capital	Período (Anos)				Média 1965-1985 (%)
	1965-69 (%)	1970-74 (%)	1975-79 (%)	1980-83 (%)	
Edificações Residenciais	21,4	13,3	10,3	14,6	14,9
Edificações Não-residenciais	12,5	12,6	11,3	12,1	12,1
Obras (Exceto Melhoria de Terras)	34,6	33,2	33,2	34,8	33,9
Melhoria de Terras e Plantações	—	—	—	—	—
Melhoria de Terras	3,9	3,8	2,5	2,2	3,1
Plantações Permanentes	3,9	3,3	3,4	3,2	3,4
Equipamentos de Transporte	6,7	5,8	4,7	4,4	5,4
Maquinaria	12,8	21,6	28,2	24,1	21,7
Formação de Plantéis	0,7	2,4	2,3	0,9	1,6
Outros Equipamentos	3,3	3,8	4,0	3,5	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE — Grupo de Contas Regionais.

TABELA 47
NORDESTE

Formação Bruta de Capital Fixo Total
Participação Percentual Média do Período

Atividade Econômica	Período (Anos)				Média 1965-1983 (%)
	1965-69 (%)	1970-74 (%)	1975-79 (%)	1980-83 (%)	
Agrop., Silvicultura e Pesca	10,4	13,0	14,4	13,1	12,7
Indústria Extrativa Mineral	8,3	3,5	4,0	7,8	5,9
Indústria de Transformação	13,3	21,3	24,2	18,9	19,4
Energia Elétrica e					
Abastec. de Água	10,4	9,9	14,8	12,4	11,9
Construção	2,6	4,0	3,0	1,5	2,8
Comércio	2,2	2,6	2,5	2,4	2,4
Transportes, Armazenagem e Comunicações	16,4	18,9	13,4	11,5	15,1
Ativ. Fin., Bens Imóveis e Serv. Emp.	25,2	15,6	12,5	18,2	17,9
Serv. Comunit., Sociais e Pessoais	11,3	13,2	11,2	11,6	11,8
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE — Grupo de Contas Regionais.

TABELA 48
NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Real Segundo os Grandes Setores Econômicos
1965—95

Anos	Agropecuária, Silvicultura e Pesca		Indústria e Serviços Industriais de Utilidade Pública		Serviços (Comércio, Transportes, Atividades Financeiras, Serv. Comunitários etc.)		Total da Formação Bruta de Capital do NE	
	Índices	Variação(%)	Índices	Variação(%)	Índices	Variação(%)	Índices	Variação(%)
A — Índices Reais e Variações Anuais da Formação Bruta de Capital Fixo Real								
1965	11,3	—	16,5	—	22,4	—	18,1	—
1966	13,8	22,1	16,9	2,4	26,7	19,2	20,4	12,7
1967	19,6	42,0	19,6	16,0	25,7	-3,7	22,0	7,8
1968	18,6	-5,1	24,2	23,5	32,2	25,3	26,4	20,0
1969	28,6	53,8	28,7	18,6	34,2	6,2	30,6	15,9
1970	28,1	-1,7	34,1	18,8	41,6	21,6	35,9	17,3
1971	35,6	26,7	33,6	-1,5	40,2	-3,4	36,2	0,8
1972	36,9	3,7	46,0	36,9	43,2	7,5	42,5	17,4
1973	43,3	17,2	48,6	5,6	53,7	24,3	49,2	15,8
1974	58,7	35,6	61,2	25,9	61,4	14,3	59,7	21,3
1975	90,5	54,2	85,2	39,2	61,9	0,8	73,9	23,8
1976	140,7	55,5	101,4	19,0	78,9	27,5	89,8	21,6
1977	74,7	-46,9	120,9	19,2	85,9	8,9	95,9	6,8
1978	74,4	-0,4	142,0	17,5	93,3	8,6	109,3	13,9
1979	101,2	36,0	130,4	-8,2	99,8	7,0	109,1	-0,2
1980	100,0	-1,2	100,0	-23,3	100,0	0,2	100,0	-8,3
1981	89,2	-10,8	105,6	5,6	89,8	-10,2	94,2	-5,8
1982	72,3	-18,9	127,4	20,6	105,2	17,1	106,8	13,4
1983	82,5	14,1	142,6	12,0	90,2	-14,2	107,6	0,7
PREVISÕES								
1984	92,2	11,7	160,8	12,7	97,5	8,0	118,8	10,4
1985	102,4	11,1	182,2	13,3	104,8	7,5	131,0	10,3
1986	112,3	9,6	206,2	13,2	113,3	8,1	144,6	10,4
1987	124,1	10,5	232,3	12,6	121,5	7,2	158,9	9,9
1988	134,7	8,5	260,9	12,3	130,3	7,3	174,2	9,6
1989	146,9	9,1	292,1	12,0	138,9	6,6	190,1	9,2
1990	158,9	8,2	329,3	12,8	148,8	7,1	208,5	9,7
1991	172,4	8,4	367,4	11,6	159,3	7,1	227,8	9,2
1992	186,1	8,0	411,0	11,9	169,3	6,2	248,0	8,9
1993	198,4	6,6	456,9	11,2	179,1	5,8	268,5	8,2
1994	207,3	4,5	501,6	9,8	190,0	6,1	288,4	7,4
1995	211,8	2,2	548,2	9,3	199,5	5,0	307,7	6,7

TABELA 49
NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Real
1965—95

Períodos	Agropecuária, Silvicultura e Pesca		Indústria e Serviços Industriais de Utilidade Pública		Serviços (Comércio, Transportes, Atividades Financeiras, Serviços Comunit. etc.)		Total da Formação Bruta de Capital do NE	
	Médias Móveis	Variação (%)	Médias Móveis	Variação (%)	Médias Móveis	Variação (%)	Médias Móveis	Variação (%)
B — Médias Móveis Quinquenais e Variações Anuais das Médias Móveis Quinquenais								
1965-70	20,0	—	23,4	—	30,5	—	25,6	—
1966-71	24,0	20,3	26,2	12,2	33,4	9,7	28,6	11,8
1967-71	27,9	16,0	31,1	18,5	36,2	8,2	32,3	12,9
1968-73	31,9	14,2	35,9	15,6	40,8	12,9	36,8	14,0
1969-74	38,5	21,0	42,1	17,2	45,7	11,9	42,3	15,1
1970-75	48,9	26,8	51,5	22,4	50,3	10,1	49,5	17,0
1971-76	67,6	38,4	62,7	21,8	56,5	12,3	58,5	18,1
1972-77	74,1	9,6	77,2	23,2	64,1	13,5	68,5	17,0
1973-78	80,4	8,4	93,2	20,7	72,5	13,0	79,6	16,3
1974-79	90,0	12,0	106,9	14,6	80,2	10,6	89,6	12,5
1975-80	96,9	7,6	113,3	6,0	86,6	8,0	96,3	7,5
1976-81	96,7	-0,2	116,7	3,0	91,3	5,4	99,7	3,5
1977-82	85,3	-11,8	121,0	3,7	95,7	4,8	102,5	2,8
1978-83	86,6	1,5	124,7	3,0	96,4	0,8	104,5	1,9
1979-84	89,6	3,4	127,8	2,5	97,1	0,7	106,1	1,5
1980-85	89,8	0,2	136,4	6,8	97,9	0,9	109,7	3,4
1981-86	91,8	2,3	154,1	13,0	100,1	2,3	117,2	6,8
1982-87	97,7	6,3	175,2	13,7	105,4	5,3	127,9	9,2
1983-88	108,0	10,6	197,5	12,7	109,6	4,0	139,2	8,8
PREVISÕES								
1984-89	118,8	9,9	222,4	12,6	117,7	7,4	152,9	9,9
1985-90	129,9	9,4	250,5	12,6	126,2	7,3	167,9	9,8
1986-91	141,5	9,0	281,4	12,3	135,3	7,2	184,0	9,6
1987-92	153,8	8,7	315,5	12,1	144,7	6,9	201,3	9,4
1988-93	166,2	8,1	352,9	11,9	154,3	6,6	219,5	9,1
1989-94	178,3	7,3	393,1	11,4	164,2	6,4	238,6	8,7
1990-95	189,1	6,1	435,7	10,9	174,3	6,2	258,1	8,2

TABELA 50
NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Real, Segundo os Grandes Setores Econômicos
1965-95

Períodos	C — Taxas Reais de Crescimento da Economia do Nordeste, por Setores			
	Agropecuária Silvicultura Caça e Pesca	Indústria, Serv. Industriais Utilidade Pública	Serv. (Com. Transp. Atividades Fin. Serv. Comunit. etc.)	Total da Formação Bruta de Capital do NE
	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica
1965-70	20,0	15,6	13,2	14,7
1966-71	20,9	14,7	8,5	12,1
1967-71	13,5	18,6	10,9	14,1
1968-73	18,4	14,9	10,8	13,3
1969-74	15,5	16,3	12,4	14,3
1970-75	26,3	20,1	8,3	15,5
1971-76	31,6	24,7	14,4	19,9
1972-77	15,1	21,3	14,7	17,7
1973-78	11,5	23,9	11,7	17,3
1974-79	11,5	16,3	10,2	12,8
1975-80	2,0	3,3	10,1	6,2
1976-81	— 8,7	0,8	2,6	1,0
1977-82	— 0,6	1,1	4,1	2,2
1978-83	2,1	0,1	— 0,7	— 0,3
1979-84	— 1,9	4,3	— 0,5	1,7
1980-85	0,5	12,7	0,9	5,5
1981-86	4,7	14,3	4,8	9,0
1982-87	11,4	12,8	2,9	8,3
1983-88	10,3	12,8	7,6	10,1
PREVISÕES				
1984-89	9,8	12,6	7,3	9,9
1985-90	9,2	12,6	7,3	9,7
1986-91	8,9	12,2	7,1	9,5
1987-92	8,4	12,1	6,9	9,3
1988-93	8,1	11,9	6,6	9,0
1989-94	7,1	11,4	6,5	8,7
1990-95	5,9	10,7	6,0	8,1

TABELA 51
NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Real, Segundo os Grandes Setores Econômicos
1965-95

D — Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquenais					
Período	Agropecuária Silvicultura, Caça e Pesca	Indústria,		Serv. (Com. Transp. Atividades Fin. Serv. Comunit. etc.)	Total da Formação Bruta de Capital do NE
		Serv. Indust.	Util. Pública		
1965-70/1970-75	19,6	17,1		10,6	14,1
1970-75/1975-80	14,7	17,1		11,5	14,2
1975-80/1980-85	— 1,5	3,8		2,5	2,6
1980-85/1985-90	7,7	12,9		5,2	8,9
1985-90/1990-95	7,8	11,7		6,7	9,0

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-81 — SUDENE/1983").

NOTA: Os cálculos para as médias móveis quinquenais, as variações anuais das médias móveis, as taxas geométricas de crescimento das médias móveis e taxas reais de crescimento anual da formação bruta de capital fixo do Nordeste e as previsões de 1984 em diante foram elaborados pelo BNB/ETENE—Setor de Informações Econômicas, com base nos índices de variação do PIB de 1970-80.

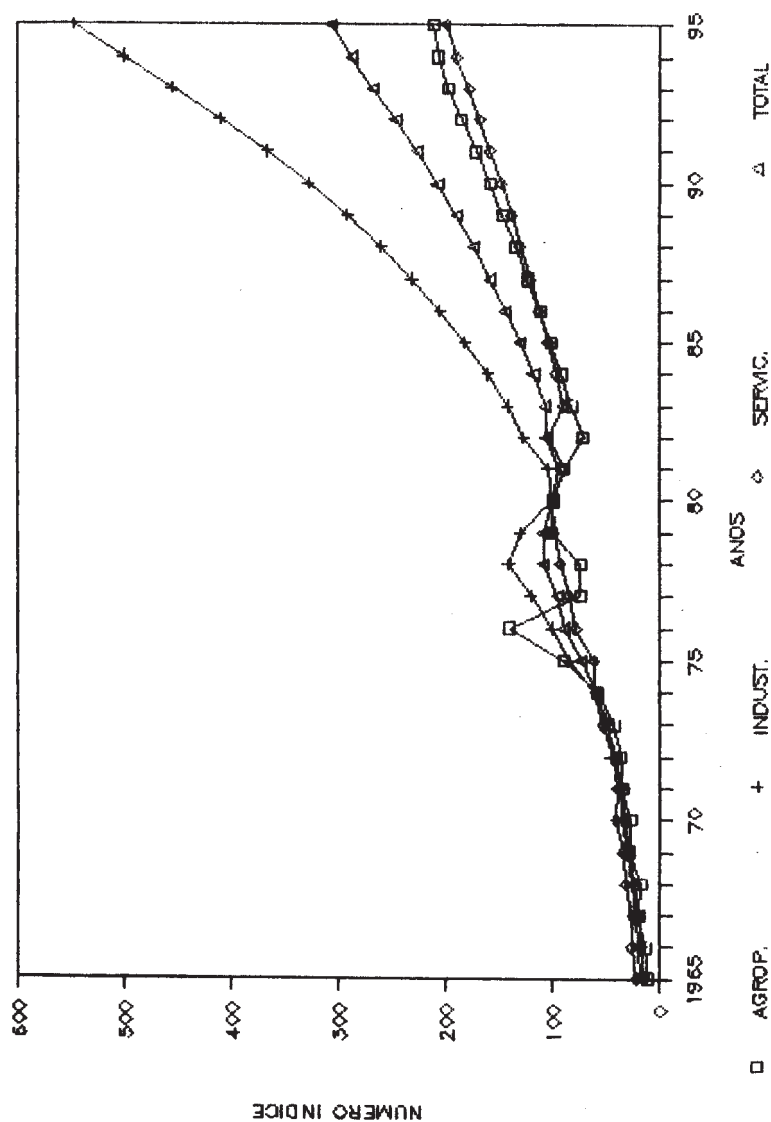


GRÁFICO 13
NORDESTE
 Índices da Formação Bruta de Capital

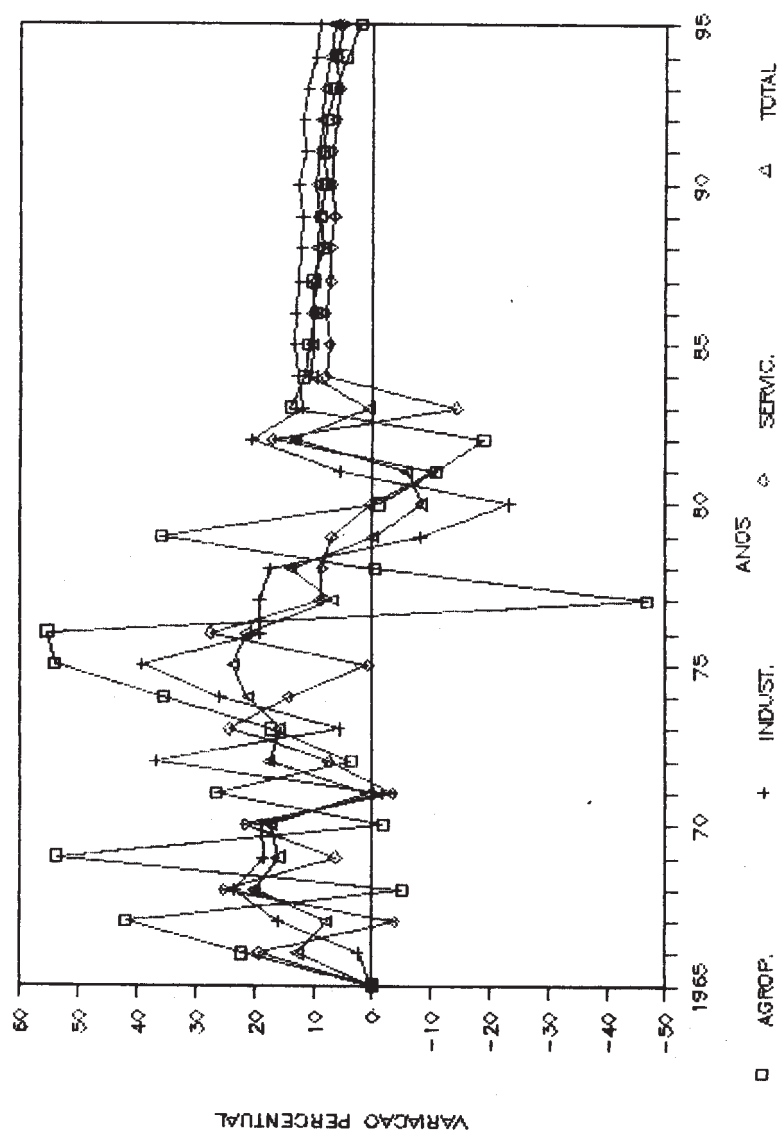
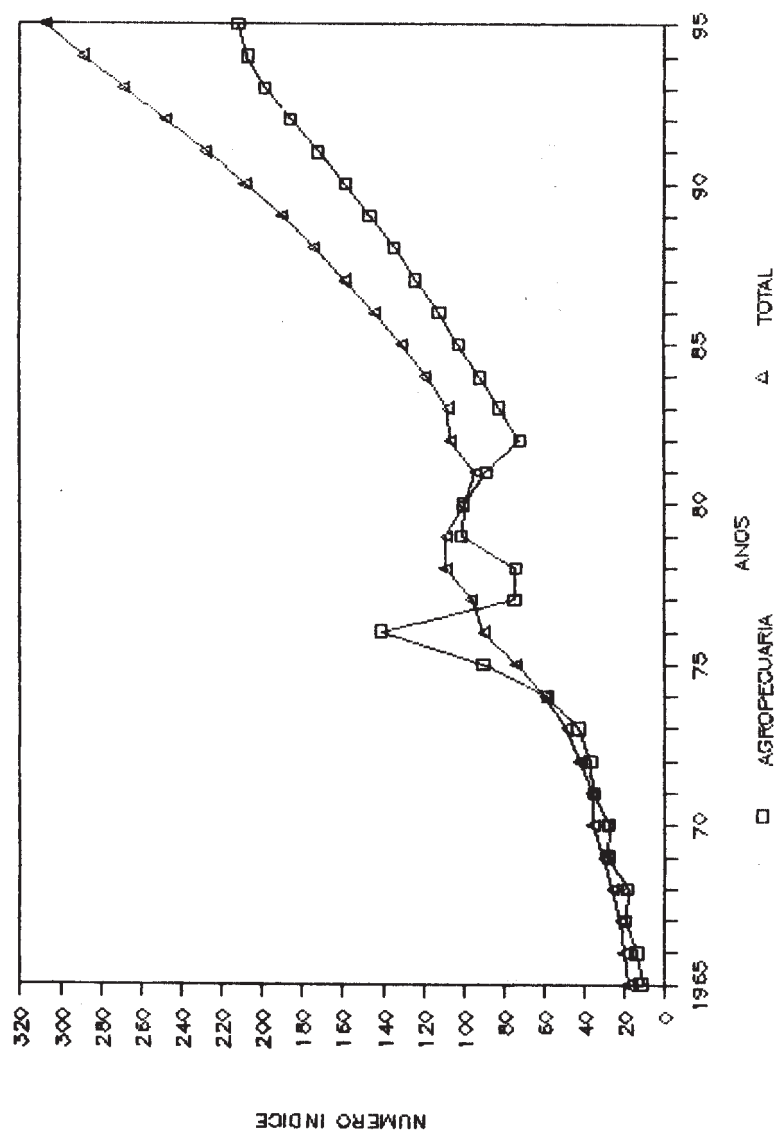


GRÁFICO 14
NORDESTE
 Taxas Anuais da Formação Bruta de Capital



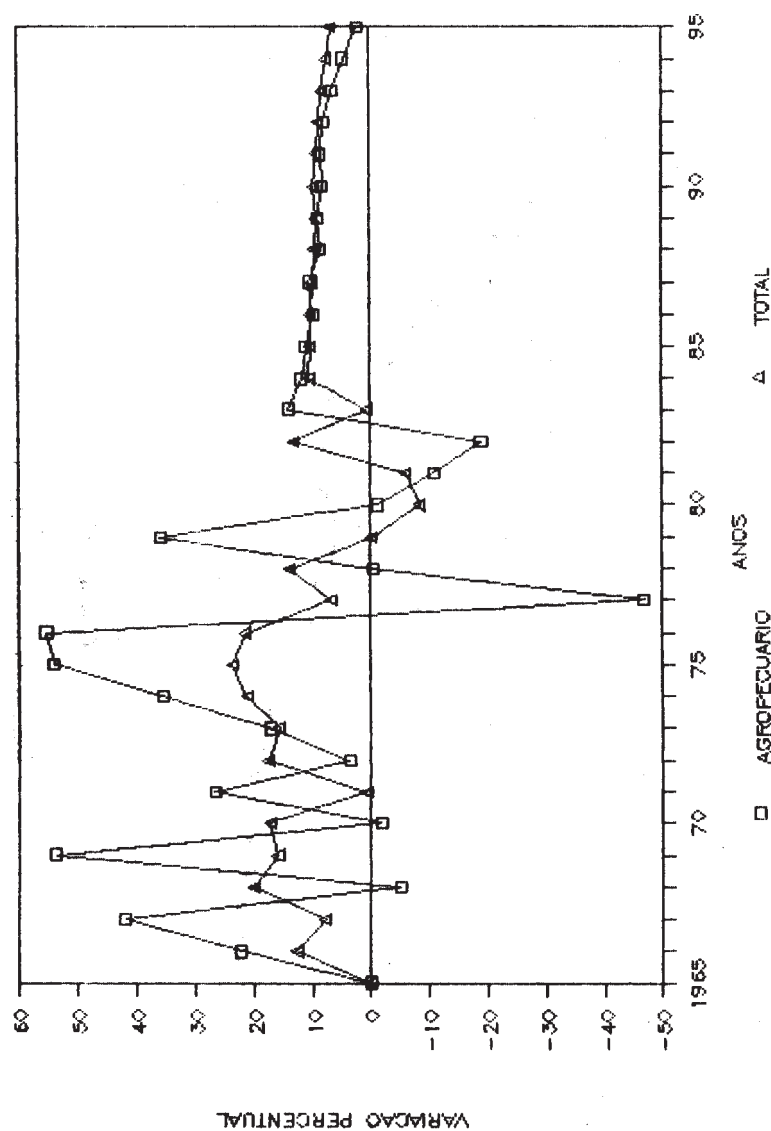


GRÁFICO 16

NORDESTE

Taxas Anuais da Formação Bruta de Capital

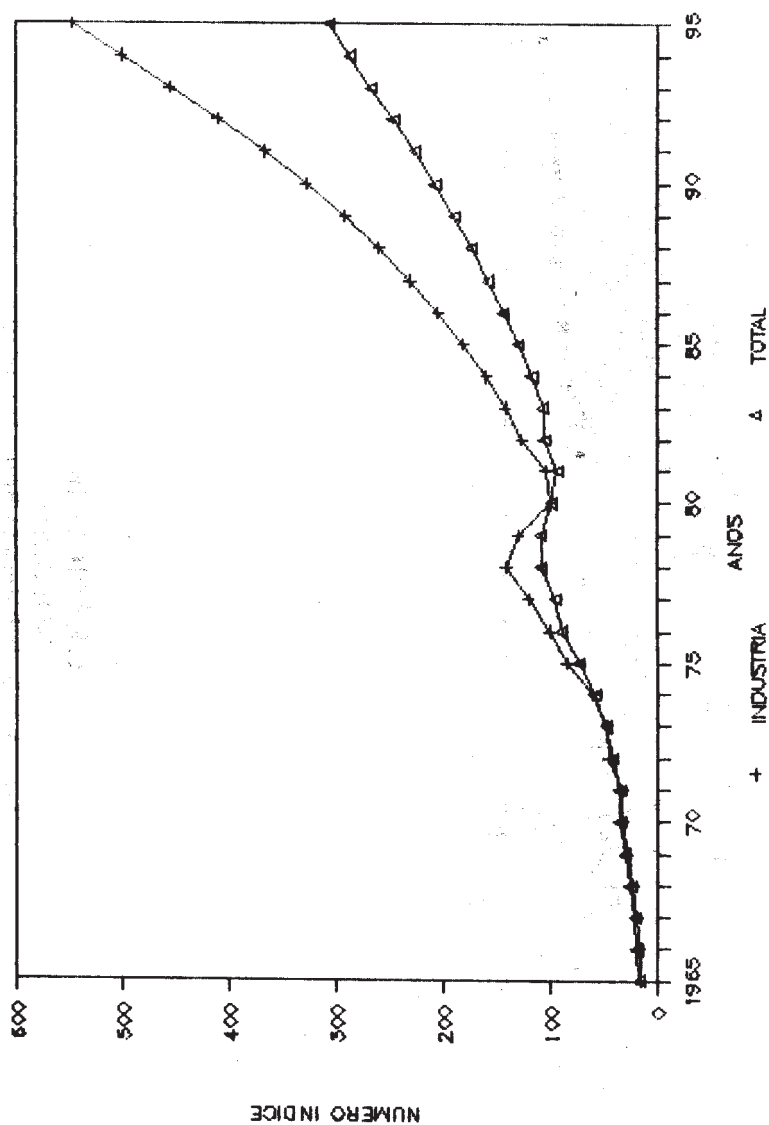


GRÁFICO 17
NORDESTE
 Índices da Formação Bruta de Capital

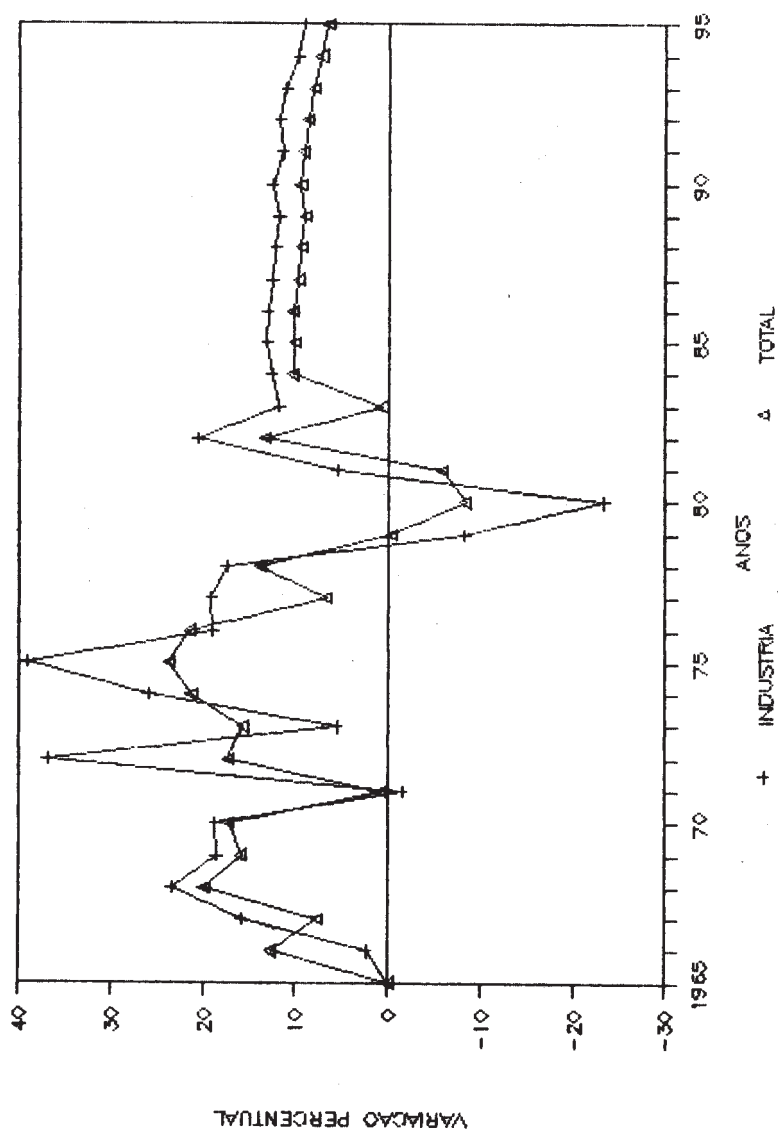


GRÁFICO 18

NORDESTE

Taxas Anuais da Formação Bruta de Capital

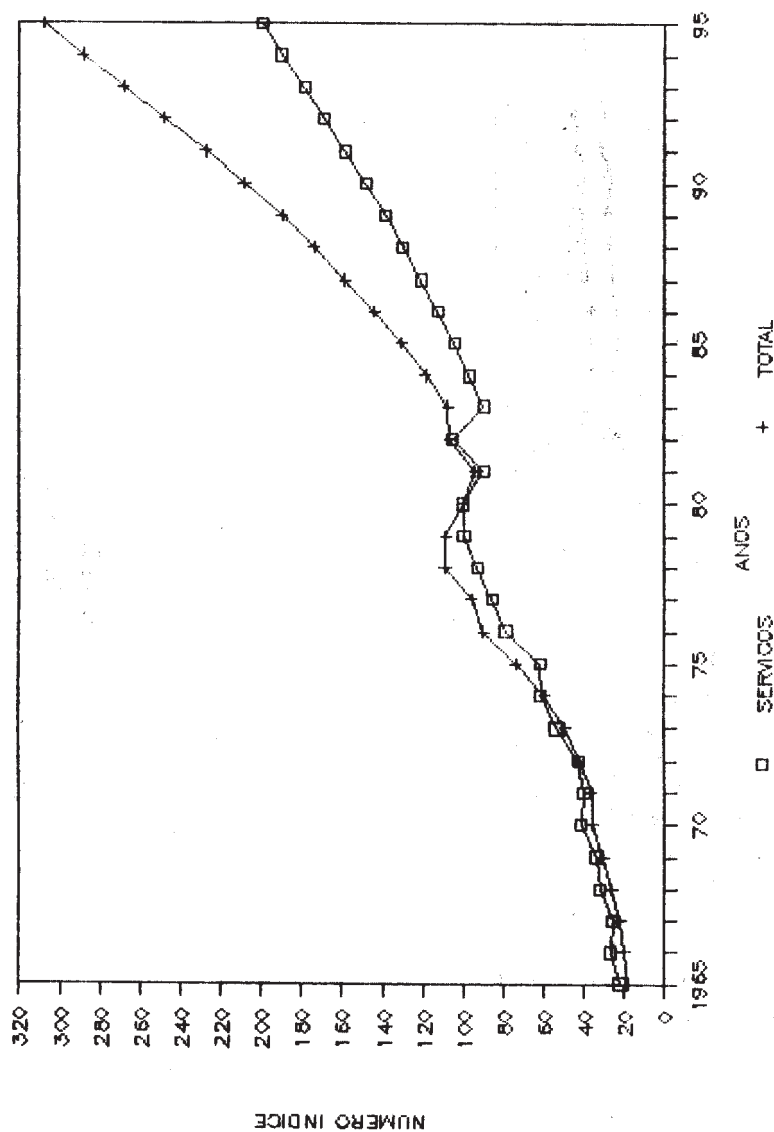


GRÁFICO 19
NORDESTE
 Índices da Formação Bruta de Capital

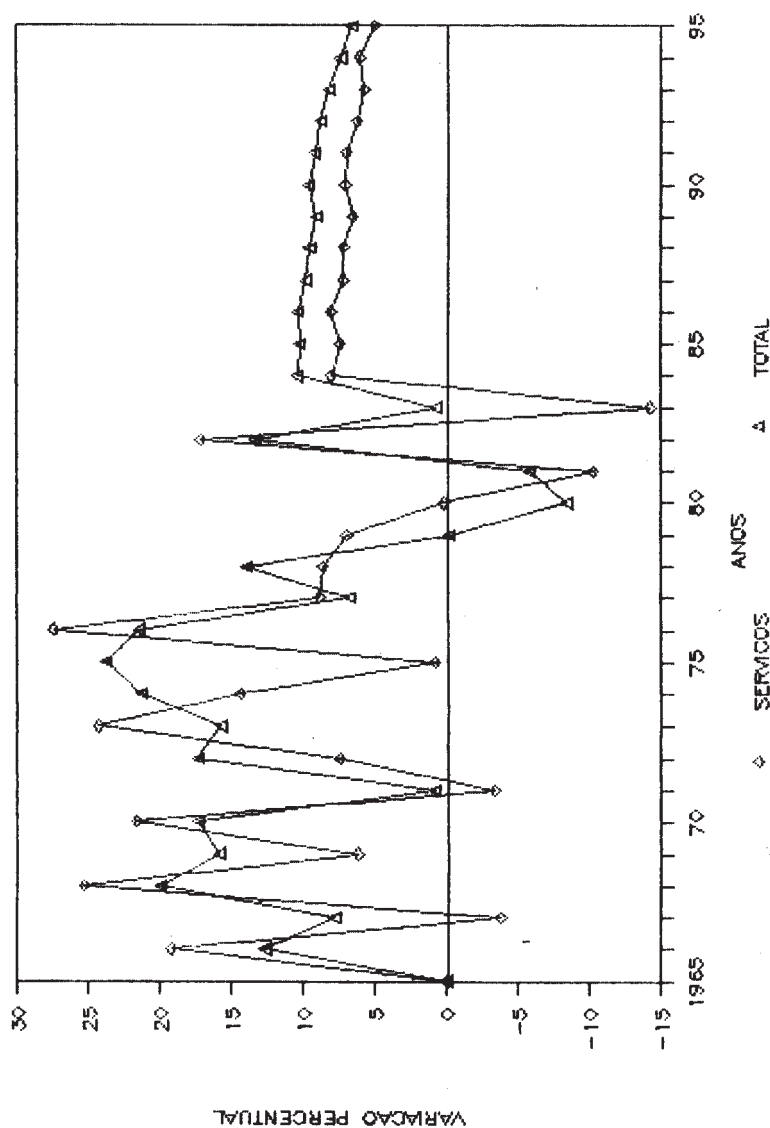


GRÁFICO 20

NORDESTE

Taxas Anuais da Formação Bruta de Capital

4. AS DIRETRIZES ATUAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Os novos rumos para o desenvolvimento do Nordeste estão delineados no documento **UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**, elaborado e aprovado pela SUDENE como resultado de um amplo debate com a participação dos diversos níveis governamentais e da sociedade civil de todos os Estados da Região.

O lançamento do Plano Trienal de Desenvolvimento do Nordeste — 1988-1990 — completa a fase de reorientação e direcionamento geral para a economia do Nordeste.

É oportuno registrar que o I PND-NR foi concebido com o propósito de buscar a mudança da vida política, econômica e social do país. A dinamização da economia nordestina foi considerada no plano como uma prioridade para o desenvolvimento nacional.

Com base nessa concepção, o Plano Nacional propõe como objetivo básico acelerar o crescimento da economia do Nordeste a ritmo superior ao do Brasil, com a transformação simultânea do estilo de desenvolvimento mediante a ampliação das oportunidades de emprego, melhoria da distribuição da renda e erradicação da pobreza absoluta.

As estratégias e diretrizes para o alcance dos objetivos propostos estão fundamentadas no fortalecimento da economia regional, integrada no processo de desenvolvimento nacional, especialmente no tocante ao desenvolvimento do setor industrial e agrícola, tecnológico e de infraestrutura.

A promoção do desenvolvimento do Nordeste será moldada também por políticas de organização do espaço regional e de integração social, entendida esta última como ações destinadas a corrigirem as distorções do crescimento econômico através de medidas governamentais que promovam diretamente os segmentos de baixa renda.

No âmbito da política industrial para o Nordeste cabe destacar a ênfase atribuída ao estímulo à agroindústria de modo geral e à indústria que utiliza insumos e abastece o mercado regional, bem como às empresas que apresentem maior capacidade empregadora e efeitos multiplicadores. O destaque dado no Plano quanto ao fortalecimento dos núcleos urbanos de apoio à integração de atividades rurais e urbanas é um reforço à adoção de estímulos ao desenvolvimento da agroindústria regional.

4.1. Plano Trienal de Desenvolvimento do Nordeste

O Plano Trienal abrange o período de 1988-1990 e foi elaborado pela Secretaria Executiva da SUDENE, com a participação dos Ministérios do Interior e Planejamento, Secretarias de Planejamento dos Estados, Banco do Nordeste do Brasil e a colaboração de segmentos da sociedade civil regional. O presente Plano é o detalhamento operacional do documento “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste”, aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE em 1985 e transformado na Lei nº 7.499/86, depois de aprovado pelo Congresso Nacional.

O novo Plano afirma no capítulo de formulação da política e estratégia para a economia da Região que: a política de desenvolvimento do Nordeste fundamenta-se no princípio de que a Região constitui parte integrante do processo de desenvolvimento nacional, onde o conjunto de ações programadas serão convergentes para o simultâneo progresso regional e a consecução de um Brasil social e economicamente desenvolvido. Assim, a estratégia de desenvolvimento prevê o crescimento da economia regional, mas insiste em que se estabeleçam bases de um novo estilo de desenvolvimento que incorpore o compromisso social e preencha as bases de uma nova inserção na economia nacional.

4.1.1. As Estratégias do Plano

Com essa finalidade, o Plano Trienal propõe seis linhas estratégicas para o desenvolvimento do Nordeste:

- a) **Transformação das estruturas rurais** de acordo com as concepções do desenvolvimento rural integrado e a interiorização do desenvolvimento urbano, particularmente com apoio na agroindústria. Para a obtenção de aumentos da produção, produtividade e melhoria das condições de vida dos residentes no quadro rural, prevê-se uma reforma agrária abrangente, contemplando tanto o acesso à terra e à água como aos serviços de suporte de produção e da organização dos agricultores. A reestruturação da base econômica rural será realizada também através dos investimentos em infra-estrutura e difusão de tecnologias de irrigação e manejo de água.
- b) **Dinamização da economia urbana**, com destaque para a expansão dos setores produtivos, especialmente no tocante ao desenvolvimento da indústria de transformação, construção civil, artesanato, turismo e microempresas industriais, comerciais e dos serviços.

Uma diretriz nova do Plano Trienal é no tocante ao reordenamento do espaço urbano no sentido de promover a interiorização do desenvolvimento urbano, revertendo o processo tradicional de concentração econômica e populacional em poucos centros metropolitanos. A concepção nesse sentido é a de aproveitar os potenciais produtivos locais de modo a ampliar o mercado interno e integrar o desenvolvimento rural-urbano e com a região como um todo.

- c) **Consolidação e conservação da infra-estrutura econômica** existente como elemento mentor do desenvolvimento da Região. Três segmentos serão contemplados nesse particular, ou seja, energia, transportes e telecomunicações. Será atribuída ênfase especial à energização do meio rural e eliminação dos pontos de estrangulamento dos sistemas hidroelétricos, enquanto a política de transporte será orientada para um sistema modal de integração, reestruturação e melhoramento da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e fluvial. A instalação de postos de serviços interurbanos nos distritos e povoados rurais será uma das principais preocupações na integração dos sistemas de telefonia.
- d) **Estímulo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia** através da ampliação da investigação científica e tecnológica, especialmente nos campos da informática, biotecnologia, da química fina, da mecânica de precisão, novas fontes de energia e de novos materiais. Serão desenvolvidos esforços para a obtenção ou adaptação de tecnologias disponíveis no exterior ou em outras áreas do país, para a realização de adaptação dos referidos conhecimentos e processos às necessidades da região.

Outras linhas relevantes de ação do Plano Trienal se referem à simplificação e melhoria da oferta de serviços sociais com vistas a elevar, a curto prazo, a qualidade de vida da população.

No contexto da meta de uma sociedade mais democrática, esforços serão despendidos na busca da melhoria das relações do Estado com a sociedade, segundo a concepção de que todos os segmentos se manifestem e participem da definição e execução das políticas de desenvolvimento regional. Para a consecução desse objetivo prevê-se a necessidade de uma maior descentralização administrativa e financeira dos governos estaduais e municipais.

4.1.2. Instrumentos Gerais de Viabilização do Plano

Os principais instrumentos de natureza mais geral para a execução do Plano Trienal serão entre outros:

- a) estabelecimento de incentivos às exportações regionais, com apoio financeiro para a melhoria da tecnologia e competitividade das empresas exportadoras;
- b) extensão dos mecanismos de preços mínimos às matérias-primas agroindustriais do Nordeste;
- c) preservação e fortalecimento dos incentivos fiscais existentes — FINOR, isenção de imposto de renda, redução do imposto de importação. Revisão nos critérios de análise dos projetos do Sistema de Incentivos Fiscais e Financeiros de modo a adequá-lo às prioridades do desenvolvimento do Nordeste e possibilitar à administração do FINOR atuar mais ativamente na negociação e venda de perfis de projetos industriais;
- d) restabelecimento de concessão, ao nível da SUDENE, da isenção total do Imposto de Importação e do IPI para aquisição, no exterior, de equipamentos sem similar no País, contemplado pelo Plano;
- e) utilização preferencial da dívida externa em capital de risco em projetos prioritários da região;
- f) orientação dos planos de investimentos das empresas estatais para a implantação de mais projetos de investimentos do Nordeste;
- g) criação dos Fundos de Desenvolvimento Agropecuário, de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e de Desenvolvimento Urbano do Nordeste;
- h) criação de linhas de crédito privilegiadas para o Nordeste destinadas às atividades que exijam montantes de investimentos elevados e capacidade tecnológica e experiência empresarial especializada;
- i) inclusão do Banco do Nordeste do Brasil, no caso do Nordeste, como repassador do Fundo de Desenvolvimento Nacional.

Muitos outros instrumentos de natureza financeira e institucional estão previstos no Plano Trienal com evidentes demonstrações da viabilidade da nova política de desenvolvimento para a Região.

4.1.3. O Programa de Produção de Alimentos

As áreas prioritárias do Plano Trienal para a produção de alimentos serão pertinentes aos alimentos de origem vegetal — arroz, feijão, milho, mandioca — ampliação da oferta de leite, desenvolvimento da pecuária

de corte bovina, caprina, ovinocultura, avicultura e suinocultura, organização espacial e regularização da produção hortifruticultora e programa de produção de pescado no mar, em rios e açudes.

Os programas terão como estratégia principal a coordenação dos esforços dos pequenos produtores, das empresas médias e de grande porte, com adoção de mecanismos, critérios e incentivos diferenciados para cada segmento. Do mesmo modo, serão orientadas para os mesmos objetivos e metas as ações dos diversos órgãos do Governo Federal no que tange ao financiamento (PROINE e Programa Nordeste de Alimentos) e instalação de infra-estrutura nos Estados, produção de sementes melhoradas, distribuição de insumos, prestação de assistência técnica, comercialização e armazenagem para uma adequada distribuição de produção.

4.1.4. Desenvolvimento da Agroindústria

Este é outro programa de interesse direto do presente estudo do Ministério da Irrigação e do Banco do Nordeste, que tem como objetivo central a formulação de proposta de um novo programa de agroindústria vinculada aos projetos de irrigação do Nordeste — PROINE.

Os objetivos principais do programa de agroindústria constante do Plano Trienal da SUDENE são de ampliação da renda do setor primário, da geração de novas oportunidades de emprego nos pequenos núcleos urbanos e no meio rural, incentivando o fortalecimento da organização e associação dos pequenos produtores rurais.

O referido programa destina-se prioritariamente ao apoio às médias, pequenas e microempresas, mas abrange medidas que possibilitem a ampliação, diversificação e modernização do parque agroindustrial do Nordeste, de modo geral.

Especificamente, os subprogramas preferenciais para receberem maior apoio financeiro e técnico são os de reestruturação da indústria de ração animal (processamento de frutas, grãos, tubérculos, sorgo, milheto etc); industrialização de beneficiamento de arroz, milho e mandioca; integração vertical das empresas beneficiadoras de fibras vegetais. Outros projetos a serem incentivados serão os destinados à promoção da melhoria da eficiência técnico-econômica das unidades transformadoras oleaginosas; ampliação da oferta do leite e seus derivados; regionalização e reestruturação do beneficiamento de produtos de carne; incentivo à modernização da indústria pesqueira; ampliação e diversificação do parque agroindustrial transformador de frutas tropicais e hortaliças e, finalmente, aproveitamento dos restos e resíduos agrícolas do processamento industrial.

Os custos para execução dos mencionados projetos foram estimados pela SUDENE em Cz\$ 22.700 milhões no triênio de 1988-1990, a preços de 1987, cabendo 57% desse montante aos projetos de transformação de frutas tropicais e hortaliças (Cz\$ 8.490 milhões) e transformação de fibras vegetais (Cz\$ 4.000 milhões). Os projetos de indústrias oleaginosas, produtos de carne e pesqueira terão uma participação de 33%, correspondente ao montante de Cz\$ 7.500 milhões.

5. ANEXOS (TABELAS)

5.1. NORDESTE
Estimativas do PIBcf "Per Capita"
por Estado para 1985—1995

(Em US\$ 1,00)

Estados	Alternativa I — FGV				Alternativa II — SUDENE			
	1985	1990	1995	1985	1990	1995	1985	1995
Maranhão	591	796	1.064	466	567	1.025		
Piauí	494	672	898	400	487	881		
Ceará	733	995	1.330	694	845	1.528		
Rio Grande do Norte	845	1.144	1.530	767	934	1.690		
Paraíba	671	988	1.214	646	786	1.423		
Pernambuco	1.181	1.592	2.138	1.087	1.323	2.394		
Alagoas	920	1.246	1.666	818	995	1.801		
Sergipe	1.013	1.372	1.834	1.146	1.394	2.523		
Bahia	1.157	1.567	2.095	1.086	1.321	2.390		
Nordeste	942	1.010	1.274	1.088	1.167	1.472		

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Alternativa I — FGV — Centro de Contas Nacionais.

Alternativa II — SUDENE — Grupo de Contas Regionais.

NOTA: A estimativa da renda "Per Capita" para os Estados foi elaborada tomando por base a média da participação percentual de cada Unidade em relação ao Nordeste observado na década de 1970.

5.2. NORDESTE

Formação Bruta de Capital Fixo Total Participação Percentual Média do Setor Público na Formação de Capital Total

Atividade Econômica	Períodos (Anos)					
	1965-69 (%)	1970-74 (%)	1975-79 (%)	1980-83 (%)	1985-88 (%)	1965-83 (%)
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	16,5	10,1	11,2	16,5	13,6	13,6
Indústria Extrativa Mineral	94,6	95,5	98,7	99,0	96,9	96,9
Energia Elét. e Abastecimento de Água	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Construção	0,0	0,0	0,8	6,5	1,8	1,8
Comércio	0,0	5,5	3,8	3,1	3,1	3,1
Transportes, Armazen. e Comunicações	80,6	78,8	77,1	77,2	78,4	78,4
Ativ. Fin., Bens Imóveis e Serviços Emp.	2,1	3,2	10,2	11,8	6,8	6,8
Serviços Comunitários, Sociais e Pessoais	78,4	82,7	82,2	82,6	81,5	81,5
Indústria de Transformação	15,8	12,8	8,5	7,0	11,0	11,0
Média Total p/Período (%)	44,5	42,2	43,2	46,8	49,2	49,2

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE — Grupo de Contas Regionais.

5.3. NORDESTE

Formação Bruta de Capital Fixo Segundo as Atividades Econômicas 1983

Atividade Econômica	FBKF Total		FBKF Setor Público PIB		Relações Percentuais		
	(A) %	(B) %	(C) %	(C) %	A/C	B/A	B/C
Agricultura, Silvicultura e Pesca	12,2	6,8	13,0		20,6	29,2	6,0
Indústria Extrativa Mineral	12,4	23,3	6,0		45,0	99,3	44,6
Indústria de Transformação	16,9	2,6	13,4		27,7	8,0	2,2
Energia Elétrica e Abast. de Água	16,6	31,7	1,9		195,8	100,0	195,8
Construção	1,2	0,4	6,3		4,3	16,5	0,4
Comércio	2,4	0,1	16,0		3,2	8,6	0,08
Transportes, Armazen. e Comunic.	8,2	12,4	5,4		33,5	79,5	26,6
Ativ. Financ. Bens Imóveis e Ser. Emp.	20,1	6,5	25,4		17,4	17,1	3,0
Serv. Comunit. Sociais e Pessoais	9,9	16,1	12,5		17,4	85,5	14,9
Total	100,0	100,0	100,0		22,0	52,5	11,5

5.4. NORDESTE

Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), Segundo Bens de Capital

1983

Bem de Capital	FBKF Total		FBKF Setor Público		FBKF Setor Privado		Setor Público Total		Setor Privado Total	
	(A) %	(B) %	(C) %	B/A %	C/A %					
Edificações Residenciais	16,7	0,7	34,4	2,2	97,8					
Edificações Não-residenciais	12,3	10,2	14,7	43,5	56,5					
Obras (Exceto melhoria de terras)	39,0	68,7	6,2	92,4	7,6					
Melhoria de Terras e Plantações	—	—	—	—	—					
Melhoria de Terras	1,5	0,4	2,8	13,9	86,1					
Plantações Permanentes	3,0	—	6,3	—	100,0					
Equipamentos de Transporte	4,2	2,7	5,9	34,0	66,0					
Maquinaria	18,5	17,2	19,8	49,1	50,9					
Formação de Plantéis	0,6		1,2		100,0					
Outros Equipamentos	4,1	(*)	8,6	(*)	...					
Total	100,0	100,0	100,0	52,5	47,5					

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE — Grupo de Contas Regionais.

NOTA: (*) O valor de outros equipamentos está englobado em Maquinaria.

5.5. NORDESTE

Formação Bruta de Capital Fixo Total por Tipo de Bem de Capital (Participação % Média do Período)

Bem de Capital	Agropecuária			Indústria			Serviços			Total	
	1970	1980	1983	1970	1980	1983	1970	1980	1983	1970	1980
	1979	1983	1983	1979	1983	1983	1979	1983	1983	1979	1983
Edificações Residenciais	3,0	2,6	—	—	—	—	26,7	33,5	—	9,9	12,0
Edificações Não-residenciais	—	—	—	9,9	9,9	—	17,0	17,0	—	9,0	9,0
Obras (Exceto Melhoria de Terras)	14,9	32,7	37,9	37,9	43,3	—	34,0	27,1	—	28,9	34,4
Melhoria de Terras e Plantações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros Equipamentos	19,2	12,9	0,1	0,1	0,03	—	1,2	0,9	—	6,8	4,6
Melhoria de Terras	25,1	24,6	—	—	—	—	—	—	—	8,4	8,2
Plantações Permanentes	3,9	5,1	3,4	3,4	3,0	—	7,4	5,6	—	4,9	4,6
Equipamentos de Transporte	11,4	7,2	45,9	45,9	41,3	—	8,7	12,2	—	22,0	20,2
Maquinaria	17,1	6,8	—	—	—	—	—	—	—	5,7	2,3
Formação de Plantéis	5,3	8,0	2,6	2,6	2,3	—	4,7	3,4	—	4,2	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE — Grupo de Contas Regionais.

5.6. NORDESTE

Formação Bruta de Capital Fixo Total Participação Percentual do Setor Público na Formação de Capital

Bem de Capital	Período (Anos)					Média 1965-1985 (%)
	1965-1969 (%)	1970-1974 (%)	1975-1979 (%)	1980-1983 (%)		
Edificações Residenciais	0,2	0,1	1,3	1,3	0,7	
Edificações Não-residenciais	32,6	38,1	47,2	48,2	41,5	
Obras (Exceto melhoria de terras)	97,1	96,1	85,8	85,3	89,8	
Melhoria de Terras e Plantações	—	—	—	—	—	
Melhoria de Terras	36,2	22,4	54,5	29,7	35,7	
Plantações Permanentes	—	—	—	—	—	
Equipamentos de Transporte	25,8	17,8	22,4	27,2	23,3	
Maquinaria	21,1	19,9	20,6	38,2	24,9	
Formação de Plantéis	—	—	—	—	—	
Outros Equipamentos	32,8	25,8	22,1	3,0	20,9	
Média Total p/Período (%)	44,7	42,2	43,2	46,5	44,2	

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE — Grupo de Contas Regionais.

NOTA: Os anos de 1981, 1982 e 1983 e outros equipamentos estão englobados em Maquinaria.

5.7. NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Industrial
1965-95

Anos	Extrativa Mineral		Indústria de Transformação		Energia Elétrica e Abastecimento d'Água		Construção Civil	
	A — Índices Reais e Variações Anuais da Formação Bruta de Capital Fixo Real							
	Índices	Variação (%)	Índices	Variação (%)	Índices	Variação (%)	Índices	Variação (%)
1965	28,1	—	7,8	—	24,4	—	25,7	—
1966	31,0	10,3	8,1	3,8	23,3	-4,5	24,5	-4,7
1967	32,2	3,9	13,0	60,5	22,2	-4,7	31,8	29,8
1968	30,1	-6,5	18,6	43,1	27,8	25,2	44,8	40,9
1969	26,6	-11,6	28,9	55,4	25,9	-6,8	53,9	20,3
1970	27,6	3,8	34,1	18,0	33,7	30,1	63,7	18,2
1971	20,8	-24,6	36,1	5,9	32,6	-3,3	63,7	0,0
1972	21,3	2,4	47,7	32,1	42,5	30,4	155,1	143,5
1973	18,9	-11,3	54,2	13,6	46,6	9,6	116,3	-25,0
1974	23,5	24,3	62,5	15,3	67,4	44,6	167,0	43,6
1975	29,5	25,5	80,9	29,4	110,5	63,9	214,6	28,5
1976	34,4	16,6	115,6	43,0	104,4	-5,5	192,5	-10,3
1977	58,8	70,9	134,7	16,5	126,1	20,8	178,1	-7,5
1978	73,0	24,1	138,6	2,9	186,8	48,1	188,4	5,8
1979	89,9	23,2	122,5	-11,6	169,8	-9,1	144,3	-23,4
1980	100,0	11,2	100,0	-18,4	100,0	-41,1	100,0	-30,7
1981	113,0	13,0	81,9	-18,1	150,3	50,3	89,3	-10,7
1982	178,5	58,0	11,5	38,6	107,5	-28,5	212,7	138,2
1983	187,5	5,0	85,7	-24,5	233,2	117,0	76,2	-64,2
PREVISÕES								
1984	208,3	11,1	97,9	14,2	264,3	13,4	80,9	6,2
1985	231,6	11,2	112,4	14,9	302,5	14,4	86,4	6,9
1986	258,4	11,6	126,8	12,7	349,8	15,6	91,4	5,7
1987	291,2	12,7	141,0	11,3	402,6	15,1	95,1	4,0
1988	332,6	14,2	154,0	9,2	468,8	16,5	98,1	3,2
1989	381,9	14,8	167,5	8,7	542,7	15,7	100,5	2,4
1990	448,8	17,5	182,4	8,9	634,4	16,9	103,1	2,6
1991	531,6	18,4	196,5	7,7	737,2	16,2	100,8	-2,2
1992	639,8	20,4	211,0	7,4	859,4	16,6	100,0	-0,8
1993	768,7	20,1	225,8	7,0	989,9	15,2	97,2	-2,8
1994	921,3	19,9	239,1	5,9	1.118,1	13,0	93,0	-4,3
1995	1.105,9	20,0	248,9	4,1	1.275,6	14,1	89,3	-4,0

5.8. NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Industrial
1965-95

	Extrativa Mineral		Indústria de Transformação		Energia Elétrica e Abastecimento d'Água		Construção Civil	
Períodos	B — Médias Móveis Quinquenais e Variações Anuais das Médias Móveis Quinquenais							
	Médias Móveis	Variação (%)	Médias Móveis	Variação (%)	Médias Móveis	Variação (%)	Médias Móveis	Variação (%)
1965-70	29,3	—	18,4	—	26,2	—	40,7	—
1966-71	28,1	-4,1	23,1	25,6	27,6	5,2	47,0	15,5
1967-71	26,5	-5,7	29,7	28,5	30,8	11,6	68,8	46,3
1968-73	24,2	-8,4	36,6	23,1	34,9	13,2	82,9	20,5
1969-74	23,1	-4,5	43,9	20,0	41,5	18,9	103,3	24,6
1970-75	23,6	2,1	52,6	19,7	55,6	34,0	130,1	25,9
1971-76	24,8	4,8	66,2	25,8	67,3	21,2	151,5	16,5
1972-77	31,1	25,6	82,6	24,8	82,9	23,1	170,6	12,6
1973-78	39,7	27,7	97,8	18,3	107,0	29,0	176,1	3,3
1974-79	51,5	29,8	109,2	11,7	127,5	19,2	180,8	2,6
1975-80	64,3	24,7	115,4	5,7	132,9	4,3	169,6	-6,2
1976-81	78,2	21,6	115,6	0,1	139,6	5,0	148,8	-12,3
1977-82	102,2	30,7	115,2	-0,3	140,1	0,4	152,1	2,3
1978-83	123,7	21,0	107,0	-7,1	157,9	12,7	135,1	-11,2
1979-84	146,2	18,2	100,3	-6,3	170,8	8,2	117,2	-13,3
1980-85	169,8	16,1	98,6	-1,7	193,0	12,9	107,6	-8,2
1981-86	196,2	15,5	103,0	4,5	234,6	21,6	106,1	-1,3
1982-87	225,9	15,1	112,9	9,6	276,6	17,9	107,1	0,9
1983-88	251,6	11,4	119,6	6,0	336,9	21,8	88,0	-17,8
PREVISÕES								
1984-89	284,0	12,9	133,3	11,4	388,4	15,3	92,1	4,6
1985-90	324,1	14,1	147,3	10,6	450,1	15,9	95,8	4,0
1986-91	374,1	15,4	161,4	9,5	522,6	16,1	98,2	2,5
1987-92	437,6	17,0	175,4	8,7	607,5	16,3	99,6	1,5
1988-93	517,2	18,2	189,5	8,1	705,4	16,1	99,9	0,4
1989-94	615,3	19,0	203,7	7,5	813,6	15,3	99,1	-0,9
1990-95	736,0	19,6	217,3	6,7	935,8	15,0	97,2	-1,9

5.9. NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Industrial
1965—95

Períodos	C — Taxas Reais de Crescimento da Economia do Nordeste, por Setores			
	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Energia Elétrica e Abastecimento d'Água	Construção Civil
	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica
1965-70	- 0,3	34,3	6,7	19,9
1966-71	- 7,6	34,9	6,9	21,1
1967-72	- 7,9	29,7	13,9	37,3
1968-73	- 8,9	23,9	10,9	21,0
1969-74	- 2,4	16,7	21,1	25,4
1970-75	1,3	18,8	26,8	27,5
1971-76	10,6	26,2	26,2	24,8
1972-77	22,5	23,1	24,3	2,8
1973-78	31,0	20,7	32,0	10,1
1974-79	30,8	14,4	20,3	- 2,9
1975-80	27,6	4,3	- 2,0	- 14,2
1976-81	26,8	- 6,7	7,6	- 14,2
1977-82	24,9	- 3,4	- 3,1	3,6
1978-83	20,8	- 9,2	4,5	- 16,6
1979-84	18,3	- 4,4	9,3	- 10,9
1980-85	18,3	2,4	24,8	- 2,9
1981-86	18,0	9,1	18,4	0,5
1982-87	10,3	4,4	30,2	- 14,9
1983-88	12,1	12,4	15,0	5,2
PREVISÕES				
1984-89	12,9	11,3	15,5	4,4
1985-90	14,2	10,2	16,0	3,6
1986-91	15,5	9,2	16,1	2,0
1987-92	17,1	8,4	16,4	1,0
1988-93	18,2	8,0	16,1	- 0,2
1989-94	19,3	7,4	15,6	- 1,5
1990-95	19,8	6,4	15,0	- 2,8

5.10. NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Industrial
1965—95

D — Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquenais					
Períodos	Extrativa		Indústria de Transformação	Energia Elétrica e	
	Mineral			Abast. d'Água	Construção Civil
1965-70/1970-75	- 4,2		23,3	16,2	26,1
1970-75/1975-80	22,2		17,0	19,1	5,5
1975-80/1980-85	21,4		- 3,1	7,7	- 8,7
1980-85/1985-90	13,8		8,4	18,5	- 2,3
1985-90/1990-95	17,8		8,1	15,8	0,3

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-81 — SUDENE/1983").

NOTA: Os cálculos para as médias móveis quinquenais, as variações anuais das médias móveis, as taxas geométricas de crescimento das médias móveis e taxas reais de crescimento anual da formação bruta de capital fixo do Nordeste e as previsões de 1984 em diante foram elaborados pelo BNB/ETENE-SETIN, com base nos índices de variação do PIB de 1970-80.

5.11. NORDESTE

Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Serviços
1965-95

Anos	Comércio		Transporte, Armazenagem e Comunicações		Atividades Financ., Bens Imóveis e Serviço às Empresas		Serviços Comunitários Soiais e Pessoais	
	A — Índices e Variações Anuais da Formação Bruta de Capital Fixo Real							
	Índices	Variação (%)	Índices	Variação (%)	Índices	Variação (%)	Índices	Variação (%)
1965	19,4	—	17,6	—	31,9	—	16,5	—
1966	18,8	-3,1	23,9	35,8	35,0	9,7	20,9	26,7
1967	19,8	5,3	26,1	9,2	32,1	-8,3	18,3	-12,4
1968	15,5	-21,7	32,6	24,9	38,3	19,3	26,9	47,0
1969	24,3	56,8	36,3	11,3	40,1	4,7	26,0	-3,3
1970	37,4	53,9	48,5	33,6	39,0	-2,7	37,4	43,8
1971	35,8	-4,3	49,7	2,5	43,1	10,5	26,3	-29,7
1972	48,1	34,4	50,5	1,6	44,3	2,8	32,1	22,1
1973	58,4	21,4	72,5	43,6	41,5	-6,3	46,3	44,5
1974	63,4	8,6	76,4	5,4	44,5	7,0	64,8	39,9
1975	78,8	24,3	69,2	-9,4	57,9	30,3	55,2	-14,9
1976	99,5	26,3	83,8	21,0	71,1	22,8	79,3	43,7
1977	102,3	2,8	85,3	1,8	81,9	15,2	88,7	11,9
1978	110,6	8,1	76,7	-10,0	93,7	14,3	109,1	23,0
1979	115,3	4,3	104,8	36,6	95,1	1,5	96,8	-11,3
1980	100,0	-13,3	100,0	-4,6	100,0	5,2	100,0	3,3
1981	88,7	-11,3	62,2	-37,8	116,7	16,7	88,4	-11,6
1982	102,7	15,8	82,8	33,1	126,9	8,7	104,5	18,2
1983	93,6	-8,9	52,9	-36,1	130,4	2,8	82,4	-21,1
PREVISÕES								
1984	102,1	9,1	56,2	6,3	141,0	8,1	90,2	9,4
1985	112,2	9,9	59,0	4,9	152,4	8,0	97,8	8,5
1986	123,6	10,1	61,7	4,6	166,1	9,0	107,3	9,8
1987	138,7	12,2	63,9	3,6	180,2	8,5	115,9	8,0
1988	152,7	10,2	66,0	3,2	195,9	8,7	126,0	8,7
1989	165,2	8,1	67,1	1,7	214,3	9,4	134,8	7,0
1990	179,8	8,9	68,3	1,7	234,2	9,3	147,6	9,5
1991	193,5	7,6	69,4	1,7	256,9	9,7	160,6	8,8
1992	206,8	6,9	69,2	-0,2	284,3	10,7	172,1	7,1
1993	220,9	6,8	68,9	-0,5	315,2	10,9	181,7	5,6
1994	233,9	5,9	68,8	0,0	346,3	9,9	194,2	6,8
1995	245,3	4,9	68,1	-1,1	378,1	9,2	204,1	5,1

5.12. NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Serviços
1965-95

Períodos	Comércio		Transporte, Armazenagem e Comunicações		Atividades Financ., Bens Imóveis e Serv. às Empresas		Serviços Comunitários Sociais e Pessoais	
	B — Médias Móveis Quinquenais e Variações Anuais das Médias Móveis Quinquenais							
	Médias Móveis	Variação (%)	Médias Móveis	Variação (%)	Médias Móveis	Variação (%)	Médias Móveis	Variação (%)
1965-70	22,5	—	30,8	—	36,1	—	24,3	—
1966-71	25,3	12,1	36,2	17,3	38,0	5,2	25,9	6,7
1967-71	30,1	19,3	40,6	12,2	39,5	4,1	27,8	7,2
1968-73	36,6	21,3	48,3	19,0	41,1	4,0	32,5	16,8
1969-74	44,5	21,8	55,6	15,1	42,1	2,5	38,8	19,5
1970-75	53,6	20,4	61,1	9,9	45,1	7,0	43,7	12,5
1971-76	64,0	19,3	67,0	9,6	50,4	11,9	50,7	16,0
1972-77	75,1	17,3	72,9	8,9	56,9	12,8	61,1	20,5
1973-78	85,5	13,9	77,3	6,0	65,1	14,4	73,9	21,0
1974-79	95,0	11,1	82,7	7,0	74,0	13,7	82,3	11,4
1975-80	101,1	6,4	86,6	4,8	83,3	12,5	88,2	7,1
1976-81	102,7	1,6	85,5	-1,4	93,1	11,8	93,7	6,3
1977-82	103,3	0,5	85,3	-0,2	102,4	10,0	97,9	4,5
1978-83	101,8	-1,4	79,9	-6,3	110,4	7,9	96,9	-1,1
1979-84	100,4	-1,4	76,5	-4,3	118,3	7,1	93,7	-3,3
1980-85	99,9	-0,5	68,9	-10,0	127,9	8,1	93,9	0,2
1981-86	103,8	3,9	62,5	-9,3	138,9	8,6	95,1	1,3
1982-87	112,1	8,0	62,8	0,5	149,5	7,6	99,7	4,8
1983-88	120,5	7,4	60,0	-4,5	161,0	7,7	103,3	3,6
PREVISÕES								
1984-89	132,4	9,9	62,3	4,0	175,0	8,7	112,0	8,4
1985-90	145,4	9,8	64,3	3,2	190,5	8,9	121,6	8,5
1986-91	158,9	9,3	66,1	2,7	208,0	9,1	132,0	8,6
1987-92	172,8	8,7	67,3	1,9	227,7	9,5	142,8	8,2
1988-93	186,5	7,9	68,1	1,2	250,1	9,9	153,8	7,7
1989-94	200,0	7,3	68,6	0,7	275,2	10,0	165,2	7,4
1990-95	213,4	6,7	68,8	0,2	302,5	9,9	176,7	7,0

5.13. NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Serviços
1965-95

Períodos	C — Taxas Reais de Crescimento Anual da Formação Bruta de Capital Fixo			
	Comércio	Transporte Armazenagem e Comunicações	Atividades Financ., Bens Imóveis Serv. as Empresas	Serviços Comunitários Sociais e Pessoais
	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica
1965-70	14,0	22,5	4,1	17,8
1966-71	13,7	15,8	4,3	4,7
1967-72	19,4	14,1	6,7	11,9
1968-73	30,4	17,3	1,6	11,5
1969-74	21,1	16,1	2,1	20,1
1970-75	16,1	7,4	8,2	8,1
1971-76	22,7	11,0	10,5	24,7
1972-77	16,3	11,1	13,1	22,6
1973-78	13,6	1,1	17,7	18,7
1974-79	12,7	6,5	16,4	8,3
1975-80	4,9	7,6	11,5	12,6
1976-81	- 2,3	- 5,8	10,4	2,2
1977-82	0,1	- 0,6	9,1	3,3
1978-83	- 3,3	- 7,2	6,8	- 5,5
1979-84	- 2,4	- 11,7	8,2	- 1,4
1980-85	2,3	- 10,0	8,8	- 0,4
1981-86	6,9	- 0,2	7,3	- 0,4
1982-87	6,2	- 5,0	7,3	2,1
1983-88	10,3	4,5	8,5	8,8
PREVISÕES				
1984-89	10,1	3,6	8,7	8,4
1985-90	9,9	3,0	9,0	8,6
1986-91	9,4	2,4	9,1	8,4
1987-92	8,3	1,6	9,5	8,2
1988-93	7,7	0,9	10,0	7,6
1989-94	7,2	0,5	10,1	7,6
1990-95	6,4	0,0	10,1	6,7

5.14. NORDESTE
Formação Bruta de Capital Fixo Real do Setor Serviços
1965-95

Período	D --- Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquênis			
	Comércio	Transporte, Armazenagem e Comunicações	Atividades Financ., Bens Imóveis e Serv. as Empresas	Serviços Comunitários Sociais e Pessoais
1965-70/1970-75	19,0	14,7	4,5	12,4
1970-75/1975-80	13,5	7,2	13,1	15,1
1975-80/1980-85	- 0,2	- 4,5	9,0	1,8
1980-85/1985-90	7,8	- 1,3	8,3	5,3
1985-90/1990-95	8,0	1,3	9,7	7,8

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-81 — SUDENE/1983").

NOTA: Os cálculos para as médias móveis quinquênis, as variações anuais das médias móveis, as taxas geométricas de crescimento das médias móveis e taxas reais de crescimento anual da formação bruta de capital fixo do Nordeste e as previsões de 1984 em diante foram elaborados pelo BNB/ETENE—Setor de Informações Econômicas, com base nos índices de variação do PIB de 1970-80.

5.15. MARANHÃO

Produto Interno Bruto a Custo de Fatores

1970—95*

D — Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquenais

Períodos	Agropecuária, Silvicultura Caça e Pesca	Indústria e Serviços Ind. de Utilidade Pública	Serv. (Com., Transp. Atividades Financeiras Serv. Comunit. etc.)	Total
1970-75/1975-80	7,1	7,0	13,7	9,2
1975-80/1980-85	9,9	9,9	13,8	11,2
1980-85/1985-90	9,3	8,9	13,8	10,6
1985-90/1990-95	9,4	9,1	13,8	10,7

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-81 — SUDENE/1983").

NOTA: Os cálculos para as médias móveis quinquenais, as variações anuais das médias móveis, as taxas geométricas de crescimento das médias móveis e taxas reais de crescimento anual da economia do Nordeste, foram elaborados pelo BNB/ETENE-SETIN, com base nos índices de variação do PIB de 1970-80.

5.16. PIAUÍ

Produto Interno Bruto a Custo de Fatores

1970—95*

D — Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquenais

Períodos	Agropecuária, Silvicultura Caça e Pesca	Indústria e Serviços Ind. de Utilidade Pública	Serv. (Com., Transp. Atividades Financeiras Serv. Comunit. etc.)		Total
1970-75/1975-80	2,05	10,84	13,31		9,17
1975-80/1980-85	- 1,06	9,23	13,75		9,32
1980-85/1985-90	0,04	9,68	13,57		9,24
1985-90/1990-95	- 0,65	9,36	13,65		9,16

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-81 — SUDENE/1983").

NOTA: Os cálculos para as médias móveis quinquenais, as variações anuais das médias móveis, as taxas geométricas de crescimento das médias móveis e taxas reais de crescimento anual da economia do Nordeste, foram elaborados pelo BNB/ETENE-SETIN, com base nos índices de variação do PIB de 1970-80.

5.17. CEARÁ

Produto Interno Bruto a Custo de Fatores

1970—95*

D — Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquenais

Períodos	Agropecuária, Silvicultura Caça e Pesca	Indústria e Serviços Ind. de Utilidade Pública		Serv. (Com., Transp. Atividades Financeiras Serv. Comunit. etc.)		Total
1970-75/1975-80	1,73		13,14		10,89	8,74
1975-80/1980-85	- 0,64		12,41		11,74	9,67
1980-85/1985-90	- 0,07		13,05		11,48	9,38
1985-90/1990-95	- 0,52		12,72		11,52	9,36

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-81 — SUDENE/1983").

NOTA: Os cálculos para as médias móveis quinquenais, as variações anuais das médias móveis, as taxas geométricas de crescimento das médias móveis e taxas reais de crescimento anual da economia do Nordeste, foram elaborados pelo BNB/ETENE-SETIN, com base nos índices de variação do PIB de 1970-80.

5.18. RIO GRANDE DO NORTE

Produto Interno Bruto a Custo de Fatores

1970—95*

D — Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquenais

Períodos	Agropecuária, Silvicultura Caça e Pesca	Indústria e Serviços Ind. de Utilidade Pública	Serv. (Com., Transp. Atividades Financeiras Serv. Comunit. etc.)		Total
1970-75/1975-80	4,58	11,63	13,50		10,79
1975-80/1980-85	0,06	12,57	12,71		10,55
1980-85/1985-90	1,17	12,52	13,12		10,66
1985-90/1990-95	0,91	12,41	12,92		10,51

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-81 — SUDENE/1983").

NOTA: Os cálculos para as médias móveis quinquenais, as variações anuais das médias móveis, as taxas geométricas de crescimento das médias móveis e taxas reais de crescimento anual da economia do Nordeste, foram elaborados pelo BNB/ETENE-SETIN, com base nos índices de variação do PIB de 1970-80.

5.19. PARAÍBA

Produto Interno Bruto a Custo de Fatores

1970—95*

D — Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquenais					
Períodos	Agropecuária,	Indústria e		Serv. (Com., Transp.	Total
	Silvicultura	Serviços Ind. de	Atividades Financeiras		
	Caça e Pesca	Utilidade Pública	Serv. Comunit. etc.)		
1970-75/1975-80	4,31	9,67	8,41		7,16
1975-80/1980-85	- 1,35	6,75	7,66		5,05
1980-85/1985-90	0,45	8,04	7,91		5,78
1985-90/1990-95	- 0,43	7,56	7,78		5,42

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-81 — SUDENE/1983").

NOTA: Os cálculos para as médias móveis quinquenais, as variações anuais das médias móveis, as taxas geométricas de crescimento das médias móveis e taxas reais de crescimento anual da economia do Nordeste, foram elaborados pelo BNB/ETENE-SETIN, com base nos índices de variação do PIB de 1970-80.

5.20. PERNAMBUCO
 Produto Interno Bruto a Custo de Fatores
 1970—95*

D — Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquenais					
Períodos	Agropecuária,	Indústria e	Serv. (Com., Transp.		
	Silvicultura	Serviços Ind. de	Atividades Financeiras		Total
	Caça e Pesca	Utilidade Pública	Serv. Comunit. etc.)		
1970-75/1975-80	5,79	8,15	8,80		8,02
1975-80/1980-85	3,17	5,80	7,87		8,58
1980-85/1985-90	3,92	6,55	8,12		6,98
1985-90/1990-95	3,46	6,24	8,05		6,80

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-81 — SUDENE/1983").

NOTA: Os cálculos para as médias móveis quinquenais, as variações anuais das médias móveis, as taxas geométricas de crescimento das médias móveis e taxas reais de crescimento anual da economia do Nordeste, foram elaborados pelo BNB/ETENE-SETIN, com base nos índices de variação do PIB de 1970-80.

5.21. ALAGOAS

Produto Interno Bruto a Custo de Fatores

1970—95*

D — Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquênis

Períodos	Agropecuária, Silvicultura Caça e Pesca	Indústria e Serviços Ind. de Utilidade Pública	Serv. (Com., Transp. Atividades Financeiras Serv. Comunit. etc.)	Total
1970-75/1975-80	10,39	10,13	12,98	11,53
1975-80/1980-85	6,83	6,12	8,72	7,55
1980-85/1985-90	8,28	7,54	10,12	8,92
1985-90/1990-95	7,57	6,97	9,63	8,36

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-81 — SUDENE/1983").

NOTA: Os cálculos para as médias móveis quinquênis, as variações anuais das médias móveis, as taxas geométricas de crescimento das médias móveis e taxas reais de crescimento anual da economia do Nordeste, foram elaborados pelo BNB/ETENE-SETIN, com base nos índices de variação do PIB de 1970-80.

5.22. SERGIPE
 Produto Interno Bruto a Custo de Fatores
 1970—95*

D — Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquênis					
Períodos	Agropecuária, Silvicultura Caça e Pesca	Indústria e Serviços Ind. de		Serv. (Com., Transp. Atividades Financeiras Serv. Comunit. etc.)	
		Utilidade Pública		Total	
1970-75/1975-80	5,08	9,67		13,08	10,48
1975-80/1980-85	5,35	11,89		11,66	10,87
1980-85/1985-90	5,64	11,52		12,11	10,90
1985-90/1990-95	5,32	11,62		11,95	10,83

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-81 — SUDENE/1983").

NOTA: Os cálculos para as médias móveis quinquênis, as variações anuais das médias móveis, as taxas geométricas de crescimento das médias móveis e taxas reais de crescimento anual da economia do Nordeste, foram elaborados pelo BNB/ETENE-SETIN, com base nos índices de variação do PIB de 1970-80.

5.23. BAHIA

Produto Interno Bruto a Custo de Fatores

1970—95*

D — Taxas Geométricas de Crescimento das Médias Móveis Quinquenais					
Períodos	Agropecuária,	Indústria e	Serv. (Com., Transp.		Total
	Silvicultura	Serviços Ind. de	Atividades Financeiras		
	Caça e Pesca	Utilidade Pública	Serv. Comunit. etc.)		
1970-75/1975-80	5,37	12,25	12,66		11,32
1975-80/1980-85	2,83	15,23	12,04		12,16
1980-85/1985-90	3,91	14,39	12,25		11,98
1985-90/1990-95	3,67	14,68	12,19		12,07

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais ("Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-81 — SUDENE/1983").

NOTA: Os cálculos para as médias móveis quinquenais, as variações anuais das médias móveis, as taxas geométricas de crescimento das médias móveis e taxas reais de crescimento anual da economia do Nordeste, foram elaborados pelo BNB/ETENE-SETIN, com base nos índices de variação do PIB de 1970-80.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ALMEIDA, Rômulo. **Voltado para o futuro**. Fortaleza, BNB, 1986.
02. ALVES, Eliseu & CONTINI, Elísio. **A Modernização da agricultura brasileira**. Brasília, CODEVASF, 1987.
03. BNB.ETENE. **Desenvolvimento urbano e emprego**. Fortaleza, 1979.
04. BRASIL. Presidente, 1985 — (José Sarney). **Plano de metas: sustentação do crescimento e combate à pobreza**. Brasília, 1985.
05. CHANG, Pei-Kong. **Agricultura e industrialização**. México, Tempo de Cultura Econômica, 1954.
06. CLARK, C. A. **The conditions of economic progress**. New York, MacMillan, 1985.
07. CONJUNTURA Econômica, Rio de Janeiro, 41(5), maio, 1987.
08. DIANE, Phillis. **British economic growth — 1968-1959**. Cambridge, Cambridge University, 1969.
09. FOURASTIÉ, J. **La productivité**. Paris, 1952.
10. FUNDAÇÃO IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1986.
11. _____. **Censos demográficos: 1940-85**. Rio de Janeiro.
12. GALENSON, Walter et alii. **Subemprego, problema estrutural**. Rio de Janeiro, Vozes, 1970.
13. GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Emprego no Nordeste: sugestões de políticas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, BNB, 13(3): 459-545. jul./set., 1982.
14. HARBISON, Fredenok. **The Strategy of human resources development in modernizing economics**. New York, 1985.
15. HOTTMAN, N. G. **The Growth of industrial economics**. Manchester University, 1958.
16. KRUEGI, Anne O. **Estratégias comerciais e emprego nos países em desenvolvimento**. Finanças e Desenvolvimento. Washington, 4(2), jun. 1984.
17. KUZNETS, Simom. **Modern economic growth: date, structure and spread**. Yale University, 1966.
18. LEITE, Pedro Sisnando. **Contribuição da agroindústria para o desen-**

- volvimento do Nordeste. **Rev. Econômica do Nordeste**. Fortaleza, 11(3): 427-60, jul./set., 1980.
19. MOURA, Hélio A. **Regiões metropolitanas do Nordeste**: diferenciais de renda e educação entre naturais e migrantes. Recife, SUDENE/BNB-ETENE, 1975.
 20. _____. Tendências e perspectivas de crescimento da oferta regional de mão-de-obra: 1940/1980. **Rev. Econômica do Nordeste**. Fortaleza, BNB.ETENE, 2(8): 5-39, abr./jun., 1971.
 21. _____ & COELHO, José Olímpio Marques. **Migrações para as grandes cidades do Nordeste**: intensidade e características demográficas. Fortaleza, BNB.ETENE, 1975.
 22. MYRDAL, Gunnar. **Subdesenvolvimento**. Brasília, Ed. de Brasília, 1965.
 23. _____. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, 1960.
 24. NAÇÕES UNIDAS. **Conceptos x definiciones referentes a la formación de capital**. New York, 1963.
 25. _____. **The World population in 1979**. New York, 1980.
 26. REBOUÇAS, Osmundo E. Crescimento do Nordeste no contexto Nacional: fatores condicionantes. **Revista Econômica do Nordeste**, BNB.ETENE, 9(4): 453-68, out./dez., 1978.
 27. ROBOCK, Stefan. **Brazil's development northeast**. Washington, Brooking Institution, 1964.
 28. SAMPAIO, Yony & FERREIRA, José. **Emprego e pobreza rural**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1977.
 29. SEPLAN/MINTER/SUDENE/BNB. **Aspectos gerais da economia e da sociedade do Nordeste**. Recife, 1984. v.2.
 30. SUDENE. **Estrutura e dinâmica da população do Nordeste brasileiro: 1940-70**. Recife, 1978.
 31. _____. Formações de capital fixo do setor público do Nordeste. **Boletim Econômico da SUDENE**, 4(1), out./dez., 1968.
 32. _____ & BNB. **O Sistema FINOR**: resultados e sugestões de aperfeiçoamento. Fortaleza, BNB, 1986.
 33. SUDENE/CAEN. **Incentivos fiscais e criação de empregos no Nordeste**. Fortaleza, 1979.
 34. WORLD BANK. **The World Bank Atlas**. Washington, 1987.
 35. _____. **World development report**. Washington, 1984.



brb BANCO DO NORDESTE
DO BRASIL S.A.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
E PATROCINIOS - DRESP

Superintendência de Serviços Administrativos - DESAD
Divisão de Administração - DASEC

90/942
11/2.000